

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – UNITAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE

CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO:
percepções de beneficiárias que participam de projetos de geração de renda
no município de Buriticupu, MA

Taubaté – SP

2019

JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE

**CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO:
percepções de beneficiárias que participam de projetos de geração de renda
no município de Buriticupu, MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Leonidas de Oliveira

Taubaté – SP

2019

JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriana Leonidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Prof^a. Dr^a. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Prof^a. Dr^a. Ana Enedi Prince Silva

Universidade Vale do Paraíba

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela oportunidade, pelo cuidado e pela força para cumprir cada etapa deste desafio, e por ter colocado em meu caminho pessoas dispostas a dividir conhecimento, experiências e doar tempo.

Ao meu esposo Douglas, pelo companheirismo e apoio transmitido durante o curso, especialmente pela compreensão quanto ao tempo dedicado a este projeto pessoal de conclusão do mestrado, que se reflete na minha carreira profissional.

Aos meus pais, Fátima e João, por toda formação familiar, amor e empenho na minha educação formal e não formal. Ao meu irmão Josiel, por todo carinho e por cada palavra de incentivo que serviu de impulso para chegar até aqui.

Às pessoas que conheci na oportunidade desta dissertação: mulheres da Associação Delícias da Vila Pindaré, pela confiança em compartilhar um pedaço da sua história de vida; minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Adriana Leonidas, por estar sempre presente e fazer com que eu me sentisse à vontade e mais segura na construção deste trabalho. Pela solidariedade, por dividir comigo sua experiência e conhecimento, gratidão!

À amiga Elistenia, pela atenção e preciosas contribuições.

Aos colegas de trabalho do IFMA Campus Buriticupu, pelo apoio nesta jornada, e a todos os professores do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, por todo aprendizado desta etapa da minha formação acadêmica, o meu muito obrigada!

RESUMO

As empresas têm vinculado a seus objetivos concepções e ações de responsabilidade social que podem alcançar dimensões legais, filantrópicas, éticas e econômicas. O presente estudo visa analisar as percepções de beneficiárias de projetos de geração de renda apoiados pela Fundação Vale e desenvolvidos pelo Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES) em uma comunidade do município de Buriticupu, MA, sobre os efeitos resultantes dos projetos sociais que incentivam a formação de associações. Como método, utilizou-se a pesquisa exploratória, de campo com abordagem qualitativa. Foram entrevistadas todas as mulheres participantes de um projeto de geração de renda, totalizando 11 associadas. A coleta de dados contou com um roteiro de entrevistas que teve como referência o questionário integrado para medição do capital social (QI-MCS). Técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo foram utilizadas para análise do material coletado. Resultados revelam que a formação do capital institucional fortalece o capital social de pequenos grupos e traz mudanças significativas no trabalho e no modo de vida das pessoas, especialmente na formação de capital humano. Pode-se concluir que associações criadas a partir de interesses de empresas podem apresentar, entre seus membros, divergência de objetivos, uma vez que o grupo do qual participam não foi criado por eles, mas pensado para eles. Por outro lado, o associativismo pode se configurar num espaço para a formação de capital social e este, por sua vez, pode contribuir para o desenvolvimento local, para o fortalecimento de ações coletivas e para a construção de espaços de participação social e política.

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento Regional. Capital social. Associativismo. Responsabilidade social.

ABSTRACT

Companies have linked to their objectives, conceptions and actions of social responsibility that can reach legal, philanthropic, ethical and economic dimensions. The present study aims to analyze the perceptions of beneficiaries of income generation projects supported by the Vale Foundation and developed by the Institute of Socioeconomics Solidarity (ISES) in a community of the municipality of Buriticupu, MA, on the effects resulting from the social projects that encourage the formation of associations. Exploratory field research with qualitative approach was used as method. All the women participating in an income generation project were interviewed, totaling 11 women. An interview script elaborated using the integrated questionnaire to measure social capital (QI-MCS) was used as data collection technique. Qualitative techniques of the content analysis method were used to analyze the collected material. Results show that the formation of institutional capital strengthens the social capital of small groups and brings significant changes in people's work and way of life, especially in the formation of human capital. It can be concluded that associations created from the interests of companies may present divergences of objectives among their members, since the group in which they participate was not created by them, but thought for them. On the other hand, associativism can be configured as a space for the formation of social capital, which in turn can contribute to local development, the strengthening of collective actions and the construction of spaces for social and political participation.

Keywords: Management. Regional development. Social capital. Associativism. Social responsibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – MTPS – Informações para o sistema público de emprego e renda/número de empregos formais em 31 de dezembro	72
Tabela 2 – Demonstrativo dos lucros obtidos no período de 2016 a janeiro de 2019 pela associação pesquisada	95
Tabela 3 – Percepção sobre a categoria Ação Coletiva e Cooperação: <i>contribuição</i> com tempo ou dinheiro em projeto para beneficiar outras pessoas e <i>participação</i> voluntária ou solicitada.....	105
Tabela 4 – Percepção sobre a categoria Coesão e Inclusão Social: sobre ser caseiro ou gostar de interagir socialmente	109
Tabela 5 – Percepções sobre a categoria Informação e Comunicação: sobre meios de manter-se informado e fontes de informação mais importantes.....	111
Tabela 6 – Percepção sobre a categoria Autoridade e Ação Política: sobre valorização da opinião do grupo pelas autoridades locais na tomada de decisões sobre ações e projetos públicos	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos participantes do AGIR Estrada de Ferro Carajás apoiados pela Fundação Vale que integram a Rede Mulheres do Maranhão	18
Quadro 2 – Projetos participantes do AGIR Canaã dos Carajás apoiados, no estado do Pará, pela Fundação Vale	19
Quadro 3 – Tipos de capital, segundo Pierre Bourdieu	25
Quadro 4 – Tipos puros de organização social	27
Quadro 5 – Dimensões do capital social	53
Quadro 6 – Critérios para desenvolvimento sustentável	61
Quadro 7 – Diretrizes para identificação de capital social	77
Quadro 8 – Diretrizes para identificação de associativismo	79
Quadro 9 – Diretrizes para identificação de responsabilidade social empresarial.....	80
Quadro 10 – Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa	82
Quadro 11 – Identificação do projeto e relação com a associação	85
Quadro 12 – Categorias investigadas em relação ao capital social	86
Quadro 13 – Percepções sobre contribuições dos grupos e redes para melhoria da sociedade de Buriticupu.....	99
Quadro 14 – Percepção sobre as categorias investigadas em relação ao associativismo: como o trabalho associado contribui para o aumento das relações sociais (SIM – 100%).....	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão geral esquemática da ABNT NBR ISSO 26.000.....	47
Figura 2 – Mapa da Estrada de Ferro Carajás	51
Figura 3 – Dimensões do patrimônio territorial.....	60
Figura 4 – Percepção sobre a categoria Grupos e Redes: motivos para participar da Associação Delícias da Vila Pindaré e benefícios.....	89
Figura 5 – Vantagens e desvantagens do trabalho associado	92
Figura 6 – Percepção sobre as categorias investigadas em relação ao associativismo: mudanças na vida das respondentes após ingresso no trabalho associado	98
Figura 7 – Percepção sobre confiança e solidariedade: possibilidade de receber ajuda das colegas da associação.....	102
Figura 8 – Percepção sobre confiança e solidariedade: sobre amizades próximas com as quais se pode contar.....	103
Figura 9 – Percepção sobre confiança e solidariedade: confiança nas pessoas ou cuidado nas relações	104
Figura 10 – Percepção sobre ação coletiva e cooperação: pessoas que dedicam tempo e dinheiro em objetivos de interesse comum	106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
AGIR	Apoio à Geração de Incremento e Renda
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
EFC	Estrada de Ferro Carajás
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEMA	Federação de Agricultura do Estado do Maranhão
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FVRD	Fundação Vale do Rio Doce
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ISES	Instituto de Socioeconomia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUMA	Programa Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RSE	Responsabilidade Social das Empresas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema da Pesquisa	16
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Delimitação do Estudo	17
1.4 Relevância do Estudo	20
1.5 Organização da Dissertação	21
2. REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 Capital Social	23
2.2 Terceiro Setor e o Associativismo	31
2.3 A Responsabilidade Social Empresarial	36
3. MÉTODO	50
3.1 Tipo de Pesquisa	50
3.2 Área de Realização	50
3.3 População e Amostra	52
3.4 Instrumento da Pesquisa	52
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados	54
3.6 Procedimentos para Análise de Dados	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
4.1 O Território e a Caracterização do Município de Buriticupu, MA	57
4.2 Território e Desenvolvimento Regional: breve discussão conceitual .	58
4.3 O Município de Buriticupu, MA	62
4.3.1 Dimensão Social.....	63
4.3.2 Patrimônio Produtivo.....	66
4.3.3 Patrimônio Natural.....	67
4.3.4 Caracterização do Patrimônio Humano e Intelectual.....	68
4.3.5 Patrimônio Cultural.....	71
4.3.6 Patrimônio Institucional.....	73

4.4 A Pesquisa de Campo: códigos destacados na pesquisa e suas respectivas definições.....	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS... ..	115
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICES	127
ANEXOS.....	134

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrar em um território, as empresas podem promover transformações de grande impacto social na vida das pessoas. Nesse cenário, tais organizações têm vinculado a seus objetivos concepções e ações de responsabilidade social que podem alcançar dimensões legais, filantrópicas, éticas e econômicas (CARROLL, 1999).

No que tange às comunidades localizadas no entorno das empresas, geralmente afetadas por questões ambientais ou sociais, os projetos de responsabilidade social são importantes formas de manifestação das corporações no que concerne à concepção trazida por Freeman (1984), enquanto *stakeholders*¹, indivíduos ou grupos podem ter suas vidas ou interesses prejudicados em razão da priorização dos objetivos da empresa.

Esse contexto se aplica aos impactos das externalidades advindas da instalação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) no estado do Maranhão, com seus 892 km de extensão que ligam o terminal portuário Ponta da Madeira, em São Luís, à mina de ferro em Carajás, no sudoeste do Pará (VALE, 2017).

De acordo com Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a EFC é uma estrada federal operada pela empresa Vale, que ganhou concessão da União em 1997, por meio do decreto presidencial datado de 27 de junho de 1997, para utilizá-la no transporte de passageiros e de minério de ferro (BRASIL, [2018?]). A Vale é mundialmente conhecida por ser a primeira colocada na produção de minério de ferro, pelotas e níquel (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018).

Assim, a instalação da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão e o viés da exploração econômica do território traz, por um lado, prejuízos aos direitos da população local. Por esse motivo, foi criada a Rede Justiça nos Trilhos (2018), um grupo constituído por lideranças comunitárias, movimentos sociais e pastorais, sindicatos e grupos de pesquisa universitária, que tem como objetivo defender os direitos violados da população que vive em municípios do Maranhão e do Pará transpassados pela EFC. Sua cartilha, intitulada “Quanto vale a vida? ”, apresenta

¹ Freeman (1984, p. 46) trouxe a definição de *stakeholder* ou teoria das partes interessadas como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”.

alguns dos impactos provocados pela estrada de ferro, dentre os quais a poluição sonora, doenças, acidentes com mortes e prejuízos ambientais de diversas magnitudes.

Outra questão de impacto na região que se destaca neste estudo ocorreu quando, em setembro de 2015, a Vale completou 30 anos de atuação no Pará e no Maranhão, e a empresa apresentou à sociedade a nova frota dos trens de passageiros da Estrada de Ferro Carajás do Maranhão (EFC-MA), um investimento de 55,6 milhões de dólares. Essa renovação representou conforto para os usuários: carros climatizados, serviço de restaurante, vagão social, classes executiva e econômica (VALE, 2015?).

Por outro lado, essa decisão institucional de renovação da frota trouxe consequências de aspectos sociais e econômicos na vida dos trabalhadores que viviam do comércio informal nas estações do trem de passageiros ao longo da estrada de ferro e vendiam produtos pela janela do antigo trem. É nesse cenário que são implementados projetos de geração de renda em municípios transpassados pela EFC-MA, dentre os quais está a Associação Delícias da Vila Pindaré, objeto desta pesquisa.

Criado em 2013 pela Fundação Vale, o Programa Apoio à Geração e Incremento de Renda (AGIR) proporcionou aos pequenos empreendedores da região, em sua maioria mulheres que trabalhavam informalmente na venda de alimentos na Estrada de Ferro Carajás, assessoria técnica para gestão dos negócios sociais por meio de associações (FUNDAÇÃO VALE, 2017).

O Programa, que já atuava em 20 municípios do país com 80 negócios sociais, teve início no Maranhão no período de 2014 a 2017, com uma proposta preventiva de assegurar às mulheres que trabalhavam às margens da ferrovia que não perdessem sua fonte de renda. Foram criados 22 negócios sociais em municípios maranhenses ao longo da EFC, totalizando 137 beneficiados na formação do empreendedorismo (FUNDAÇÃO VALE, 2018).

Conforme relatório da Fundação Vale, a organização não governamental Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES) foi selecionada via edital para atuar na

execução de projetos sociais e assessoria a empreendedores no entorno da estrada de Ferro Carajás (FUNDAÇÃO VALE, 2017).

Segundo sítio oficial do ISES, sua missão institucional traz como concepções o fortalecimento das pessoas e das organizações, o desenvolvimento da criatividade e de soluções inovadoras como formas de combater a pobreza e construir um mundo melhor (ISES, 2017).

A Fundação Vale, criada em 16 de janeiro de 1968 com o objetivo inicial de desenvolver projetos para assegurar moradia própria aos seus funcionários, era então chamada de Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social. Em 1990, esta passa a denominar-se Fundação Vale do Rio Doce (FVRD), com a missão de desenvolver projetos de desenvolvimento social nas localidades próximas à atuação da empresa Companhia Vale do Rio Doce (FUNDAÇÃO VALE, [2019?]).

Na atualidade, a Fundação Vale apoia projetos de geração de trabalho e renda, dentre os quais encontram-se os desenvolvidos pelo ISES no Maranhão. O Programa AGIR tem como principais objetivos desenvolver projetos sociais liderados por mulheres, além de apoiar os negócios sociais e a agricultura familiar (FUNDAÇÃO VALE, 2017).

Diante desse contexto, nota-se a necessidade de levantar as percepções das beneficiárias sobre os negócios sociais desempenhados pela Fundação Vale, uma vez que o trabalho outrora exercido de forma individual adquire nova roupagem por meio do associativismo.

Ademais, o apoio a empreendimentos que tenham sido originados a partir das externalidades provocadas pela presença da EFC e que tenham o objetivo de geração de trabalho e renda, podem contribuir para o fortalecimento do capital social desse grupo que surge a partir de tal cenário. Essas iniciativas podem possibilitar alternativas sustentáveis de trabalho e inclusão social, além da preparação e acesso de pequenos grupos a mercados.

O apoio a empreendimentos que objetivam a geração de trabalho e renda pode contribuir para o desenvolvimento da economia de uma região. Dessa forma, é

importante verificar as percepções de pequenos grupos de associações sobre essa forma de organização do trabalho e o capital social que constroem, a partir dessa mesma dinâmica.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar as percepções das beneficiárias de projetos de geração de renda sobre o capital social e o associativismo. A pesquisa foi desenvolvida na Associação Delícias da Vila Pindaré (APÊNDICE C), município de Buriticupu, estado do Maranhão, na qual as participantes produzem doces (APÊNDICE E) e beneficiam castanha do caju (APÊNDICE D).

A associação estudada foi criada em 2014 na comunidade que dá origem ao seu nome, Vila Pindaré, inicialmente em local alugado pela Fundação Vale. Começou com um grupo de 40 pessoas interessadas em formar uma cooperativa, que trabalhavam informalmente na linha do trem com a venda de alimentos e produtos regionais; no entanto, apenas 20 pessoas, sendo 15 moradores da Vila Pindaré e cinco oriundos do assentamento Cristalândia, no município de Bom Jardim, se associaram efetivamente. Atualmente, o grupo está organizado como associação e conta com 11 membros, todas mulheres, que trabalham com o beneficiamento da castanha do caju, com doces de frutas regionais, geleias e sorvetes².

1.1 Problema da Pesquisa

Diante do contexto apresentado, questiona-se: quais são as percepções de beneficiárias de projetos de geração de renda, por meio das experiências e construções coletivas vivenciadas, sobre o capital social e o trabalho por associativismo?

² Informações prestadas pela Presidente da Associação Delícias da Vila Pindaré. Segundo a mesma, houve extravio da ata de fundação, impossibilitando, dessa forma, o acesso a esse documento durante a pesquisa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções de beneficiárias de um projeto de geração de renda no município de Buriticupu, estado do Maranhão, sobre o capital social e o trabalho por associativismo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o capital social das beneficiárias e analisar como o trabalho associado contribuiu para seu possível fortalecimento.
- b) Conhecer as percepções das beneficiárias sobre as relações de trabalho associado desenvolvidas a partir dos projetos.
- c) Identificar as possíveis transformações nas vidas das beneficiadas por meio do trabalho associado e das relações instituídas através dessa forma de organização.
- d) Apontar aspectos que podem ser melhorados nesse processo de associativismo.

1.3 Delimitação do Estudo

Este trabalho buscou levantar as percepções sobre capital social e associativismo de trabalhadoras participantes do Projeto Apoio à Geração e incremento de Renda (AGIR) e projetos de geração de renda apoiados e financiados pela Fundação Vale, realizados em municípios que têm seu território transpassado pela EFC.

Segundo relatório da Fundação Vale (2017, p. 26), em 2017, o projeto foi desenvolvido em oito municípios, dentre os quais seis são maranhenses (Arari, Vitória do Mearim, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, São Pedro da Água Branca) e dois são paraenses (Canaã dos Carajás e Marabá).

Atualmente, de acordo com a Rede Mulheres do Maranhão (2019), há 15 negócios sociais apoiados pela Fundação Vale; destes, 12 são apresentados no sítio oficial da Rede, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Projetos participantes do AGIR Estrada de Ferro Carajás apoiados pela Fundação Vale que integram a Rede Mulheres do Maranhão

Cidade	Negócio Social	O que produzem e comercializam
Arari	Ateliê Bubasa Estilo	Peças em tecido
	Padaria Três Amores	Pães, bolos, biscoitos, alfajores e salgados
Vitória do Mearim	Sabor de Todo Dia	Produção de azeite e óleo de babaçu, além de doces de diversos sabores e cocadas
Alto Alegre do Pindaré	Babaçu Boa Vista	Beneficiamento do babaçu
	Doce Cultura	Salgados, bolos tradicionais e doces de frutas regionais
	Sabores de Arapapa	Beneficiamento do babaçu, processamento da mandioca, uma horta comunitária e um galinheiro
	Terra das Palmeiras	Fábrica de processamento do babaçu, fábrica de doces e salgados e uma horta comunitária
	Trilhando Costura	Camisetas, aventais, <i>ecobags</i> , panos de prato e peças íntimas
Itapecurum Mirim	Padaria Santa Luzia	Pães, bolos, biscoitos e salgados
Buriticupu	Delícias da Vila Pindaré	Beneficiamento da castanha de caju e produção de doces em pasta, em barra, em calda e cocadas
Bom Jesus das Selvas	Vida Nova Sementes	Beneficiamento da castanha de caju
Marabá/PA	Boleira de Itainópolis	Pães, bolos, pizzas, salgados e biscoitos

Fonte: Rede Mulheres do Maranhão (2019)

Dos projetos instalados nos municípios Canaã dos Carajás e Marabá, apenas o projeto Boleiras de Itainópolis compõe o grupo da Rede Mulheres do Maranhão, pois faz parte do Projeto AGIR Estrada de Ferro Carajás.

A Rede Mulheres do Maranhão foi criada em dezembro de 2016, na oportunidade do primeiro encontro dos grupos pertencentes ao Projeto AGIR Estrada de Ferro Carajás. De acordo com o *site* oficial, seu objetivo contempla a “[...] busca na inovação de processos sociais e na construção comunitária sua força para perseguir os objetivos de superação da pobreza e desenvolvimento econômico e

social das comunidades em que está inserido” (REDE MULHERES DO MARANHÃO, 2019).

Além disso, observa-se que a integração entre os projetos sociais a partir das trocas de experiências pode fortalecê-los, bem como contribuir para a formação do capital social e resultados conquistados pelo coletivo.

O Estado do Pará também tem seu território alcançado pela Estrada de Ferro Carajás. Nesse sentido, o Projeto AGIR Canaã dos Carajás, segundo a Fundação Vale, apoia o desenvolvimento de 16 negócios sociais no estado, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos participantes do AGIR Canaã dos Carajás apoiados no Estado do Pará pela Fundação Vale

Cidade (PA)	Negócio Social	O que produzem e comercializam
Canaã dos Carajás	Associação de Apicultores de Canaã dos Carajás	Produção de alimentos
	Grupo de Horticultores de Vila Bom Jesus	Produção de alimentos
	Associação de artesãos solidários de Canaã dos Carajás	Confecções de roupas e acessórios
	Encantarde	Artesanato
	Piscicultura Salomão	Piscicultura
	GFN Serigrafia	Serigrafia
	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Canaã dos Carajás	Reciclagem
Curianópolis	COOMIPASP	Produção de alimentos
Paraupébas	Projeto Rural Juazeiro	Produção de alimentos
	Projeto Rural Onalício Barros	Produção de alimentos
	Projeto Rural Palmares	Produção de alimentos
	Projeto Rural Santo Antonio	Produção de alimentos
	Casa Lab Hub Criativo	Cultura
	Mulheres de Barro	Artesanato
	Caldeirão da Cleide	Produção de alimentos
Marabá	Boleiras de Itainópolis	Produção de alimentos

Fonte: Fundação Vale (2019?)

Esta pesquisa, portanto, delimitou sua área de investigação ao município maranhense de Buriticupu, especificamente na Associação Delícias da Vila Pindaré, um dos 15 projetos atualmente apoiados pela Fundação Vale.

Assim, pretendeu analisar as percepções de beneficiárias sobre os efeitos desse projeto de geração de renda no que se refere às relações de trabalho associado desenvolvidas a partir dos projetos, caracterizando o capital social das beneficiárias e identificando como o trabalho associado contribuiu para o possível fortalecimento desse capital social, além de possíveis transformações nas vidas das beneficiadas e das relações instituídas através dessa forma de organização, bem como aspectos que podem ser melhorados no processo de associativismo.

O projeto escolhido para realização da pesquisa insere-se na categoria de projetos financiados pela Fundação Vale, que também atua na regularização e na formalização de negócios sociais. Nesta investigação, não foram objeto de estudo os resultados da formação empreendedora dedicada aos empreendimentos apoiados, para que estes possam se tornar sustentáveis. Essa vertente poderá, entretanto, ser pesquisada em momentos posteriores.

1.4 Relevância do Estudo

Além do aspecto econômico inerente à atuação de uma empresa dentro de um território, os impactos sociais também merecem destaque, uma vez que são determinantes para o desenvolvimento da região. Sob esse aspecto, os projetos de geração de renda que contemplam o viés da responsabilidade social têm sido uma importante estratégia para atender aos próprios interesses das empresas ou mesmo como justificativa de atuação junto à sociedade.

Assim, esta pesquisa analisa a postura de empresas no território, diante das relações chamadas *stakeholders*, e como projetos de geração de renda no contexto da responsabilidade social empresarial influenciam a vida das pessoas, principalmente porque, no caso específico estudado, trazem em seu bojo uma nova forma de organização do trabalho.

Dessa forma, considerando que o apoio à formação do trabalho por meio do associativismo foi a escolha institucional da empresa para a realização de projetos sociais junto às comunidades de atuação, torna-se relevante entender, do mesmo modo, a formação do capital social que emerge nos grupos de estudos e sua contribuição para o desenvolvimento da região.

Assim, conhecer as percepções dos grupos atendidos sobre a relação de trabalho associado e o capital social, constituídos por meio de projetos de geração de renda financiados por empresas, torna-se necessário para entrever os resultados efetivos dessas ações, especialmente sobre os efeitos que tais medidas possam ter trazido para a vida dessas pessoas.

Outrossim, a relevância deste estudo reside na intenção de que este se some a outros tantos na área de formação e fortalecimento do capital social de pequenos grupos formados por associativismo, que possuem papel fundamental no desenvolvimento local e regional, o que depende da organização, da articulação e dos níveis de confiança estabelecidos.

1.5 Organização da Dissertação

Este estudo está estruturado da seguinte forma: a introdução discorre sobre o impacto que as empresas promovem ao adentrar um território e, sob esse aspecto, aborda os projetos de geração de renda no contexto da responsabilidade social como compensação à sociedade.

Em seguida, apresenta-se o problema da pesquisa, que surge da experiência de projetos de geração de renda apoiados financeiramente pela Fundação Vale e executados pelo ISES em dois municípios maranhenses. Posteriormente, pontuam-se o objetivo geral e os objetivos específicos aos quais se propõe o projeto de pesquisa, a delimitação e a relevância do estudo.

A revisão de literatura traz como leitura introdutória Freeman e o conceito de *stakeholders* também discutido por Bowen, Carroll, Shabana, Friedman e Keith Davis,

além da discussão teórica sobre responsabilidade social, capital social em Bourdieu, Burt e Putnam, e sua relação com o associativismo.

A sequência compreende o método utilizado neste trabalho, o tipo de pesquisa, sua área de realização, amostra, instrumento utilizado e os procedimentos para coleta e análise de dados.

Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, as considerações finais, os referenciais utilizados, apêndices e anexos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O capital, que pode significar “recurso” ou “patrimônio”, tem sua definição ampliada a partir das diversas dimensões apresentadas por Bourdieu (1998), que traz, além do campo econômico, o campo cultural social e o simbólico. Assim, os capitais podem existir em seu estado objetivado e também em seu estado incorporado (MOORE, 2018, p. 142).

2.1 Capital Social

A noção de capital social trazida por Bourdieu (1998) permite a reflexão sobre as estatísticas e os efeitos sociais promovidos pelas desigualdades de grupos sociais e de seus capitais econômico ou cultural. Decorre desse contexto a formação e a mobilização de grupos, providos de capital ou não. Define-se, então, capital social como:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento; ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 28).

A partir do conceito de capital social (BOURDIEU, 1998), denota-se que “as propriedades comuns” vinculam o conceito de capital social às posses rentáveis dos sujeitos. Além disso, a força de determinado grupo que se forma por similaridade de características entre os indivíduos, seja pelo seu capital econômico ou cultural, depende da força do capital social de cada um dos seus membros.

De forma breve, apresentam-se os demais capitais estudados em Bourdieu (1998), pois, para compreender o capital social, é necessário relacioná-lo aos demais. Moore (2018) busca diferenciar essas diferentes formas de capital e, inicialmente, faz uma distinção entre o capital econômico e o simbólico, concluindo que estes se diferenciam em razão de que o primeiro apresenta como característica o viés mercantil, no qual a razão está determinada para um fim em si mesmo, geralmente

financeiro; por outro lado, o capital simbólico caracteriza-se nas diversas formas que “[...] negam e suprimem seu instrumentalismo ao proclamarem-se desinteressadas e de valor intrínseco” (MOORE, 2018, p. 139).

Ainda sobre o capital simbólico, Saint Martin (2017, p. 112), destaca a difícil definição do termo, porém, o interpreta como “[...] um capital de autoridade, de modo que no caso concreto, somente o Estado está autorizado a dizer de um indivíduo o que ele é e consagrá-lo socialmente, em suma nomeá-lo”.

Em sua análise sobre o capital cultural em Bourdieu (1998), Nogueira (2017) retrata a relação entre o estilo de vida do indivíduo e os seus bens materiais, ou seja, quanto mais recursos financeiros, mais acesso a bens culturais um indivíduo pode ter. Esse fato também caracteriza as distinções dos grupos sociais e a posição hierárquica que ocupam na sociedade.

Higgins (2008) organizou a proposição de capital de Bourdieu (1998) em conformidade com as informações dispostas no Quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de Capital, segundo Pierre Bourdieu

	Capital econômico	Capital cultural	Capital Simbólico	Capital Social
Fator de rentabilidade	Conjunto de recursos atuais ou potenciais, decorrentes do controle sobre fatores de produção, que recebem um preço em dinheiro	Conjunto de recursos atuais ou potenciais decorrentes do aprendizado escolar, da dotação de artefatos de aprendizado e do prestígio dos títulos acadêmicos	Conjunto de recursos atuais ou potenciais decorrentes do nível e da diferença social reconhecida como tal	Conjunto de recursos atuais ou potenciais decorrentes da participação em redes de relações sociais
Ação de investimento	Busca de informação, compra e venda de ativos e força de trabalho	Trabalho que visa a apropriação de competências para saber fazer	Trabalho que visa construir a reputação e a honra social; luta pelo reconhecimento social	Trabalho para constituição de vínculos sociais duradouros
Garantia formal/informal	Títulos de propriedade, emissão de moeda, garantidos pelo <i>fiat</i> do Estado	Títulos acadêmicos, diplomas garantidos pelo <i>fiat</i> do Estado	Títulos nobiliários, marcas de distinção social; os primeiros pressupõem garantia pelo Estado, os segundos não	Títulos de pertencimento a um grupo, ação por procuração, não supõem garantia direta do Estado

Fonte: Higgins (2008, p. 62)

Para Bourdieu (1998), o capital social do grupo beneficia individualmente a todos os demais membros, promovendo ganhos coletivos; contudo, ressalta a existência de níveis de capital social individual entre os membros e que nem todos podem representar ou aplicar o capital social do coletivo. “Associações, clubes e rallies de diversos tipos encontram-se entre os espaços que desenvolvem aptidão para

construir e manter redes que permitem trabalhar sobre o capital social e fortalecê-lo” (SAINT MARTIN, 2017, p. 114).

Pós Bourdieu (1998), tem-se a concepção de capital social desenvolvida por Coleman (1988) e apoiada pelos estudos de Putnam (2006). Coleman (1988) apresentou uma perspectiva do capital social a partir de sua função: uma perspectiva utilitarista em que os envolvidos se unem de forma corporativa, tornando o capital social produtivo, a fim de alcançar objetivos, os quais não seriam atingidos sem a estrutura social formada pelos seus atores. Assim, o valor do capital social para esses atores significa a identificação de “[...] recursos que podem utilizar para alcançar seus interesses” (COLEMAN, 1998, p. 101).

A conclusão de Coleman (1988, p. 119) sobre capital social reflete sobre as três formas através das quais, segundo ele, esse capital pode ser identificado:

Obrigações e explicações, que dependem da confiabilidade do ambiente social, capacidade de fluxo de informação da estrutura social e normas acompanhadas de sanções. Uma propriedade compartilhada pela maioria das formas de capital social que a diferencia de outras formas de capital é seu bom aspecto público: o ator ou atores que geram capital social normalmente capturam apenas uma pequena parte de seus benefícios, fato que leva ao subinvestimento em capital social (Tradução nossa).

Desse modo, Coleman (1988) destaca a característica do aspecto público como diferencial do capital social em relação às outras formas de capital, ao mesmo tempo em que percebe que os poucos benefícios adquiridos pelos atores acabam por tornar frágil o investimento nesse capital, o que, conseqüentemente, enfraquece o alcance de objetivos e interesses comuns.

Nesse contexto, de acordo com os estudos de Higgins (2008), é possível sistematizar quatro formas de organização social a partir da concepção de capital social trazida por Coleman (1988). Essa sistematização pode ser observada no Quadro 4.

Quadro 4 – Tipos puros de organização social

Organização primordial (Família, clã, grupo étnico e religioso)	- Os laços sociais estão cimentados no nascimento (<i>childbirth</i>) - Controle social: valores internalizados na socialização familiar, normas impostas (<i>enforced</i>) por sanções internalizadas e por sanções externas e informais do grupo
Organização espontânea (Trocas econômicas, relações de amizade, relações de longo prazo)	- Os laços sociais estão cimentados em incentivos transacionais intrínsecos; as relações não dependem de terceiros para a sua continuidade - Controle social: mistura de vigilância e incentivos
Organização construída (Empresas, sistemas de atenção estatais, etc.)	- Os laços sociais são fixados pelo desenho organizacional; as regras, as expectativas e obrigações dependem de posições; os incentivos das relações não são intrínsecos, dependem de uma estrutura de incentivos multilateral que envolve terceiros - Controle social: sanções impostas pela máquina organizacional e pelo direito contratual

Fonte: Higgins (2008, p. 54)

Higgins (2008) apresenta formas de organização dos grupos sociais nas quais podem ser manifestadas as relações e laços, focando nos estudos de Coleman (1988) ao trazer a concepção de controle social para cada tipo de organização cívica, o que influencia na formação e no fortalecimento do capital social entre seus sujeitos.

Em suas pesquisas, a partir da experiência da Itália Moderna, Putnam (2006) aponta os “dilemas da ação coletiva”, em que apresenta, por meio de vários exemplos, como a desconfiança pode prejudicar os resultados de trabalho feito em cooperação.

Putnam (2006, p. 177) entende como conceito de capital social as “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Sob essa ótica, Putnam (2006) concorda com Coleman (1988) ao se referir à função produtiva do capital social.

Putnam (2006) destaca que a interação no capital social pode ocorrer na forma horizontal ou vertical. Na forma horizontal são representados:

[...] os sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa, representam uma intensa interação horizontal. Os sistemas de participação cívica- são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. (PUTNAM, 2006, p. 177)

Por outro lado, as relações verticalizadas compreendem:

Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais. Os fluxos de informação verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas debaixo para cima e, ainda que o sejam, dificilmente são acatadas. Somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais, tentaria punir um superior. (PUTNAM, 2006, p. 185)

Assim, o autor conclui que, enquanto no associativismo horizontal a forma de organização é caracterizada pela confiança estabelecida entre os sujeitos que, submetidos aos mesmos regimentos e sanções, alternam entre si no poder, as relações que se estabelecem na forma vertical caracterizam-se pelo seu autoritarismo e desigualdade, além da hierarquia definida entre os sujeitos. Ao tratar do desempenho das instituições democráticas, Putnam (2006) também considera que grupos superam conflitos devido às conquistas provenientes do capital social.

Para Burt (2005, p. 16), “[...] o capital social refere-se a uma vantagem criada pela maneira como as pessoas estão conectadas”. Desse modo, o autor entende que essa definição é aplicada quando se obtém algum tipo de vantagem, como recursos, informações ou ideias, consequências da rede de contatos, e exemplifica: “Se é uma vantagem viver entre amigos engajados em uma sociedade de confiança, e o fechamento da rede aumenta a probabilidade de tal vida, o fechamento é o capital social” (BURT, 2005, p. 126).

Ao relacionar os estudos sobre capital social e desenvolvimento regional, Menezes, Oliveira e Carniello (2012, p. 10) afirmam que “[...] o conceito de capital social aparece como variável explicativa ou como variável dependente para o

desenvolvimento regional, o que permite compreendê-lo como alternativa que abrangem tanto as desigualdades materiais e estruturais”.

Pesquisas brasileiras recentes sobre o capital social em instituições e grupos (MENEZES, 2014; NUNES, 2016; SANTOS, 2016) revelam sua relevância para a formação da participação política cidadã, a conquista de espaço profissional, a atuação coletiva na sociedade e a relação com outras espécies de capital, tendo em vista o desenvolvimento local e regional.

Menezes (2014) discute uma concepção de desenvolvimento vinculada ao capital social fomentado por Instituições de Ensino Superior. Porém, conclui que o distanciamento das Instituições de Ensino Superior nesse tipo de fomento e a prioridade para a formação técnica dos sujeitos abnegam a formação para o desenvolvimento de capacidades cooperativas e níveis de confiança no coletivo.

Em sua tese sobre planejamento e capital social em um estado brasileiro, Santos (2016) afirma que a participação popular nas políticas públicas, em sua criação e acompanhamento, é frágil, favorecendo o desenvolvimento de políticas verticalizadas. Por outro lado, mostra que estar associado a alguma organização nem sempre representa um alto nível de capital social, uma vez que o único interesse por recursos financeiros pode, do mesmo modo, fragilizar a força do coletivo.

Nunes (2016), em seu trabalho sobre capital social e mulheres no contexto da formação profissional em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, conclui que as mulheres egressas do curso alvo da pesquisa adquiriram autoestima, confiança e melhoria na qualidade de vida através do trabalho. Além disso, o capital social do grupo estudado foi fortalecido na oportunidade do curso de formação profissional, nas experiências vividas naquele coletivo e ganhou expressiva notabilidade nos grupos sociais, dos quais as mesmas participam após a conclusão do curso.

Por sua vez, Ponte (2017) relaciona o capital social ao capital humano e afirma que a inovação social é fruto do intercâmbio de informações e conhecimentos adquiridos como fator de redução das desigualdades e fomento da inovação social.

Internacionalmente, em artigos recentes, tem-se discutido a origem do capital social, sua variação em comunidades e países diferentes, e como este pode estar relacionado ao bom desempenho de um governo (BOIX; POSNER, 2016). Para os autores, a variação de capital social pode estar relacionada à desigualdade política e social que diverge nos diferentes espaços do globo.

Boix e Posner (2016) acreditam ainda que, quanto maior o estoque de capital social de um grupo, maiores são as possibilidades de se sustentar nele a cooperação social. Por outro lado, a imposição de cooperação por uma instituição mais forte, conforme se contata nos estudos de Putnam na Itália, onde o Estado impôs a cooperação entre os indivíduos do Sul, pode não resultar em níveis fortes de capital social.

Para Boix e Posner (2016), há cinco modelos de relacionamento entre a capacidade cooperativa da sociedade e a performance das instituições políticas. O modelo dos “Eleitores racionais e elites competitivas” pressupõe que o acompanhamento e a participação efetiva da população em relação às políticas desenvolvidas pelos governos possibilitam a avaliação em eleições futuras e, sabendo disso, políticos tenderão a trabalhar visando a manutenção no poder. Os autores ainda destacam a relevância das associações como importantes espaços para discussão cívica e levantamento de demandas para o bem-estar da população.

O segundo modelo, “Conformidade de regras”, está relacionado à forma com a qual o cidadão contribui para que o Estado desempenhe sua função. Tem-se como exemplo o pagamento de impostos (BOIX; POSNER, 2016).

A terceira forma de manifestação do capital social é denominada pelos autores de “Virtude cívica”, que implica no pensamento sobre o que é melhor para o coletivo, em detrimento dos interesses individuais.

A quarta proposição é o modelo da “Eficiência burocrática”, quando as relações entre colegas de trabalho e superiores conseguem alcançar a produtividade pelo alto nível de capital social estabelecido. Acredita-se que os órgãos públicos sejam ricos em capital sociais, pois os agentes públicos estariam imbricados em uma causa comum, a do benefício do coletivo. Do contrário, agentes que venham sobrepor

interesses individuais aos coletivos tornarão mais lento o acesso às políticas (BOIX; POSNER, 2016).

O quinto modelo de capital social apontado por Boix e Posner (2016, p. 693) é a “Acomodação de elite”, em que o capital social promove práticas acomodativas entre as elites envolvidas em cenário de lutas e conflitos, que podem abranger questões éticas, religiosas ou até mesmo classes antagônicas.

A relação entre capital social e ação coletiva, especialmente em grupos que trabalham por associativismo, é bastante estreita. Assim, a história das associações e sua trajetória pela democracia e conquistas marcam o papel dessas instituições não governamentais na sociedade.

2.2 Terceiro Setor e o Associativismo

No Brasil, as Organizações Não Governamentais (ONG's) começam a existir no período do regime militar, marcado pelo autoritarismo que impulsionou a autonomia e organização da sociedade civil (TACHIZAWA, 2014).

Essas instituições ganharam expressividade a partir das associações civis iniciadas nos anos setenta. Dados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) mostram que, entre suas associadas, 21% tiveram seu início nos anos setenta, enquanto a maioria dos associados, 60%, começou suas atividades em 1985, e apenas 15% datam seu começo na década de noventa. Isso demonstra que, a partir de 1980, o processo de formalização dessas entidades entra em evidência. Entre as primeiras entidades brasileiras não governamentais, representando 20% do total, estão aquelas ligadas a instituições religiosas, com área de atuação nos bairros periféricos e lutas sindicais (TACHIZAWA, 2014).

Coelho (2005, p. 31) aponta, nesse contexto, o papel da igreja católica como instituição incentivadora da atuação de “[...] unidades sociais mais próximas da pessoa – família, amigos, vizinhos e igreja – e responder positivamente aos pedidos de auxílio”.

A literatura que trata da atuação dessas entidades define que estas se enquadram no terceiro setor enquanto instituições que possuem fins públicos e que promovem benefícios e serviços em prol do interesse coletivo (COELHO, 2005). Melo (2016, p.99) discute sobre as relações institucionais que se estabelecem entre o primeiro (Estado), o segundo setor (mercado) e o terceiro setor (ONGs) e conclui que são relações “[...] alimentadas por uma moeda de câmbio: a prestação social”.

Nesse contexto, destaca-se nesse estudo, as associações enquanto instituições do terceiro setor, pois:

Entidades de natureza privada sem fins lucrativos, juridicamente são caracterizadas como associações ou fundações. Nesse tipo de organização, as Organizações da Sociedade Civil (OSC's), Organizações Sociais (OS's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip's). (TACHIZAWA, 2014, p. 6)

Assim, associação é “[...] qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados” (VEIGA; RECH, 2001, p. 17).

A atividade associativa deve estar vinculada exclusivamente e de forma predominante aos interesses coletivos, que são aqueles que caracterizam esse tipo de instituição de “[...] natureza assistencial como instituições recreativas, religiosas, científicas e beneficentes” (VEIGA; RECH, 2001, p. 19). Logo, toda e qualquer movimentação de financeira realizada por uma associação deve estar relacionada aos interesses de seus objetivos, não conferindo à associação fins lucrativos e distribuição de dividendos entre os seus sócios, o que seria ilegal, dado o não pagamento de impostos (VEIGA; RECH, 2001).

Olson (2015) discute a ação coletiva sob uma abordagem economicista e investiga o porquê das pessoas se filiarem a movimentos sociais. Na teoria da mobilização de recursos, toma-se como perspectiva “[...] os grupos de interesse à luz da economia e a administração” (SANTOS, 2016, p. 39). Assim, essa teoria não considera a perspectiva psicológica e a análise do comportamento de grupos a partir de “[...] sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal” (GOHN, 1997, p. 50).

A teoria da mobilização de recursos surgiu no contexto da década de sessenta, quando se organizavam movimentos sociais da sociedade americana que alavancam discussões sobre direito sociais, feminismo, opiniões contrárias à guerra do Vietnã, etc. (GOHN, 1997, p. 50).

Os estudos teóricos do utilitarismo inspiraram Olson (2015), que considera os princípios da individualidade e da racionalidade a base para as explicações sobre as necessidades de mercado atendidas pela diversificação de bens e serviços, tendo em vista a acumulação de capital, bem como a interação social que serve a necessidades individuais.

Para atingir seus objetivos em grupo, Olson (2015) entende que a participação é definida por razões de natureza econômica, social, financeira, entre outras, cuja força impede o indivíduo de alcançar resultados por si próprio, o que não inviabiliza que, na interação social, se construam desejos e sentimentos naturais das relações humanas.

Uma das primeiras contribuições para discussão sobre grupos em associativismo surge com o trabalho de Tocqueville (2004), “A democracia na América”, um dos pioneiros na análise da sociedade americana e sua participação efetivada em associações, tratando da relevância desse processo para manutenção da democracia (GANANÇA, 2006).

Tocqueville (2004), ao analisar a força das associações americanas, percebe que esses cidadãos veem essa forma de organização como uma possibilidade para alcançar, através da união, qualquer tipo de empreendimento, pois:

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta. Dentre as leis que regem as sociedades humanas, há uma que parece mais precisa e mais clara do que todas as outras. Para que os homens permaneçam ou se tomem civilizados, é necessário que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe na mesma proporção que a igualdade de condições cresce. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 136)

Sob a ótica das associações, o estudo de grupos tem relevante contribuição em Tocqueville (2004), que percebe, no contexto americano, a participação da sociedade onde faltam ações do governo, e revela que “[...] São as associações que,

nos povos democráticos, devem fazer as vezes dos particulares poderosos que a igualdade de condições faz desaparecer” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 135).

Ainda sob essa perspectiva das associações enquanto espaços democráticos e de formação cidadã, Ganança (2006, p. 8) considera que “[...] nas associações, os indivíduos de uma mesma classe ou segmento social aprenderiam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns”.

Para Barreto (1987, p. 49), “[...] o associativismo, enquanto mecanismo democrático conduz o ser humano à consciência de suas vinculações com a comunidade, tornando-o capaz de se auto ajudar e, também, ensinando-o não só a trabalhar para os outros, mas com os outros”.

A partir da teoria do interesse bem compreendido, Tocqueville (2004) explica que os sujeitos percebem a importância da união e da coletividade para alcançar objetivos que não alcançariam sozinhos, e que esta é uma das formas de fortalecer a democracia:

Os americanos, ao contrário, gostam de explicar, com ajuda do interesse bem compreendido, quase todos os atos de sua vida; eles mostram complacientemente **como o amor esclarecido por si mesmos os leva sem cessar a se ajudar uns aos outros** e os dispõe a sacrificar com muito gosto, pelo bem do Estado, uma parte de seu tempo e de suas riquezas. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 148, grifo nosso)

Tocqueville (2004) conclui que as pessoas se associam por amor próprio. Nesse contexto, o agir coletivamente é a união de esforços e propósitos comuns que nascem a partir de uma vontade coletiva, cujo sucesso dependerá da força da interação de seus membros (SANTOS, 2016).

Seguindo a lógica do fortalecimento da democracia defendida por Tocqueville (2004), nessa mesma perspectiva, Warren (2001, p. 3) acredita que “[...] uma vida associativa fortalecida pode possibilitar mais democracia e mais domínios da vida, ao mesmo tempo em que forma e aprofunda as capacidades e disposições da cidadania democrática” (tradução nossa).

O autor traz no bojo dessa discussão a relevância da existência de vários grupos de associações, com especializações e áreas distintas de atuação. Assim, ele

denomina essa pluralidade de movimentos de “ecologia democrática de associações” (WARREN, 2001).

Hirst (1994) aponta a pertinência das associações enquanto instituições que podem corroborar com as ações do Estado, ajudando-o na reversão do declínio social, especialmente na vida de pessoas pobres, favorecendo a organização e a execução de projetos que podem transformar as realidades de espaços como guetos e favelas.

Além disso, pesquisas recentes apontam as contribuições do associativismo em, ao menos, três aspectos:

[...] no desenvolvimento individual, contribuindo para a formação, o aumento e o suporte na formação de cidadãos mais democráticos, especialmente em sua capacidade de produzir julgamentos autônomos; na formação da opinião pública construindo, ampliando e problematizando as opiniões e políticas; no fortalecimento das instituições de representação, além da criação de canais institucionais que produzam, via participação dos cidadãos, decisões políticas legítimas. (LUCHMANN, 2014, p. 160)

Em seus estudos, Santos (2016) apresenta as interações sociais nas categorias conflito, coordenação e cooperação, a partir das contribuições teóricas de Hardin (1991 apud SANTOS, 2016).

Na interação por conflito, são consideradas relações de poder e pressupõe-se que uma das partes envolvidas no embate ganhará e a outra perderá; pela categoria coordenação, o ganho é coletivo, se um é beneficiado, todos serão; por fim, na cooperação, a relação de troca é determinante para que a interação aconteça (SANTOS, 2016).

De acordo com essas perspectivas de interação, é com a coordenação que a coletividade tem seus objetivos alcançados, pois com a força e o empenho do grupo, há mais possibilidades de desenvolver os resultados que beneficiam a todos (SANTOS, 2016, p. 20)

Frantz (2002, p. 1) define associativismo com o sentido de cooperação. Sob esse ponto de vista, o associativismo pode ocorrer nos diversos espaços sociais, mas estaria vinculado predominantemente ao aspecto econômico que envolve a “[...] produção e a distribuição dos bens necessários à vida”. A construção proposta pelo

associativismo perpassa pelo diálogo, que pode vir acompanhado de acordos e desacordos, mas cujo resultado será o desenvolvimento (FRANTZ, 2002).

Para esse desenvolvimento, Canterle (2004) defende que é fundamental o potencial articulador das associações, ao afirmar que “[...] o associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o potencial abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5).

Santos (2016) entende o associativismo e o cooperativismo como doutrinas econômicas e sociais cuja característica é a “[...] capacidade de distribuição dos resultados (bens e serviços), favorecendo a partilha dos produtos de forma equânime” (SANTOS, 2016, p. 21).

Já Veiga e Rech (2001) distinguem associações e cooperativas especificamente em suas finalidades. Assim, “A associação tem como finalidade a promoção, a educação, a assistência social”, enquanto a cooperativa, além de possuir finalidade idêntica, apresenta como característica a “[...] atividade econômica: viabilizar o negócio produtivo em relação ao conjunto dos seus associados” (VEIGA; RECH, 2001, p. 37).

2.3 A Responsabilidade Social Empresarial

A interação entre sociedade e empresa tem sido determinante para a sobrevivência de ambas no contexto atual, pois as expectativas da sociedade em torno “[...] de um comportamento social responsável das empresas têm sido cada vez mais expressivas” (DIAS, 2012, p. 1). Esse comportamento varia ao longo do tempo e da cultura de determinada sociedade.

Carmo (2016) destaca dois recortes temporais para explicar a origem da responsabilidade social: o primeiro, situado entre o final do século XIX e primeira metade do século XX; o segundo, da era moderna até os dias atuais, a partir da publicação, em 1953, do livro *“Social Responsibilities of the Businessman”*, de Howard Bowen. Por outro lado, o contexto das empresas americanas, a partir do século XVI, trazem importantes consequências para os séculos seguintes.

No século XVI, nos Estados Unidos, a responsabilidade social empresarial estava relacionada ao aspecto legal, em que familiares eram obrigados a honrar com as dívidas da empresa mesmo após a morte do dono. No século XVII, as empresas tinham seu poder controlado pelo poder público e já se articulavam em busca de legislações em prol de seus direitos (ALESSIO, 2008).

Já no século XVIII, a relação entre governo e empresa acontecia pela concessão de alvarás em trocas de benefícios sociais prestados à sociedade nas áreas de construção, transporte e infraestrutura. Até o século XIX, as empresas eram controladas pelo Estado, e cidadãos e os interesses da sociedade eram observados com prioridade no que concerne ao interesse das empresas.

Após a guerra civil nos Estados Unidos, essas organizações passaram também a atuar na oferta de serviços privados, ampliando seus direitos com a aprovação de leis em seu benefício, além de seu poder de lucro. No século XIX, formava-se uma nova atuação por parte de alguns empresários. O registro histórico da atuação social do empresariado é caracterizado por ações individuais e voluntárias.

Nos Estados Unidos, grandes fortunas do século XIX, como as dos Vanderbilt, Rockefeller³, Ford e outros, investiram parte de sua riqueza na criação de inúmeras fundações. A maior parte das universidades norte-americanas, que lideram o *ranking* das melhores do mundo, foi fundada e se desenvolveu com as doações desses empresários (ALESSIO, 2008).

As universidades de Yale, Princeton, Harvard, Columbia, Cornell, entre muitas outras, são consequências das doações e do compromisso com a educação desses milionários. A cultura e, principalmente, os museus e os grandes teatros também se beneficiaram desses critérios de investimento na sociedade realizados pelos industriais norte-americanos. Nesse período, a recente burguesia industrial atuava por meio de doações financeiras que, “[...] ao longo da primeira metade do século XX,

³ Nos anos noventa do século XIX, a família do burguês norte-americano John Davisson Rockefeller financiava ações de caridade da igreja batista e missões protestantes em terras indígenas. O filantropo investiu, ainda, em pesquisas sobre saúde, educação, ciência e religião. Apesar de tantas ações, só em 1913 a fundação Rockefeller é legalmente instituída como uma filantropia com o enfoque na saúde pública, ensino e pesquisa, especialmente na área da medicina nos Estados Unidos e no exterior, inclusive em países da América Latina como o Brasil (PONTES, 2007).

continuaram as ações sociais de empresários, de um modo geral, de caráter filantrópico e caritativo” (DIAS, 2012, p. 25-26).

Dessa forma, é oportuno destacar a atuação dos Rockefeller no Brasil. Marinho (2013, p. 14) afirma que “[...] dada a diversidade de sua atuação no Brasil, a presença da Fundação Rockefeller no país ainda precisa ser estudada de modo mais sistemático, em amplitude e profundidade”.

Em 1915, o grupo chega à cidade de São Paulo para apoiar o desenvolvimento da medicina no Brasil por meio dos investimentos em ensino na área da saúde. Em 1916, começam os diálogos com a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. As alternâncias de governo e as solicitações de prorrogações de prazo estenderam esse diálogo por 15 anos. O modelo de educação proposto recomendava baixo número de alunos e o ensino articulado à pesquisa. No período de 1926 a 1931, a Faculdade de Medicina teve investimentos em infraestrutura física, equipamentos para laboratórios, formação para docentes, inclusive com intercâmbios e em pesquisa (MARINHO, 2013).

No entanto, a questão da filantropia nem sempre foi tratada sob a perspectiva do Grupo Rockefeller. Dois casos levados à corte americana promoveram reflexões em torno do tema e da responsabilidade social das empresas.

O primeiro caso, em 1919, envolveu Henry Ford, então presidente da companhia Ford, processado por acionistas porque, com o lucro da empresa, queria expandir os negócios e diminuir os preços dos carros, aumentando, com isso, a oferta de empregos, trazendo contribuição social e, posteriormente, os lucros que viriam com o novo negócio. Contudo, a corte entendeu que os rendimentos da empresa deveriam ser divididos entre os acionistas.

O segundo caso levado à justiça americana aconteceu em Nova Jersey e resultou, por outro lado, em posição favorável à doação de recursos oriundos de lucro de acionistas à Universidade de Princeton, o que ficou caracterizado como filantropia corporativa (ALESSIO, 2008).

Nesse primeiro momento, compreendido entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX, a produção literária sobre o tema da RSE estava em muito associada à noção de Responsabilidade Social baseada na ética pessoal na condução dos negócios. O dilema principal a ser resolvido

centrava-se no campo da legitimidade da decisão dos administradores em destinar recursos corporativos para investimentos sociais, seja em benefícios dos empregados, seja em ações filantrópicas e assistenciais. (CARMO, 2016, p. 123)

Segundo Jesus et al. (2017), desde a década de cinquenta, o tema Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é estudado e seu conceito está vinculado ao próprio conceito de empresas. Assim, no ano de 1953, Howard Bowen, no livro *“Social Responsibilities of the Businessman”* (Responsabilidade Social dos Homens de Negócios), trata pela primeira vez, conceitualmente, o termo RSE, que foi descrito como sendo:

A expressão responsabilidades sociais dos homens de negócio [...] refere-se às obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linha de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade. (BOWEN, 1957, p. 14-15)

Para Bowen (1957), as empresas são detentoras de importante poder e influenciadoras do seu meio, logo, deveriam assumir posicionamentos éticos, de acordo com as expectativas da sociedade (CARROLL; SHABANA, 2010).

Carroll (1999, p. 270) destaca importantes contribuições da década de sessenta sobre a temática da Responsabilidade Social Empresarial nos trabalhos de Keith Davis, Joseph W. McGuire, William Frederick e Clarence C. Walton.

Já Davis (1975, p. 20) afirma que as empresas possuem poder político, econômico e social, e que este poder as torna condicionadas a “[...] duas equações ou princípios sociais: (a) todo poder é acompanhado de uma responsabilidade social e (b) o uso irresponsável desse poder leva ao risco de perdê-lo”, e conclui que “[...] ao longo prazo, quem não usa poder de uma maneira que a sociedade considera responsável tenderá a perder esse poder”.

Nessa vertente, McGuire (1963) defende que “[...] a Responsabilidade Social exorta as empresas a assumirem certas responsabilidades para a sociedade que se estendem para além de suas obrigações legais e econômicas” (apud CARROLL; SHABANA, 2010, p. 87).

McGuire (1963) defende maior interação entre a empresa e a sociedade e destaca o papel das organizações nos contextos e no entendimento de Dias (2012):

“[...] analisa e esclarece o papel das empresas na sociedade moderna através do exame de suas relações com o contexto social, político e econômico na qual se desenvolvem” (MCGUIRE apud DIAS, 2012, p. 28).

Para Frederick (1994, p. 151), “Uma ideia fundamental de responsabilidade social corporativa é que as corporações de negócios têm a obrigação de trabalhar pela melhoria social”. Nesse sentido, as responsabilidades da empresa existiriam independentemente dos lucros, e os recursos humanos e econômicos também seriam utilizados para atingir benefícios mais amplos à sociedade.

Essa percepção da atuação da empresa para além dos fins econômicos foi percebida por Eells e Walton (1974 *apud* MARTINS, 2013, p. 7), ao afirmarem que:

Em seu sentido mais amplo, a responsabilidade social corporativa representa uma preocupação com as necessidades e objetivos da sociedade que vai além do meramente econômico. Na medida em que o sistema de negócios como existe hoje só pode sobreviver em uma sociedade livre e funcionamento eficaz, a responsabilidade social corporativo movimento representa uma preocupação ampla com o papel das empresas em apoiar e melhorar ordem social.

Alessio (2008) registra que, na década de setenta, os autores apresentavam dificuldades para definir o termo Responsabilidade Social Empresarial, que ficou “[...] permeado pela noção de obrigação ou cumprimento de lei até vontade própria, caridade e conscientização da empresa”. Nesse mesmo período, destacam-se os trabalhos de Milton Friedman (1984), que apresenta uma visão diferenciada sobre o comportamento das empresas, pois para o autor:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela? Podem os indivíduos decidir o que constitui o interesse social? (FRIEDMAN, 1984, p. 139)

Para Friedman (1984), a única responsabilidade das empresas é ampliação ao máximo do lucro aos acionistas. Para ele, a natureza da empresa não é social, portanto, não deve haver responsabilidade social na empresa, mas apenas a responsabilidade legal.

Ao analisar esse raciocínio, Dias (2012, p. 29) entende que “[...] as empresas, como instituições econômicas, devem contribuir para a maximização da eficiência do sistema econômico, e isto se consegue sob certas condições, quando maximizam seus benefícios, ou seja, geram riquezas”. Assim, o papel social de uma organização é “[...] gerar empregos e satisfazer as necessidades dos consumidores” (DIAS, 2012, p. 29).

Essa abordagem ficou conhecida como *stockholder*, ou Teoria dos Acionistas (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

Ao tratar a abordagem do *stockholder*, Friedman (1984) tem como objetivo mostrar sua preocupação em assegurar que os recursos da empresa não sejam investidos em filantropia e, dessa forma, promover a confiança dos acionistas nos negócios.

Friedman (1984) reconhece a importância de tais ações, porém, defende que os recursos para esse investimento devem ser dos recursos próprios dos membros da empresa.

No final da década de setenta, Carroll (1999) contribuiu para essa temática ao descrever as quatro responsabilidades das empresas em: filantrópicas, éticas, legais e econômicas, que, posteriormente, seriam por ele aprimoradas.

Freeman (1984, p. 46) trouxe, ainda, a definição de *stakeholder*, ou teoria das partes interessadas, como sendo “[...] qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”. Essa teoria compreende, portanto, que existem outros interesses além daqueles da empresa no processo de condução dos negócios.

Outra definição para *stakeholder* vem de Clarkson (1995 apud BARBIERE, 2016, p. 21): “[...] pessoas ou grupos que têm ou reivindicam propriedades, direitos ou interesses em uma empresa e em suas atividades presentes, passadas e futuras”.

Na década de noventa e contemporaneidade, conceitos sobre a temática são discutidos a partir de novas perspectivas. Carroll (1999) aprimora sua concepção sobre responsabilidade social quando reafirma que a empresa possui obrigações

econômicas, legais, éticas e voluntárias, e acrescenta o “[...] enfoque dos *stakeholders* e das ideias sobre cidadania corporativa”, além da representação das suas responsabilidades em níveis apresentados no formato de pirâmide (DIAS, 2012, p. 31). Dessa forma, o autor postula outra concepção sobre as responsabilidades corporativas ao afirmar:

Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público. (CARROLL, 1999, p. 282)

Também sobre as reponsabilidades das empresas em relação à sociedade, Dias (2012, p. 1) reflete que:

A Responsabilidade Social (RS) está diretamente relacionada com as intensas mudanças e transformações que estão ocorrendo no mundo e que envolvem de todas as formas as empresas, sejam como atores fundamentais e responsáveis diretamente pelos acontecimentos ou como agentes afetados pelas ocorrências no âmbito sociocultural, econômico e ambiental. As empresas se inserem de forma integral na sociedade interagindo com suas instituições, com os cidadãos e com seus representantes.

Tachizawa (2014) afirma que a responsabilidade social está relacionada à governança corporativa e à gestão empresarial e que, nesse sentido, tornar relevantes questões ambientais e sociais pode estar associado à própria manutenção do negócio. Nessa direção, ações de sustentabilidade são necessárias: a empresa deve preocupar-se com os efeitos de suas ações na comunidade na qual que está inserida, mas ações de caridade ou filantropia não se enquadram na definição de ações de sustentabilidade.

Para Nichel e Woods (1999 apud ALESSIO, 2008, p. 66), a responsabilidade social das empresas está relacionada à “[...] ideia de que uma organização deveria olhar além de seus próprios interesses e dar uma contribuição para a sociedade”. Por outro lado, essa postura está vinculada à imagem positiva que a organização construiria diante da sociedade, o que consistiria em lucros para seu futuro (ALESSIO, 2008).

Sob essa perspectiva, Porter e Kremer (2011) trouxeram a discussão sobre o reconhecimento social somado aos lucros, no entanto, a partir do conceito de valor

compartilhado. Para os autores, práticas com o objetivo de aprimorar o lucro de uma empresa podem trazer melhorias às condições socioeconômicas das comunidades circunvizinhas.

Baron (2004) vê nos *stakeholders* oportunidades de maximização dos lucros nas situações em que a empresa assumiria atitudes baseadas no princípio da responsabilidade sustentável. A preocupação com o lucro também é prioridade na concepção de Jensen (2002) que, por outro lado, defende que a corporação que adota os *stakeholders* terá sua competitividade comprometida e, conseqüentemente, seus lucros.

Outra contribuição que agrega novo entendimento sobre RSE foi trazida por Jaramillo e Angels, que delimitam os *stakeholders* para atuação da empresa. Assim, Alessio (2008, p. 67) conclui que, para esses autores, “[...] a reponsabilidade social não mais se refere à sociedade como um todo, mas especifica os funcionários, as famílias e a comunidade”.

Além das concepções teóricas do termo, é importante retomar as origens da Responsabilidade Social no país. De acordo com Garcia (2004), vê-se que a responsabilidade social norte-americana foi historicamente ancorada nos aspectos culturais e políticos locais. No Brasil, ao contrário, tem-se, no decorrer do período republicano, as práticas de filantropia vinculadas à religiosidade, com ações de caridade aos pobres realizadas por meio da parceria Estado e Igreja. (GARCIA, 2004).

A partir da década de sessenta, alguns grupos de empresários começaram a se organizar com o objetivo de discutir e atuar em filantropia empresarial. Em 1960, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) foi fundada em São Paulo; em 1986, foi a vez da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES). Em 1995, surge o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e, em 1998, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que atua até hoje com a temática (VALLE, 2011).

De acordo com Garcia (2004), três iniciativas para incentivo à Responsabilidade Social corporativa são marcantes na década de 1980: o prêmio ECO, criado pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo; o Pensamento

Nacional das Bases Empresariais (PNBE); e a constituição do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE).

Em 1982, o prêmio ECO tinha como objetivo premiar ações sociais das empresas e divulgar as ações sociais por elas realizadas. Foi o primeiro evento dessa natureza, criado pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo.

Em 1987, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que consistiu em um grupo de empresários que se contrapunha politicamente à Federação das Indústrias de São Paulo, se tornou um grupo atuante que acompanhava as políticas governamentais e passou a defender temas de interesse social (GARCIA, 2004).

Em 1995, segundo Costa (2006), constituiu-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)⁴, organizado de forma associativa com vistas ao investimento social privado, a fim de atender ao interesse público. Com atuação vigente e mais de 150 associados, o GIFE compreende o investimento social privado como o “[...] repasse voluntário de recursos de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (MATHIAS; SANTOS, 2019, p. 3). Difere-se, assim, da filantropia, pois se ocupa do monitoramento dos retornos dos investimentos.

Destaca-se ainda, entre os anos de 1992 e 1993, a criação da ONG Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social (IBASE), que teve como um de seus fundadores o sociólogo Herbert de Sousa. Uma das ações de grande repercussão da ONG foi a “Ação da cidadania contra a Miséria e pela Vida”, que pretendeu mobilizar o empresariado a contribuir com a diminuição dos problemas sociais (VALLE, 2011).

Em 1997, um grupo de empresas discutia, no encontro “*Social Venture Network*”, em Miami, os rumos da Responsabilidade Social na América Latina. Esse evento é definido como uma rede que se dedicaria a pensar um modelo de RSE para a América Latina. No ano seguinte, no Brasil, como parte dessa rede, foi criado por empresários membros do PNBE o Instituto Ethos (COSTA, 2006).

⁴ Ver em <https://gife.org.br/>.

Referência no país, o Instituto Ethos⁵ possui, atualmente, mais de 500 empresas associadas. A Sustentabilidade e a Responsabilidade Social estão entre os princípios da organização, que se utiliza de ferramentas de gestão para ajudar as empresas a adotarem esses princípios em seus negócios (ETHOS, 2016). Assim, uma empresa é um negócio sustentável e responsável:

É uma atividade econômica orientada para a geração de valor econômico Financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviço ecossistêmicos, a conferir competitividade a continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade. (ETHOS, 2016)

Nesse sentido, o Instituto Ethos se propõe a acompanhar suas associadas no cumprimento da carta de princípios Ethos. Dessa forma, com o intuito de demonstrar sua atuação recente frente ao desastre humano e ambiental ocorrido na mineradora da Vale na cidade Brumadinho, MG, o instituto adotou o seguinte posicionamento em relação à empresa Vale, uma de suas associadas:

O Ethos traz a público o resultado do processo de avaliação da empresa Vale, em decorrência do rompimento da barragem da mineradora, na Mina do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho (MG), no que diz respeito ao cumprimento da nossa Carta de Princípios e dos compromissos assumidos pela empresa ao se associar ao Ethos.

Com base em informações coletadas, por meio de ofício enviado à empresa e de pesquisa em fontes públicas e nos pareceres feitos pela Comissão Interna de Ética e o Comitê de Ética, o Conselho Deliberativo do Ethos entendeu que houve descumprimento da Carta de Princípios do Ethos pela Vale, no que diz respeito aos compromissos de Responsabilidade Social, Confiança e Integridade.

Por isso, a decisão foi pela suspensão da Vale do quadro de empresas associadas ao Ethos por um período de até 60 dias, a contar do dia 11 de março de 2019, quando a empresa foi comunicada por meio de ofício [...]. (ETHOS, 2019)

Além dos princípios da Responsabilidade Social, confiança e integridade, a Ethos traz em seus ideais a primazia da ética, a valorização da diversidade e o combate à discriminação, o diálogo com as partes interessadas, a transparência, o

⁵ É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Fonte: Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>.

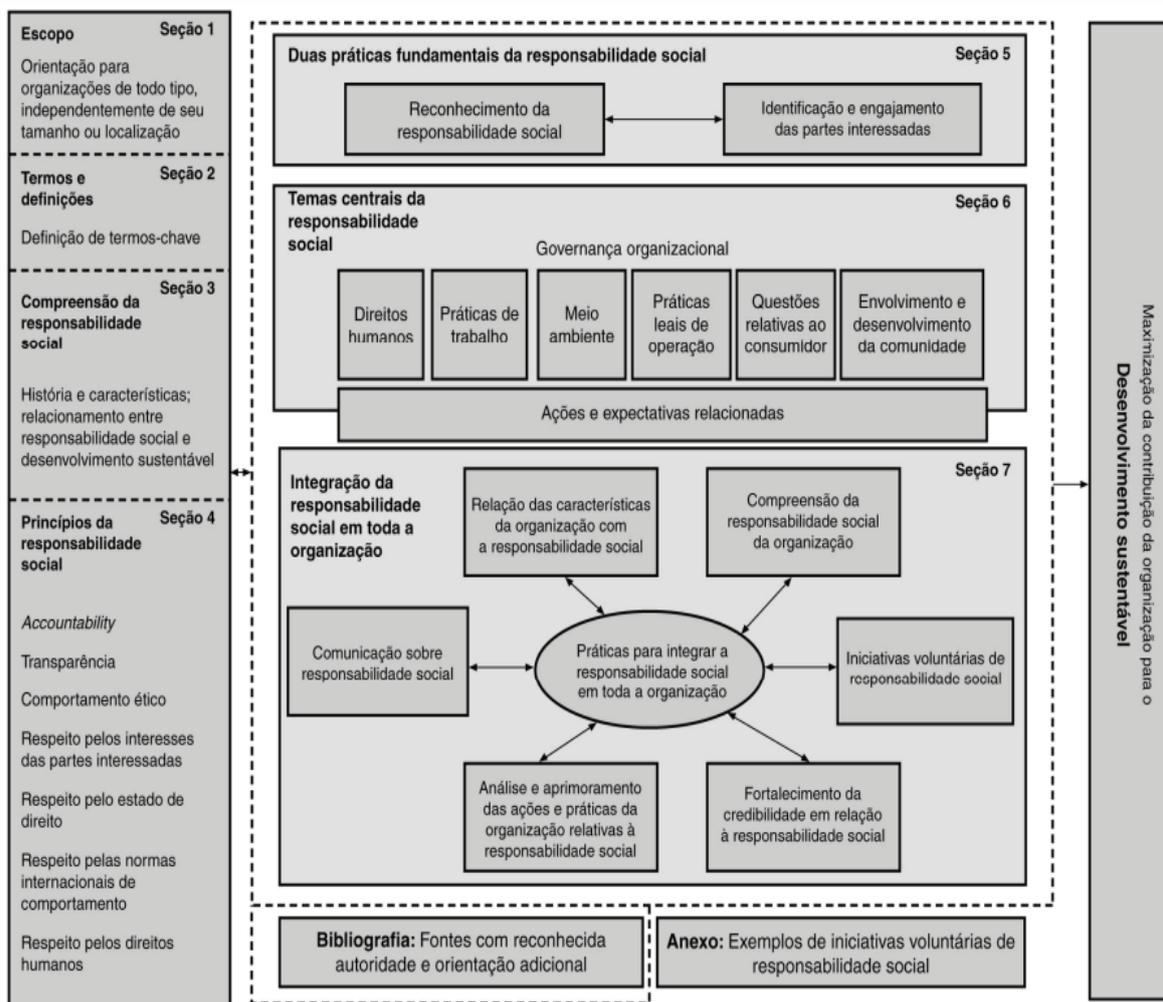
marketing responsável, a interdependência e a comunidade de aprendizagem (ETHOS, 2016).

Os indicadores constantes nas ferramentas de gestão do Instituto Ethos são inspirados num importante marco regulamentador da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a ISO 26.000, que consiste em um guia para que as organizações implementem a Responsabilidade Social Empresarial (ETHOS, 2016).

A Organização Internacional de Normalização (ISO)⁶, com sede em Genebra, Suíça, publicou, em 1º de novembro de 2010, a norma 26.000, um guia para a implementação da Responsabilidade Social em empresas, órgãos públicos e terceiro setor. Traduzida para o português, a norma ABNT NBR ISO 26.000 chegou ao Brasil em 8 de dezembro de 2010.

⁶ Ver <https://www.iso.org>.

Figura 1 – Visão geral esquemática da ABNT NBR ISO 26000



Fonte: ISO 26.000 (2010)

Destacam-se como princípios da RSE apontados na ISO 26000: “[...] *accountability*”, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo estado de direito, respeito pelas normas internacionais de comportamento e respeito pelos direitos humanos” (ABNT 2010, p. 22), e como principal característica:

[...] a disposição da organização de incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios, bem como a *accountability* pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento transparente e ético que contribua

⁷ “Termo que não possui termo correlato em português, sendo comumente interpretado como prestação de contas ou responsabilização” ou “condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e prestar contas destas decisões e atividades aos órgãos de governança de uma organização, a autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas da organização” (ABNT, 2010, p. 2).

para o desenvolvimento sustentável, esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. (ABNT, 2010, p. 6)

Apesar de tais diretrizes não serem obrigatórias às empresas, as instituições que decidirem utilizá-las devem considerar seus princípios e a perspectiva da Responsabilidade Social em suas decisões e implementação de ações. Como exemplo de ferramentas e iniciativas voluntárias de Responsabilidade Social, o documento da ABNT (2010) destaca várias ferramentas e iniciativas, as quais classifica como “iniciativas setoriais e intersetoriais”.

As **iniciativas intersetoriais** são aquelas que envolvem, concomitantemente, “mais de um setor de atividade”, como agricultura, tecnologias da informação e comunicação, serviços públicos, entre outros, e podem ser classificadas em intergovernamentais, multipartite e iniciativa de única parte (ABNT, 2010).

A exemplo das iniciativas intersetoriais intergovernamentais, tem-se as ações voluntárias da Organização das Nações Unidas (ONU), que atua na perspectiva de fornecer ferramentas para a Responsabilidade Social. Pode-se citar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que é uma:

[...] iniciativa aberta a especialistas de organizações que atuam na área de gestão de ciclo de vida. É cobrada taxa anual de associação. Forças-tarefa compostas por Secretarias da ONU e partes interessadas buscam desenvolver competências e treinamento em abordagens de ciclo de vida. Afiliada ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (ABNT, 2010, p. 90)

As iniciativas intersetoriais do tipo multipartite, por sua vez, são aquelas organizadas em colaboração entre as instituições. Como exemplo, destaca-se a “*Accountability*” – organização associativa que cobra uma taxa de seus sócios e seus princípios estão voltados à verificação de “[...] relatórios de sustentabilidade e responsabilidade social e engajamento das partes interessadas” (ABNT, 2010, p. 91).

A iniciativa intersetorial do tipo “iniciativa de única parte” ou “iniciativa de um único *stakeholder*” é aquela na qual não há colaboração de outros *stakeholders*. Assim, o Instituto Ethos se enquadra nesse tipo de iniciativa intersetorial, pois, conforme mencionado anteriormente, essa ONG nasceu de uma iniciativa do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), constituindo-se de “[...] uma organização brasileira que busca promover a responsabilidade social no setor

empresarial. Fornece várias ferramentas de RSE gratuitas, entre elas um conjunto de indicadores de RSE” (ABNT, 2010, p. 95).

Além das iniciativas intersetoriais, a ISO 26.000 apresenta as **iniciativas setoriais** para a Responsabilidade Social, que são aquelas aplicadas exclusivamente à especificidade de um setor (ABNT, 2010). São citados pela norma alguns exemplos de iniciativas nas seguintes áreas: agricultura, vestuário, biocombustíveis, construção, química, eletrônicos, energia, extrativismo, finanças, investimentos, pesca, florestal, tecnologia da informação e comunicação, transporte e viagens e turismo.

Portanto, percebe-se que houve, ao longo das iniciativas empresariais brasileiras, uma gradativa tendência à transição da adoção da filantropia para uma concepção de responsabilidade social empresarial, pautada em princípios que passaram a ser reconhecidos internacionalmente, como a sustentabilidade e a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, e que são adotados por instituições que acompanham o desempenho de empresas a partir do compromisso quanto à implementação institucional desses princípios.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de Pesquisa

Como método para realização deste trabalho, utilizou-se, quanto ao objetivo, uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa inserida no contexto de um estudo de campo. Para Vergara (1998, p. 45), a pesquisa exploratória “[...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

De acordo com Creswell (2014, p. 49), a pesquisa qualitativa:

Começa com pressupostos e uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa de investigação, a coleta de dados em um contexto natural, sensível às pessoas e os lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança.

Flick (2009) reconhece a relevância da pesquisa qualitativa, pois esta considera as diferentes formas de vida e uma interpretação dotada de sensibilidade que vislumbra as mudanças e os diversos sociais.

3.2 Área de Realização

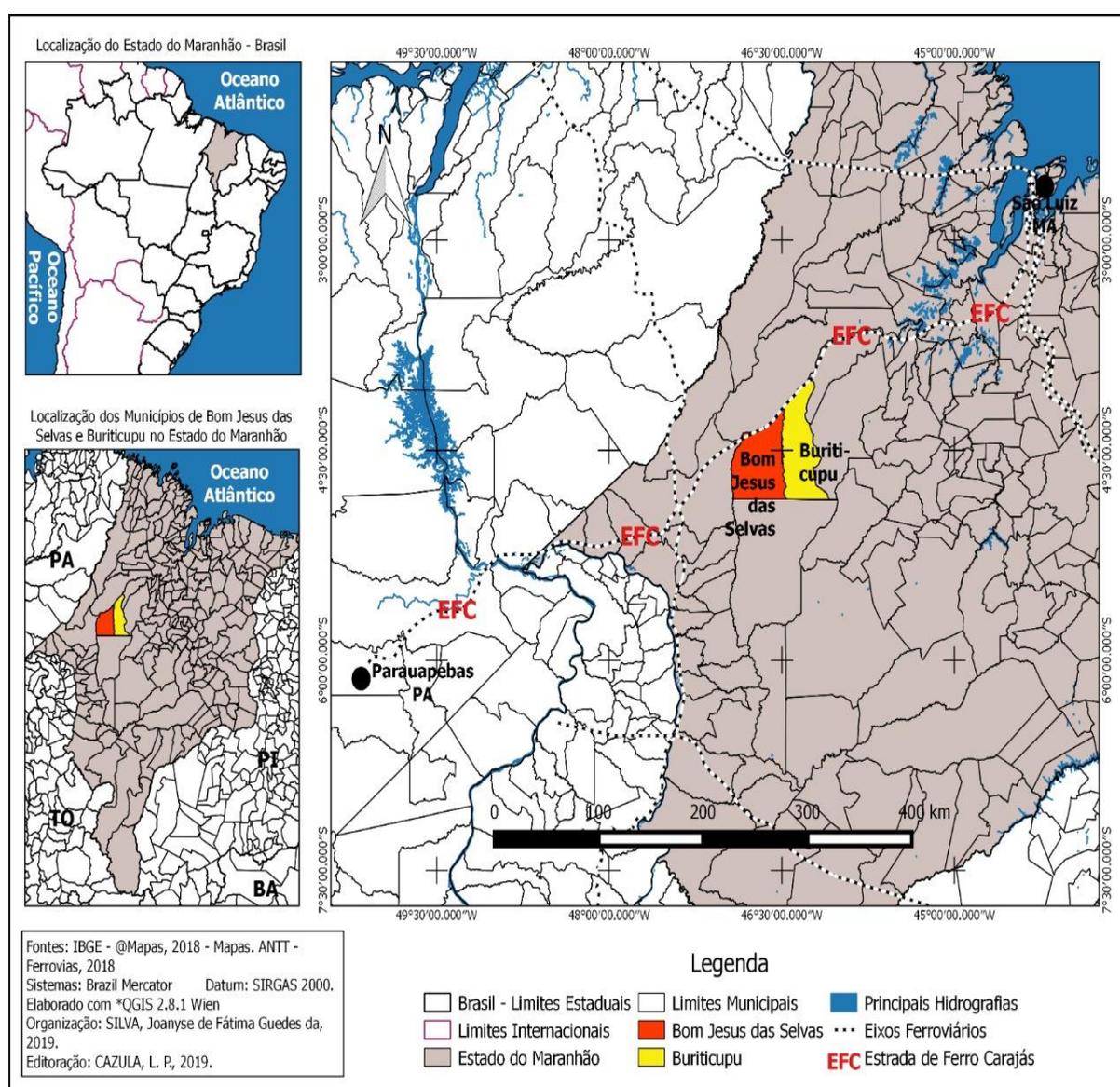
A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Buriticupu, estado do Maranhão, que tem seu território transpassado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC). A EFC-MA possui 892 km de extensão e está localizada entre o terminal portuário Ponta da Madeira, em São Luís (MA) e a mina de ferro em Carajás, no sudoeste do Pará (VALE, 2017).

O município onde foi realizada a pesquisa, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2017), teve um aumento de 75,84% em sua renda *per capita* nos últimos 20 anos. A economia ocupava a 79ª posição no *ranking*

dos municípios maranhenses, em que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em 2015, era de R\$ 6.741,28. Com relação ao desenvolvimento humano, a cidade apresentou, em 2010, índice de 0,556 abaixo do IDH do estado, de 0,639.

A pesquisa foi realizada na comunidade de Vila Pindaré, no local de funcionamento do projeto de geração de renda “Delícias do Pindaré”, apoiado inicialmente pelo financiamento da Fundação Vale e assessorado pelo Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES).

Figura 2 – Mapa Estrada de Ferro Carajás



Fonte: IBGE (2018); ANTT (2018)

De acordo com uma das integrantes da diretoria da Associação Delícias da Vila Pindaré, a organização iniciou suas atividades no ano de 2014, em local alugado pela Fundação Vale; antes disso, reuniões de sensibilização para participação em uma cooperativa foram realizadas com membros da Fundação Vale e do ISES, que assessora o projeto.

Na ocasião, participaram cerca de 40 pessoas que trabalhavam informalmente na linha do trem com a venda de alimentos e produtos regionais. No entanto, apenas 20 pessoas (15 moradores da Vila Pindaré e cinco moradores do assentamento Cristalândia, no município de Bom Jardim) se tornaram associados. Atualmente, o grupo está organizado como associação e conta com 11 membros, todas mulheres, que trabalharam com o beneficiamento da castanha do caju, com doces de frutas regionais, geleias e sorvetes⁸.

3.3 População e Amostra

A pesquisa foi realizada com 11 mulheres participantes de um projeto de geração de renda no contexto da responsabilidade social, apoiado pela Fundação Vale no município de Buriticupu, MA. Para tanto, estudou-se a população total de beneficiárias que participam do projeto “Delicias do Pindaré”, realizado na comunidade de Vila Pindaré.

3.4 Instrumento da Pesquisa

Os dados foram coletados por meio de entrevista fundamentada na teoria do capital social de Bourdieu, com questões que tiveram como referência o questionário integrado para medição do capital social (QI-MSA), elaborado pelo Banco Mundial, que considera, em sua fundamentação, autores como Robert Putnam e Ronald Burt (APÊNDICE A).

A entrevista semiestruturada contou com 23 questões abertas que abordaram as seis dimensões propostas no QI-MSA do capital social, elencadas no Quadro 5.

⁸ Informações prestadas pela presidente da Associação Delícias da Vila Pindaré. Segundo a mesma, houve extravio da ata de fundação, sendo assim, não possível o acesso a esse documento durante a pesquisa.

Quadro 5 – Dimensões do capital social

Dimensão	Objetivo
Grupos e redes	Analisar a natureza e a extensão da participação de um membro em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nessas relações
Confiança e solidariedade	Levantar dados sobre a confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais e estranhos
Ação coletiva e cooperação	Investigar como os membros trabalham com outras pessoas na comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise
Informação e comunicação	Explorar os meios pelos quais domicílios pobres recebem informações sobre as condições de mercado e serviços públicos, e até onde tem acesso às infraestruturas de comunicação
Coesão e inclusão social	Verificar a natureza e o tamanho das diferenças que podem levar ao conflito dimensão
Autoridade e ação política	Averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas

Fonte: Grootaert et al. (2003, p. 8-9)

Buscou-se a percepção das entrevistadas sobre o capital social a partir dessas dimensões, consideradas categorias apriorísticas nesta pesquisa. Também foram acrescentadas duas dimensões referentes à percepção do grupo sobre o trabalho em associativismo e sobre a relação do projeto de geração de renda (AGIR) com a associação da qual fazem parte.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e, após aprovação, (Parecer nº 3.266.155 – Anexo C), as entrevistas foram agendadas e a pesquisa foi autorizada pelas mulheres integrantes da associação (Anexo B).

O contato com as beneficiárias dos projetos ocorreu por meio de diálogo *in loco* nas comunidades onde funciona o projeto na comunidade de Vila Pindaré. Um ofício foi responsável por solicitar um momento com as beneficiárias para a realização das entrevistas de forma individual. Na oportunidade, foram explicados os objetivos da pesquisa, e o termo de consentimento foi entregue, esclarecido e assinado pelas participantes (Anexo A).

Um gravador de voz foi utilizado para que dados e informações importantes não fossem perdidas, e as transcrições e análises do conteúdo pudessem retratar as falas tal como foram ditas. Esse material ficará sob a guarda da pesquisadora pelo período de cinco anos.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Técnicas qualitativas do método de Análise de conteúdo foram adotadas a partir dos passos propostos por Bardin (2011). Berelson (apud BARDIN, 2011, p. 42) define Análise do conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BERELSON apud BARDIN, 2011, p. 42).

Primeiramente, foram organizados e preparados os dados para descrição analítica, que “[...] funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 41). Assim, foram utilizadas as fases de análise do conteúdo propostas pelo autor, que são: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise consiste na etapa em que é realizada 'leitura flutuante', ou seja, o contato com os documentos a serem analisados e também os que serão escolhidos, aplicando as categorias de fragmentação e as regras, caracterizadas como homogêneas, exaustivas, exclusivas, adequadas ou pertinentes, segundo Bardin (2011, p. 42).

De posse dos dados brutos coletados, a etapa seguinte contou com a "exploração do material", que consiste na "[...] codificação, decomposição ou enumeração em função das regras previamente formuladas" (BARDIN, 2011, p. 131).

Por fim, a fase seguinte envolveu o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, através da qual se busca o significado dos dados para sua validação (BARDIN, 2011) com o uso de inferências e suas respectivas interpretações à luz da teoria que embasa a presente pesquisa.

Foram construídas oito categorias, que seguem apresentadas abaixo e que serão descritas, ilustradas e discutidas no próximo capítulo.

- **Categoria 1 – Percepção sobre a relação do projeto com a Associação:** busca analisar o quanto as participantes percebem a relação do projeto do qual participam com a associação criada.
- **Categoria 2 – Grupos e redes:** seu objetivo é investigar a participação das entrevistadas em outros grupos e sua atuação como líder ou membro, além de identificar os motivos que as levaram a participar da associação.
- **Categoria 3 – Trabalho associado:** visa identificar vantagens e desvantagens de estar associado ao grupo pesquisado, se houve aumento de relações sociais após ingresso das associadas no grupo e o que pode ser melhorado na percepção de seus membros.
- **Categoria 4 – Confiança e Solidariedade:** busca perceber como acontece a relação de confiança entre as associadas e as pessoas de sua comunidade.

- **Categoria 5 – Ação coletiva e cooperação:** intenciona verificar se as associadas/pessoas apresentam disponibilidade para contribuir em causas coletivas, seja com tempo ou dinheiro.
- **Categoria 6 – Coesão e inclusão social:** investiga a existência de diferenças de opinião ou coesão no grupo e como se dá a relação do grupo pesquisado com as pessoas do seu entorno.
- **Categoria 7 – Informação e comunicação:** visa perceber quais as fontes de informação utilizadas pelo grupo.
- **Categoria 8 – Autoridade e ação política:** seu objetivo analisar como está a relação do grupo com as autoridades políticas locais e se existe influência do mesmo nas ações e projetos públicos locais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Território e a Caracterização do Município de Buriticupu, MA

A caracterização e a compreensão das dimensões de um território são necessárias para entender as dinâmicas territoriais em curso, particularmente frente ao processo de desenvolvimento local e da articulação do território com as demais dimensões político-geográficas. Tal análise permite sinalizar como o território em questão se apresenta frente à sustentabilidade, esta compreendida na visão multidimensional apresentada por Sachs (2009), abrangendo as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental e territorial econômica, além de valores que fortaleçam a política nacional e internacional.

Uma das formas utilizadas para a realização da análise de um território ocorre por meio de indicadores. Apesar da limitação inerente a qualquer indicador, o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais é fundamental para uma leitura assertiva da realidade estudada (JANNUZZI, 2012), impactando nas decisões de condução das políticas públicas que sobre ela incidem, com destaque para as políticas de desenvolvimento. “Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais” (JANNUZZI, 2012, p. 2).

Ainda que os indicadores existentes não atendam à complexidade do conceito multidimensional do desenvolvimento territorial, o olhar global sobre cada um dos ativos territoriais permite a formação de uma perspectiva inicial para pensar o território e suas potencialidades, fase diagnóstica necessária para fundamentar uma política de desenvolvimento.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) propõem recomendações para a aferição do desenvolvimento por meio de indicadores, apresentando os limites dos indicadores existentes e identificando as demandas para gerar mensurações a partir do conceito multidimensional de desenvolvimento. Os autores partem da seguinte premissa: o que se mede afeta o que se faz, e se as mensurações são falhas, as decisões podem ser

distorcidas. A leitura crítico-analítica dos indicadores disponíveis pode ser uma das contribuições da academia para os estudos de desenvolvimento.

Diante disso, propõe-se neste estudo a caracterização do patrimônio territorial dos municípios de Buriticupu, MA, e Bom Jesus das Selvas. A delimitação geográfica é necessária para que pesquisas futuras possam conhecer os ativos desses territórios e identificar suas fortalezas e fragilidades. A organização da fundamentação teórica da presente pesquisa traz definições de território e sua importância para a abordagem territorial do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional.

4.2 Território e Desenvolvimento Regional: breve discussão conceitual

O conceito de território adquire contornos diferenciados cunhados por distintas áreas do conhecimento e em períodos temporais diversos. Dallabrida (2016) identifica que são duas as concepções de território predominantes na literatura: a primeira denomina-se tradicional; a segunda, contemporânea.

A concepção tradicional de território o define “[...] como espaço sobre o qual o estado exerce sua soberania” (DALLABRIDA, 2016, p. 19). É, portanto, um conceito vinculado a questões de organização jurisdicional e espacial entre países, estados e municípios.

Já a concepção contemporânea de território o vincula ao desenvolvimento que relaciona dimensões de natureza social, econômica e cultural. Território, nessa perspectiva, consiste em:

Espaço de relações que se mesclam entre formas de disputa de poder, logo conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, também daquelas que, mesmo de fora têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos que atuam e/ou interferem no território representam diferentes setores, que poderiam ser sintetizados em três termos que utilizamos cotidianamente: sociedade civil, agentes estatais e o mercado. (DALLABRIDA, 2016, p. 15)

A concepção de território relaciona-se, nessa direção, para as relações de conflito e poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (DALLABRIDA, 2016, p. 161).

Albagli (2004) reforça a concepção de território como espaço apropriado por um ator, definido e delimitado a partir de relações de poder, fruto da intervenção de um ou mais atores sobre determinado espaço.

Tal perspectiva deriva da visão de Santos (1994), que cunha o termo “território usado” ao abordar a totalidade da formação socioespacial, que considera tanto a configuração territorial (infraestrutura e meio ecológico/ambiental) quanto a dinâmica territorial (instituições, pessoas, empresas).

O território constitui-se como um campo de forças, no qual se produz a dialética entre agentes internos e externos, o novo e o velho, o Estado e o mercado (SANTOS, 1988; ALBAGLI, 2004).

A partir dessas concepções de território, Dallabrida (2016) faz reflexões em torno da relação entre o desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial na relação do espaço geográfico com o desenvolvimento. Rallet (2007, p. 80) afirma que:

O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras. O conteúdo define o recipiente: as fronteiras do território são os limites (móveis) de redes socioeconômicas. Ali onde a rede se extingue, termina ao território. A iniciativa surge menos de uma instância de planificação do que de uma mobilização das forças internas.

Para Dallabrida e Ferrão (2016, p. 30), o desenvolvimento territorial é compreendido como um processo caracterizado por:

Mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas interterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

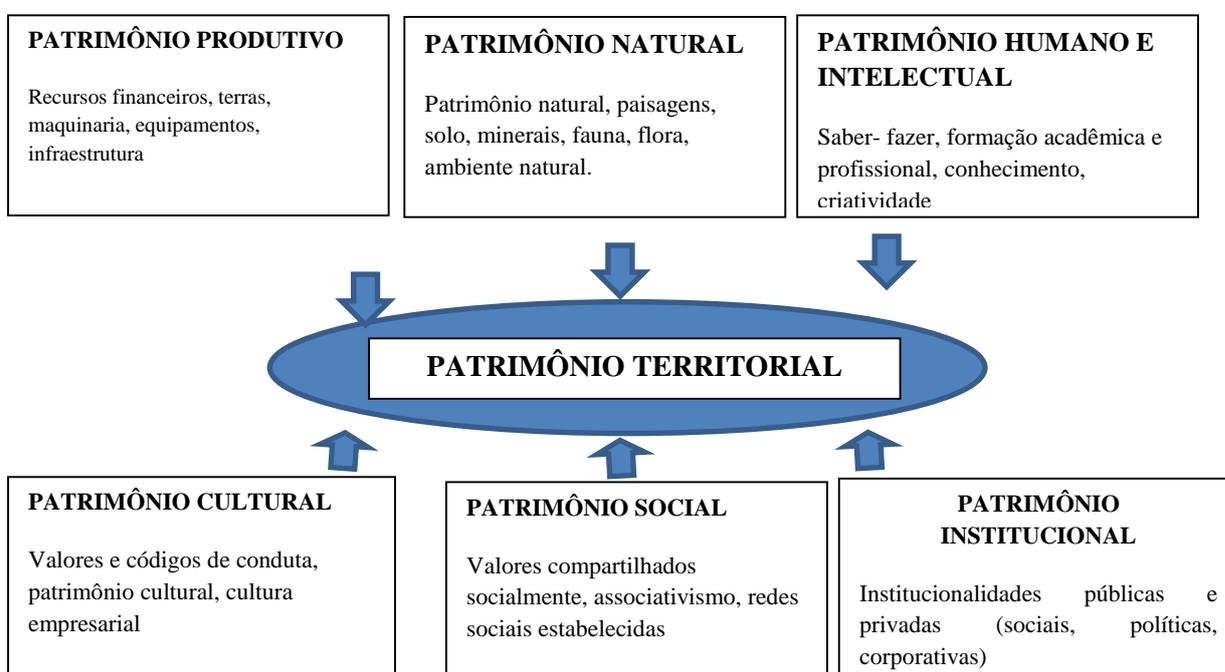
Para discutir a concepção de desenvolvimento regional, Boiser (1999, p. 7) apresenta a seguinte definição:

O desenvolvimento regional consiste num processo de mudança estrutural localizada (em âmbito territorial denominada região) que se associa a um permanente processo de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade que habita nela e em cada indivíduo membro de tal comunidade e habitante de tal território.

No âmbito do desenvolvimento regional, os debates relacionados ao progresso do território têm sido realizados a partir do que, conceitualmente, vem sendo denominado capital territorial ou patrimônio territorial. Capelo, Caragliu e Nijkamp (2009 apud DALLABRIDA, 2016) retratam o conceito de capital territorial como todos os bens de um território, sejam eles públicos ou privados.

Dallabrida (2016) traz a discussão sobre capital territorial e propõe a readequação do termo para patrimônio territorial, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 – Dimensões do patrimônio territorial



Fonte: Adaptado de Dallabrida (2015, p. 67) e Dallabrida (2016, p. 33)

Patrimônio territorial, segundo Dallabrida (2016, p. 34), “[...] é o conjunto de ativos e recursos de um território, capazes de apoiar e valorizar os aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização”.

Outro conceito vinculado ao patrimônio territorial, na medida em que propõe uma perspectiva de vida social, econômica e ambiental, entre outras dimensões, é a definição de sustentabilidade. Sachs (2009) apresenta oito critérios que considera importantes para o desenvolvimento da sustentabilidade: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional.

Quadro 6 – Critérios para o desenvolvimento sustentável

DIMENSÃO	CARACTERÍSTICA
Social	Distribuição de renda, qualidade de vida e igualdade social
Cultural	Equilíbrio, tradição e inovação, autonomia na elaboração de projetos nacionais integrados e a combinação entre confiança e abertura para o mundo
Ecológica	Preservação do capital cultural e a limitação no uso desses recursos
Ambiental	Respeito aos ecossistemas naturais
Territorial	Equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais
Econômica	Equilíbrio econômico entre setores, a segurança alimentar a modernização dos meios produtivos, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a inserção na economia nacional
Política Nacional	Democracia, direitos humanos e a implantação de projetos nacionais em parceria com os empreendedores
Política internacional	Promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, da gestão da diversidade natural e cultural e da cooperação científica e tecnológica

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Sachs (2009, p. 85-87)

Essas dimensões tendem a influenciar a tomada de decisão no contexto das organizações e do Estado. Segundo o relatório Brundtland, ou “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46), o conceito de desenvolvimento está relacionado à satisfação das necessidades e aspirações humanas, como alimentação, roupas, habitação, emprego, bem como aspiração de melhor qualidade de vida.

Dessa forma, desenvolvimento sustentável é “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Ainda segundo o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 56), para que o desenvolvimento sustentável aconteça, um conjunto de esforços envolvendo todos os países é fundamental para que o capital ecológico seja mantido e, paralelamente, seja promovida melhor distribuição de renda

e redução da vulnerabilidade a crises econômicas. Um estudo desenvolvido por Maia e Pires (2011, p. 201) conclui que:

[...] reconhecimento do conceito de sustentabilidade pelas organizações, as decisões organizacionais exigem uma abordagem mais complexa que envolva, simultaneamente, três dimensões da sustentabilidade, entre elas: econômica, social e ambiental.

Expostos os conceitos e as relações entre território e desenvolvimento, esta pesquisa centra-se em um diagnóstico do município de Buriticupu, MA.

4.3 O Município de Buriticupu, MA

Preliminarmente, apresenta-se a contextualização do objeto de estudo. De acordo com Aguiar (2015), na década de setenta, durante o regime militar no Brasil, com o projeto de colonização no governo Neiva Moreira, tem início no estado do Maranhão o processo de ocupação de terras devolutas.

Para tanto, criou-se uma companhia de colonização por meio do Projeto de Lei nº 3.230 – a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), com o objetivo de realizar o levantamento de terras devolutas do Maranhão. As áreas entre os municípios de Santa Luzia, Grajaú, Imperatriz e Amarante foram ocupadas pelo projeto de colonização (AGUIAR, 2015).

De acordo com Aguiar (2015), essas terras podiam ser vistas ao longo das margens do Rio Barra da Jurema e foram chamadas Buriticupu pelos índios Guajajaras, da terra indígena Arariboia, em razão da abundância das frutas buriti e cupuaçu. Por esse motivo, em 1972, o projeto pioneiro de colonização recebeu o nome de “colonização de Buriticupu”. O rio Barra da Jurema, mais tarde, receberia o mesmo nome daquela região.

Em 1990, Buriticupu se tornou o maior povoado do Maranhão, conforme descreve Aguiar (2015, p. 64):

O grande povoado Buriticupu, de ruas largas e empoeiradas, vivia grandes expectativas de progresso. Apesar de naquela época já sofrer com o grave problema de escassez da água, teve um crescimento demográfico e econômico extraordinário. A localidade onde antes havia densas florestas já se encontrava num estágio avançado de desmatamento, com as matas sendo substituídas por pastos. (...) A exploração agrícola do solo resultou na

produção de toneladas de cereais que saiam do povoado como resultado de uma agricultura que apesar de pouco incentivo do governo da época, batia recorde no estado. De igual modo, aconteceria com as numerosas indústrias madeireiras que se instalaram empregando centenas de pessoas e distribuindo inúmeros metros cúbicos de madeira beneficiada para quase todo o Brasil.

Com o crescimento do povoado, a população local vislumbrava que este viesse a se tornar município, o que aconteceu no ano de 1994. Contudo, “[...] o novo município continuava política e administrativamente dependente do município-mãe, Santa Luzia, até o dia 1º de janeiro de 1997 [...]”, quando assume o primeiro prefeito eleito de Buriticupu, Antônio Gilvan Mendes, e posteriormente reeleito.

Em 2005, o prefeito eleito foi Antônio Marcos de Oliveira (Primo), tendo sido reeleito para um segundo mandato; em 2013, o prefeito eleito José Gomes, também reeleito, é o gestor atual do município (AGUIAR, 2015, p. 72).

4.3.1 Dimensão Social

Para análise do patrimônio territorial do município de Buriticupu sob uma perspectiva social, optou-se pela análise de dados populacionais, dados sobre saúde, população de vulnerabilidade social e o índice Gini de verificação de desigualdade.

Buriticupu possui uma área de 2.545,441 km² e, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do município de Buriticupu era de 65.237 pessoas, com uma densidade demográfica de 25,67 hab/km², e considera uma estimativa de 71.979 pessoas para o ano de 2017.

Em relação ao trabalho e renda, registra-se que, em 2010, 78,43% da população viviam com renda equivalente a meio salário mínimo, encontrando-se em situação de vulnerabilidade à pobreza; 29,4% encontravam-se em situação de extrema pobreza e 54,68% em situação de pobreza.

No ano de 2010, o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda e desigualdade, chegou a 0,60, o que reflete um alto índice de desigualdade (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017).

Já em 2016, o índice Firjan (2016), que acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, chegou a 0,5148, obtendo classificação regular e ocupando a 125ª classificação entre os municípios maranhenses. Em relação à saúde, o índice Firjan revela que o município alcançou desenvolvimento moderado (0,6483) no ano de 2016.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2017), a mortalidade infantil tem diminuído no município nas últimas duas décadas. Em 1991, a cada mil crianças nascidas vivas, 75,44 crianças não sobreviveriam ao primeiro ano de vida. Em 2000, esse número passou para 55,92 e, em 2010, para 38,10.

No entanto, IBGE estima que a taxa de mortalidade infantil média da cidade que é de 16,67 para cada mil nascidos vivos. Embora tenha havido diminuição da mortalidade infantil, o percentual apurado ainda é alto, demonstrando a necessidade de políticas de assistência social direcionadas para as mães gestantes e para as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2017) retrata ainda que os índices de crianças fora da escola têm diminuído. Em 2000, registrou-se que 92,91% das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos estavam fora da escola, o que indica a ausência de creches e escolas de educação infantil para esse público, nesse período. Em 2010, embora um decréscimo tenha sido observado (67%), os números ainda permanecem muito elevados.

Com relação ao número de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos fora da escola passou de 65,87% em 1991 para 3,85% em 2010, demonstrando que políticas educacionais foram implantadas no município para os anos iniciais do ensino fundamental, diminuindo consideravelmente o número de crianças fora da escola (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017).

Frente a esse contexto de desigualdade e de dificuldade de acesso a direitos básicos, muitos grupos têm se organizado no município de Buriticupu. Segundo dados do IBGE (2010), a municipalidade conta com 73 fundações privadas e associações sem fins lucrativos atuantes em setores como cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais, profissionais e de

produtores rurais, meio ambiente e produção animal, desenvolvimento e defesa de direitos.

O apoio ao associativismo por meio de projetos de responsabilidade social tem sido uma estratégia de gestão da empresa Vale no Maranhão. Dentre esses projetos, destaca-se a Associação Delícias da Vila Pindaré, implementado em Buriticupu, comunidade Vila Pindaré.

É importante contextualizar que referida associação, objeto desta pesquisa, é resultante de um projeto da Fundação Vale denominado “Apoio a Geração e Incremento de Renda” (AGIR), iniciado em 2014 no contexto da renovação da frota de trens de passageiros da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A empresa Vale investiu 55,6 milhões de dólares na renovação dos trens. Antes, sem aparelhos de ar condicionado, suas janelas eram abertas, possibilitando aos vendedores informais das estações e paradas do trem a venda de seus produtos aos passageiros. Com a nova frota, fecharam-se as janelas, o que representa uma fonte de renda a menos aos trabalhadores informais das estações ao longo da EFC.

Diante desse panorama, o projeto “AGIR EFC” foi implementado pela Fundação Vale em municípios do Maranhão, com o objetivo de incentivar o empreendedorismo “[...] a partir dos desejos e vocações locais a encontrar novas formas de geração de trabalho e renda” (FUNDAÇÃO VALE, 2016).

O grupo de mulheres que participa do projeto desenvolvido na Vila Pindaré, município de Buriticupu, trabalha com o beneficiamento da castanha do caju e com a produção de doces de cerca de 30 frutas regionais. O projeto teve início com 32 beneficiárias que, anteriormente, vendiam seus produtos na parada do trem (FUNDAÇÃO VALE, 2017)⁹.

Outro aspecto relacionado ao incentivo ao capital social por meio do projeto de responsabilidade social em Buriticupu, segundo o Relatório de Atividades da

⁹ É importante observar que, em pesquisa de campo, membros da associação informaram que cerca de 40 pessoas participaram das reuniões de mobilização promovidas pela Fundação Vale e pelo ISES, porém, efetivamente, o grupo formado por 20 membros constituiu uma cooperativa, que se transformaria, posteriormente, na Associação Delícias da Vila Pindaré.

Fundação Vale, foi a estruturação da Rede de Mulheres do Maranhão, que visa “[...] fortalecer o empoderamento dos grupos e reforçar a estratégia de comercialização em rede, utilizando o selo Mulheres do Maranhão”. Essa rede conta com a participação de associações de trabalhadores (as) ao longo da Estrada de Ferro Carajás (FUNDAÇÃO VALE, 2017).

4.3.2 Patrimônio Produtivo

Para análise do patrimônio territorial do município de Buriticupu através da dimensão do patrimônio produtivo, foram considerados os dados relativos a trabalho e renda, PIB da indústria, IDH, taxa de desemprego e renda *per capita*.

No que diz respeito ao trabalho e ao rendimento, de acordo com o IBGE, em 2015, a população empregada era de 4%, totalizando 2.826 pessoas com um salário médio mensal de 1,8 salários mínimos. Considerando o rendimento mensal médio de até meio salário mínimo por pessoa por domicílio, nota-se que 51,7% da população encontrava-se nessa situação.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil mostra que, nos últimos 20 anos, a renda *per capita* média cresceu 75,84%. Dados do IBGE sobre a economia do município de Buriticupu revelam que, em 2015, o PIB *per capita* era R\$ 6.741,28, e o município ocupa a 79ª colocação no *ranking* entre municípios maranhenses. O município de Tasso Fragoso conta com o maior PIB do estado, representado em R\$ 86.741.83, e o município de Nina Rodrigues, o menor, com R\$ 3.598,31 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017).

Verifica-se ainda que, segundo o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, de 0,556 em 2010, está abaixo do IDH do estado, que é 0,639.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, esse índice situa o município com IDH-M entre 0,500 e 0,599, como resultado do índice de esperança ao nascer (longevidade) de 0,708, seguido dos índices relativos à renda (0,533) e à educação (0,455), o que indica a imprescindibilidade do fortalecimento de ações governamentais para educação, principalmente em relação ao combate ao analfabetismo e percentuais de matrícula, e à longevidade, que reflete a esperança

de vida ao nascer, revelando a necessidade de políticas de combate à mortalidade infantil, além de políticas de geração de trabalho e renda para a população desocupada, a fim de aumentar a renda *per capita* (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2017).

Tomando por base o censo 2010 e que a idade economicamente ativa situa-se entre 15 a 64 anos de idade, tem-se que 38.196 pessoas encontram-se nessa faixa, sendo 19.314 homens e 18.882 mulheres. Considerando ainda que, em 2010, havia 3.182 pessoas ocupadas, implica dizer que, em idade economicamente ativa 35.014 pessoas estavam desocupadas.

Os dados citados caracterizam um alto índice de desemprego no município, fato este que exige o planejamento e a realização de políticas públicas voltadas à qualificação de mão de obra, formação e fortalecimento de associações, cooperativas e iniciativas de apoio ao empreendedorismo regional.

4.3.3 Patrimônio Natural

O patrimônio natural de Buriticupu pode ser caracterizado pelo seu ambiente natural, suas paisagens, solo, a riqueza da fauna e flora, etc., além dos aspectos que envolvem o território e o ambiente, como o saneamento básico da municipalidade.

Quanto ao aspecto hidrográfico, Aguiar (2015) situa no município o rio Pindaré e seus afluentes Zutiaua, Taruparu e Buriticupu. A poluição, o desmatamento das matas ciliares, os assoreamentos, a extração de areia para construção civil e o mau uso da população com o depósito de substâncias químicas fizeram com que o rio Buriticupu, que até a década oitenta tinha águas cristalinas, hoje esteja em situação de degradação.

Para Aguiar (2015, p. 207), o relevo do “[...] município de Buriticupu é caracterizado como muito acidentado, com morros, serras e planícies”. Essa característica do solo tem culminado em deslizamentos e erosões que preocupam a população local. Há registros de deslizamentos em 1999, quando o bairro conhecido por Caeminha foi engolido e várias pessoas ficaram sem moradia. Em 2010, outro

desmoronamento trouxe transtornos à população no povoado São João, “[...] soterrando casas, igrejas, postes de rede elétrica e assoreando açude”. (AGUIAR, 2015, p. 214).

Na fauna da cidade de Buriticupu há “[...] animais silvestres, como onças, macacos de várias espécies, veados, pacas, curicas, jandaias, tucanos, corrupeiros, papagaios, etc.”. Quanto à flora, predomina a vegetação tropical úmida, com presença de florestas estacionais e perenifólias. São espécies encontradas na região: “[...] o angelim, a maçaranduba, cumaru, cedro, o jatobá, o angico, o tatajuba, a copaíba, o ipê, a maracatiara e a faveira”. (AGUIAR, 2015, p. 215).

Em diversas paisagens da cidade, é possível observar o contraste de sua dimensão natural com a ausência de políticas de saneamento básico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), apenas 6,4% dos domicílios da cidade possuem esgotamento sanitário adequado e 59,4% das vias públicas são arborizadas. Além disso, 0,1% dos domicílios urbanos conta com bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio.

No estado do Maranhão, a municipalidade de Buriticupu ocupa a 120ª posição entre os seus 217 municípios e, no Brasil, a posição 3.718ª de um total de 5.570 municípios. Os dados indicam os poucos investimentos em acessibilidade e qualidade de vida. Muitas doenças podem ser contraídas pela falta de saneamento, especialmente pela água adquirida por meio de carros-pipa para consumo em atividades domésticas e até mesmo para consumo humano. Um galão de água mineral chega a custar, em média, R\$ 8,00 nos supermercados da cidade.

4.3.4 Caracterização do Patrimônio Humano e Intelectual

Para a caracterização do patrimônio humano e intelectual de Buriticupu, foram analisados indicadores de educação, de avaliação sobre a escolarização das crianças, jovens e adultos na cidade e índices de analfabetismo.

Dados do IBGE (2010) indicam que a população de 0 a 5 anos, naquele ano, era de 7.763 crianças. O Plano Municipal de Educação (PME) de Buriticupu, por sua vez, apresenta dados superiores de atendimento às crianças nessa faixa etária.

Segundo o documento, em 2010, havia no município 6.928 crianças de 0 a 3 anos; desse total, apenas 10,5% frequentavam a escola. Na faixa etária compreendida entre 4 e 5 anos, nesse mesmo período, eram 5.780 crianças, das quais 76,36% estavam estudando.

Esses números se devem à falta de escolas para atendimento às crianças dessa faixa etária, pois segundo o PME do município, a “[...] educação infantil é ofertada “09 estabelecimentos oficiais e em 54 estabelecimentos improvisados. Dos 09 estabelecimentos oficiais, 06 são da rede pública e 03 da rede privada de ensino” (BURITICUPU, 2015, p. 23).

O Plano Municipal de Educação de Buriticupu registra que, no período de 2007 a 2014, não foram construídas escolas de ensino fundamental. Em 2010, a cidade contava com 63 escolas públicas e três escolas particulares, sendo 15 mil alunos matriculados no ensino público e 474 no ensino privado (BURITICUPU, 2015).

De acordo com o IBGE, em 2017, a matrícula no Ensino Fundamental caiu para 13.399 alunos, revelando que crianças estão fora da escola, uma vez que, no período de 2000 a 2010, a população na faixa etária de 6 a 14 anos cresceu de 12.661 para 15.047 crianças.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino fundamental em 2015, foi de 4,2 nos anos iniciais e de 3,6 nos anos finais. Em 2017, o IDEB observado cresceu para 4,3 nos anos iniciais e para 3,7 nos anos finais, porém, não alcançou as metas previstas de 4,8 e 4,5, respectivamente.

Os dados demonstram que os índices de reprovação influenciam negativamente o IDEB, bem como os resultados insatisfatórios obtidos com a Prova Brasil, que avalia conhecimentos dos alunos em português e matemática. Em 2016, o índice Firjan em educação foi de 0,5112, considerado regular pela classificação.

Diante desse cenário, o município apresenta, como segunda meta do PME, a intenção de alcançar, até 2020, a universalização dessa etapa da educação básica:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos até 2020 em 98% da população e 2024 até 100% e garantir que pelo menos 80% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada ou de 6 a 16 anos até o último ano da vigência deste PME. (BURITICUPU, 2015, p. 71)

Para tanto, urge a aplicação de investimentos financeiros que assegurem a construção de escolas, a formação continuada de professores, as políticas de permanência e o combate à evasão e retenção nas escolas, atendendo, inclusive, às especificidades e modalidades educacionais.

No ensino médio, última etapa da educação básica, o município encontra o desafio da oferta dessa etapa de ensino. Em 2010, de acordo com o censo, 11% da população possuía entre 15 e 17 anos. Segundo o PME de Buriticupu (2015), em 2014, a população dessa faixa etária que frequentou o ensino médio em escola pública foi de 3.001 estudantes, e 392 estudaram em escola particular.

No município, existem apenas duas escolas públicas de ensino médio: o Centro Estadual Dr. Fernando Castro e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferece ensino médio integrado (IFMA).

No PME de Buriticupu, constata-se que não há vagas para todos os jovens que desejam ingressar no Ensino Médio, e parte deles é excluída do acesso a essa etapa da educação básica. Dessa forma, muitos irão compor os percentuais de jovens que nem estudam e nem trabalham em nosso país.

Além disso, a situação compromete a formação do capital humano e intelectual do município e inviabiliza o sonho de muitos deles de prosseguir com os estudos, inclusive para o ensino superior.

A dificuldade de acesso ao ensino superior no município é restrita a poucas áreas de formação. De acordo com o PME:

Atualmente existem apenas duas Instituições de Ensino Superior Públicas: IFMA e UFMA, com ofertas limitadas de opções de cursos. Desse modo, o IFMA dispõe dos cursos de Licenciaturas em Biologia e Matemática e o Tecnológico em Gestão Pública. A UFMA, com polo de funcionamento no Centro de Ensino Fernando Castro oferta apenas o curso de Pedagogia aos finais de semana. (BURITICUPU, 2015, p. 62)

Por essa razão, o plano de ensino do município aponta como consequência dessa situação o forte êxodo dos jovens da cidade em busca de outros cursos de

formação superior, seja pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou por financiamento através de programas federais, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) (BURITICUPU, 2015).

Tal situação de fragilidade na formação do capital humano e intelectual faz com que a população local não seja absorvida pelas oportunidades do mundo do trabalho, em empresas que se instalam na região, inclusive, no serviço público em instituições federais (IFMA), no poder Judiciário (Tribunal de Justiça) e nos Tribunais Regionais Eleitorais, nos quais a maioria dos servidores pertence a outras cidades e estados do país.

A caracterização do capital humano e intelectual do município de Buriticupu é relevante para este estudo, pois, segundo Santos, Vieira e Santos (2018, p. 7), “[...] o acesso à educação constitui fator interveniente na constituição do capital social”. Isso implica dizer que as experiências vividas nas instituições possibilitam a socialização de aprendizados, laços de amizade, cooperação, resoluções de situações problema em equipe e relações para além da escola (SANTOS; VIEIRA; SANTOS, 2018).

4.3.5 Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural de Buriticupu pode ser caracterizado pelos valores e códigos de conduta presentes no município e construídos historicamente, bem como a cultura empresarial que tem se apresentado crescente por meio do comércio.

Entre as tradições que caracterizam seu capital cultural, destacam-se a diversidade religiosa, as danças de bumba-meu-boi, a cavalgada, o motocross. Aguiar (2015) relata que o primeiro grupo de dança de bumba-meu-boi da cidade foi criado em 1974 e chamado “Este sim”, fundado pelo Sr. Antônio Bruno e Senhora Maria, conhecida como Mãe Preta. Depois de 25 anos, surgiram novos grupos, como o Brilho de Buriti, da Vila Isaias, e o Boi do Sr. Grigório, da Vila Primo; em 2009, foi criado o grupo da Associação Cultural Encanto da Terra Bela.

O aspecto cultural da religiosidade é muito forte no município. De acordo com Aguiar (2015), existem atualmente 25 denominações religiosas cristãs e uma instituição representativa da maçonaria em Buriticupu.

A motocicleta é o veículo de transporte mais utilizado, uma vez que não há transporte coletivo. Em 2009, foi idealizado o *motocross* em Buriticupu, evento este que ficou conhecido como a trilha dos amigos e se tornou um atrativo turístico, com a participação de pessoas de toda a região (AGUIAR, 2015).

Em relação à cultura empresarial, o comércio local tem se expandido, atraindo grupos com sólida atuação no mercado para a cidade, como é o caso do armazém Paraíba e do Magazine Luiza. Dados do IBGE/Sidra apontam que, em 2008, Buriticupu possuía 539 empresas e outras instituições atuantes. Em 2016, esse número passou para 749. Paralelamente a esse fato, cresce no município o trabalho informal.

Segundo o Ministério do Trabalho indicam que o setor que mais emprega na cidade, depois do funcionalismo público, é o comércio, seguido se serviços e agropecuária, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – MTPS – Informações para o sistema público de emprego e renda/número de empregos formais em 31 de dezembro de 2017

IBGE SETOR	Masculino	Feminino	Total
Ind transf	10	5	15
Serv ind up	18	18	18
Construção civil	45	1	46
Comércio	369	244	613
Serviços	103	157	260
Administração pública	592	1082	1674
Agropecuária	264	15	279
Total	1401	1522	2905

Fonte: Brasil (2018)

Em 2016, o índice Firjan de emprego e renda foi classificado de baixo rendimento (0,3848). De acordo com o IBGE (2010), em 2010, a população que se encontrava ocupada chegava a 2.964 pessoas, ou seja, 4,27% da população. Observa-se, em comparação com os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho (2018), que não houve crescimento no número de pessoas empregadas até dezembro

de 2017, ao contrário, houve diminuição (2.905 pessoas ocupadas). Desse total, as mulheres representam a maioria, com 52,4% da ocupação de emprego formal, enquanto os homens perfazem 47,6%.

Segundo o IBGE (2014), a cidade abriga um Conselho Municipal de Cultura – instância participativa que prevê a organização de conferências de cultura, inclusive já realizadas no município. Em relação à comunicação, Buriticupu conta com rádios FM e comunitária, provedor de internet e dois canais de TV aberta. Ainda com base nos dados do IBGE (2014), existe uma biblioteca pública municipal, mas não há informações sobre seu funcionamento.

O acesso à participação nas decisões sobre a cultura municipal, às atividades culturais, às literaturas e ao conhecimento historicamente construído contribuem para a formação do capital humano e fortalecem o capital social, pois, como afirma Bourdieu:

[...] o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço. (BOURDIEU, 2004, p. 74)

Sob essa ótica, Nogueira (2017, p. 105) reflete que o currículo ensinado nas escolas regulares representa uma cultura legítima da classe dominante que deseja manter-se em *status quo* e “[...] tem o poder de se impor e de fazer reconhecer por todos, adquirindo a aparência (enganosa) de universal”. Assim, o capital cultural pode reverter-se em capital econômico à medida que o acesso a um estilo de vida apoiado na posse de bens materiais distingue os indivíduos na sociedade.

4.3.6 Patrimônio Institucional

A Lei Municipal nº 293/2013 dispõe sobre a estrutura organizacional do município; 15 secretarias compõem os órgãos da administração direta:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Agropecuária e Abastecimento;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Economia Solidária;

Secretaria Municipal de Cultura;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Habitação;

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação de Recursos Naturais;

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes;

Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

(BURITICUPU, 2013, p. 4-5)

Segundo o IBGE (2010), o município conta com instituições privadas e públicas que apoiam as atividades agropecuárias, associações de produtores, conselho e fundo municipal de meio ambiente, com parcerias instituídas com o setor privado e Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Sobre a cultura empresarial, encontrou-se em um sítio criado recentemente, a Associação Comercial e Industrial de Buriticupu, que, conforme Estatuto Social disponibilizado na página, foi fundada em 14 de maio de 2000 (ACIB, 2017).

Aguiar (2015) descreve que existem dois sindicatos no município. A primeira eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriticupu foi realizada em 23 de novembro de 1996; outro sindicato existente na cidade é o de trabalhadores em educação da rede pública municipal, que surgiu em junho de 1998.

De acordo com as leis disponíveis no *site* oficial da Câmara Municipal de Buriticupu, há, na cidade, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Lei nº 2/2017), o Conselho Escolar sobre Drogas (Lei nº 4/2017), o Conselho de Educação (Lei nº 359/2015), o Conselho dos Direitos do Idoso (Lei Municipal nº 305/2013), o Conselho Tutelar, criado em 2005 por força da Lei nº 28/97, e o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criado pela Lei nº 16/1997 (BURITICUPU, 2017).

Em relação ao campo empresarial, dados do Cadastro de Empresas do IBGE de 2016 revelam que Buriticupu possuía 749 empresas atuantes, que empregavam 2.964 pessoas com salário médio mensal de 1,8 salários mínimos.

A Federação de Agricultura do Estado do Maranhão (FAEMA, 2017) registra na municipalidade a atuação do grupo Scheffer, que adquiriu 12 mil hectares de terra para produção do milho, soja e algodão (MARANHÃO, 2017).

Menciona-se, ainda, a empresa Vale, que atua na região por meio da Estrada de Ferro Carajás. Segundo *site* oficial da empresa, a EFC foi inaugurada em 1985, possui 892 km de extensão que ligam o sudeste do Pará ao Porto da Madeira, em São Luís, MA, e “[...] por seus trilhos, são transportados 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano” (VALE, 2017).

De acordo com a Cartilha da Rede Justiça nos Trilhos (2018), a EFC é uma estrada federal operada pela empresa Vale que ganhou concessão da União em 1997 para utilizá-la no transporte de passageiros e de minério de ferro. A Vale é mundialmente conhecida por ser a primeira colocada na produção de minério de ferro, pelotas e níquel.

Em 2013, Buriticupu e mais dezoito municípios maranhenses que são transpassados pela Estrada de Ferro Carajás constituíram o consórcio dos municípios da Estrada de Ferro Carajás do Maranhão. São eles: Acailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bacabeira, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Cidelândia, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Santa Inês, Santa Rita, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim e São Luís.

O município ratificou, através da Lei Municipal nº 382/2017, o protocolo de intenções do consórcio que visa planejar e executar, de forma articulada, ações para o desenvolvimento regional.

O consórcio dos municípios é uma importante forma de fortalecer o capital institucional de Buriticupu, pois está legalmente instituído o viés do diálogo entre os municípios que são transpassados pela EFC e a empresa Vale que atua na região.

Para Freeman (1984, p. 46), essa dinâmica é denominada *stakeholder*, ou seja, “[...] qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”. Assim, no que tange às comunidades do entorno das empresas geralmente afetadas por questões ambientais ou sociais, os projetos de responsabilidade social apoiados pela empresa Vale na região são uma importante forma de aplicação da concepção trazida por Freeman enquanto *stakeholder*.

4.4 A Pesquisa de Campo: códigos destacados na pesquisa e suas respectivas definições

Os códigos da pesquisa apresentados no Quadro 7 têm como objetivo destacar os significados dos termos adotados neste trabalho. Tais termos serão utilizados com o intuito de verificar a relação entre esses códigos destacados a partir da pesquisa documental e entrevistas realizadas com as mulheres participantes de um projeto de geração de renda no município de Buriticupu, estado do Maranhão, buscando relações e associações entre os códigos ou indicação de origem, causa ou efeito de outros elementos novos no decorrer da análise.

Quadro 7 – Diretrizes para identificação de capital social

Códigos	Descrição	Autores
Capital social	<p>[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento; ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis</p>	Bourdieu (1998)
	<p>"[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas"</p>	Putnam (2006)
	<p>"[...] recursos que podem utilizar para alcançar seus interesses"</p>	Coleman (1998)
	<p>[...] estar relacionado a desigualdade política e social que diverge nos diferentes espaços do globo; quanto maior o estoque de capital social de um grupo maiores as possibilidades de se sustentar nele a cooperação social</p>	Posner (2016)
Grupos e redes	<p>Número de indivíduos com interesse comum, o que não implica a inexistência de conflitos internos</p>	Olson (2015)

Confiança e solidariedade	A confiança e a cooperação social são mais sustentadas em fluxos horizontais do que em sistemas verticais	Putnam (2006)
	Levantar dados sobre a confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais e estranhos	Grootaert et al. (2003)
Ação coletiva e cooperação	Investiga como os membros trabalham com outras pessoas na comunidade, em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise	Grootaert et al. (2003)
Informação e comunicação	Explorar os meios pelos quais domicílios pobres recebem informações sobre as condições de mercado e serviços públicos, e até onde tem acesso às infraestruturas de comunicação	Grootaert et al. (2003)
Coesão e inclusão social	Coesão é fator determinante de relevo no que se refere à ação grupal, porém nem sempre o consenso perfeito trará a consecução do objetivo do grupo	Olson (2015)
	Verificar a natureza e o tamanho das diferenças que podem levar ao conflito dimensão	Grootaert et al. (2003)
Autoridade e ação política	Averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidade dos membros do agregado doméstico para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas	Grootaert et al. (2003)

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Quadro 8 – Diretrizes para identificação de associativismo

Códigos	Descrição	Autores
Associativismo	“[...] mecanismo democrático conduz o ser humano à consciência de suas vinculações com a comunidade, tornando-o capaz de se auto ajudar e, também, ensinando-o não só a trabalhar para os outros, mas com os outros”	Barreto (1987)
	Pode ocorrer nos diversos espaços sociais, mas estaria vinculado predominantemente ao aspecto econômico que envolve a “produção e a distribuição dos bens necessários a vida”	Frantz (2002)
	“[...] o associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o potencial abrangente”	Canterle (2004)
	“[...] capacidade de distribuição dos resultados (bens e serviços), favorecendo a partilha dos produtos de forma equânime”	Santos (2016).
Associação	“A associação tem como finalidade a promoção, a educação, e assistência social”, enquanto que a cooperativa, além dessa mesma finalidade, apresenta como característica a “[...] atividade econômica: viabilizar o negócio produtivo em relação ao conjunto dos seus associados”	Veiga e Rech (2001)

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Quadro 9 – Diretrizes para identificação de responsabilidade social empresarial

Códigos	Descrição	Autores
Responsabilidade social empresarial	A expressão responsabilidades sociais dos homens de negócio [...] refere-se às obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linha de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade	Bowen (1957)
	Em seu sentido mais amplo, a responsabilidade social corporativa representa uma preocupação com as necessidades e objetivos da sociedade que vai além do meramente econômico. Na medida em que o sistema de negócios como existe hoje só pode sobreviver em uma sociedade livre e funcionamento eficaz, a responsabilidade social corporativo movimento representa uma preocupação ampla com o papel das empresas em apoiar e melhorar ordem social	Eells e Walton (1974)
	“Uma ideia fundamental de responsabilidade social corporativa é que as corporações de negócios têm a obrigação de trabalhar pela melhoria social”	Frederick (1994)

Responsabilidade social empresarial (continuação)	A responsabilidade social das empresas está relacionada à “ideia de que uma organização deveria olhar além de seus próprios interesses e dar uma contribuição para a sociedade”	Nichel e Woods (1999)
	As empresas têm vinculado aos seus objetivos concepções e ações de responsabilidade social que podem alcançar dimensões legais, filantrópicas, éticas e econômicas	Carrol (1999)
<i>Stakeholder</i>	“[...] qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”	Freeman (1984)

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A partir dos dados coletados na entrevista, buscou-se conhecer o perfil das participantes da associação e o projeto de geração de renda pesquisado nos aspectos relacionados à idade, escolaridade, estado civil e filhos. O Quadro 10 demonstra essas informações.

Quadro 10 – Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa

ENTREVISTADA	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	TEM FILHOS	QUANTOS FILHOS
E1	38	Ensino médio completo	Casada	Sim	3
E2	57	3º ano do Ensino Fundamental	Casada	Sim	8
E3	29	Ensino médio completo	Casada	Não	-
E4	47	2º ano do Ensino Fundamental	Casada	Sim	2
E5	43	1º ano do Ensino médio	Casada	Sim	11
E6	48	4º ano do Ensino Fundamental	casada	Sim	8
E7	53	1º ano do Ensino Fundamental	Solteira	Sim	5
E8	47	4º ano do Ensino Fundamental	Casada	Sim	7
E9	36	6º ano do Ensino Fundamental	Casada	Sim	6
E10	48	4º ano do Ensino Fundamental	Viúva	Sim	2
E11	55	8º ano do Ensino Fundamental incompleto	Casada	Sim	10

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A primeira formação do grupo contou com 20 mulheres em forma de cooperativa. Estas, porém, relatam que receberam orientação da assessoria que as acompanha para emitirem documentação de associação. Atualmente, o grupo conta com 11 associadas.

As associadas apresentam um perfil bem parecido. São nove mulheres casadas, uma viúva e uma solteira; em sua maioria, tiveram pouco tempo de escolaridade, não concluíram o ensino fundamental (nove delas) e tiveram de dois a 11 filhos. Apenas uma das integrantes do grupo, a mais nova, não possui filhos. Todas vivem na Vila Pindaré, área rural afastada 89 km do centro do município de Buriticupu,

comunidade de difícil acesso, com estradas não asfaltadas (APÊNDICE B) e serviços públicos são escassos.

O capital intelectual do grupo é considerado baixo, pois apenas duas integrantes concluíram a educação básica. Uma relação que se faz sobre a relevância dos estudos para a organização da associação e até mesmo para sua administração é que o grupo elegeu as duas participantes com maior escolaridade e uma das integrantes com mais idade para comporem a direção da associação.

A seguir, as categorias construídas serão apresentadas e discutidas.

- **Categoria 1 – Percepção sobre a relação do projeto com a Associação**

Na pesquisa de campo, buscou-se perceber se as 11 participantes fazem relação entre a Associação Delícias da Vila Pindaré, da qual fazem parte, com o projeto de responsabilidade social da Fundação Vale, denominado Projeto AGIR.

Atualmente, o grupo está organizado como associação e conta com 11 membros, todas mulheres, que trabalham com o beneficiamento da castanha do caju, com doces de frutas regionais, geleias e sorvetes por encomenda. As associadas são credenciadas para vender seus produtos dentro do trem de passageiros nos seis dias em que ele circula na semana no trecho São Luís – Parauebas e Parauebas – São Luís¹⁰.

Assim, a Associação Delícias da Vila Pindaré é resultado de uma relação entre *stakeholders*, em que a gestão de uma empresa opta pela intervenção na realidade de comunidades por meio de um programa institucional (AGIR Estrada de Ferro Carajás):

Desenvolvido pela Fundação Vale, em parceria com o Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES) e com o apoio da Vale, o programa buscou uma alternativa de geração de renda para as pessoas que tinham como negócio o comércio informal de alimentos às margens da Ferrovia. Os empreendedores vêm sendo acompanhados desde agosto de 2014 e estão sendo orientados, a partir de seus desejos e das vocações locais, a encontrar novas formas de geração de trabalho e renda (FUNDAÇÃO VALE, 2016)

¹⁰ Informação prestada pelas associadas participantes da pesquisa.

Das 11 entrevistadas, cinco citaram diretamente o nome da Associação Delícias da Vila Pindaré (E2, E3, E6, E9, E11). Algumas delas demonstraram dúvidas sobre o nome do projeto do qual fazem parte e não conseguiram estabelecer a relação entre o Projeto AGIR (da Fundação Vale) e a associação.

A entrevistada E8 apresentou dúvidas sobre o nome do projeto ao identificá-lo como AGIR ou Delícias da Vila Pindaré. Essa dúvida é mais uma vez perceptível quando a entrevistada E7 acredita que houve uma mudança no nome do projeto antes denominado Vila Pindaré, e agora “[...] *teria passado a ser chamado de projeto AGIR*”. No entanto, compreende que faz parte do Projeto AGIR no momento das vendas de seus produtos, que acontecem no trem.

A entrevistada E10 reforça a dúvida sobre o nome do projeto ao dizer que uns o chamam de Projeto AGIR e outros de Delícias da Vila Pindaré. A entrevistada E5 não conseguiu identificar o nome da ONG que assessorou a criação da associação e atribuiu essa ação ao Projeto AGIR; na prática, tal ação foi conduzida pelo ISES.

A percepção das participantes acerca da relação entre o Projeto AGIR, da Fundação Vale, e a Associação Delícias da Vila Pindaré pode ser observada no Quadro 11.

Quadro 11 – Identificação do projeto e relação com a associação

Entrevistada	Reconhece o projeto a partir do nome/identificação		
	Muito	Pouco	Muito pouco
E1	<i>[Projeto AGIR, da Fundação Vale, que é a associação Delícias de Vila Pindaré]</i>	-	-
E2	-	<i>[Delícias da Vila Pindaré]</i>	-
E3	-	<i>[Projeto Delícias da Vila Pindaré]</i>	-
E4	-	-	<i>[Associação]</i>
E5	-	<i>[É o projeto AGIR. É uma ONG que fundou essa associação que nós tamo trabalhando hoje]</i>	-
E6	-	<i>[Delícias da Vila Pindaré]</i>	-
E7	-	<i>[É o projeto AGIR. Que era o projeto Delícias da Vila Pindaré. Aí mudaram pra uma associação. Aí quando nós tamo vendendo lá dentro (do trem) aí diz que é o projeto AGIR]</i>	-
E8	-	<i>[Eu não sei o nome todo não, eu sei que é associação. Associação Delícia de Vila Pindaré. Tá faltando alguma coisinha]</i>	-
E9	-	<i>[Projeto Delícias da Vila Pindaré]</i>	-
E10	-	<i>[Vixi, eu me esqueci. Associação, agora...uns chamam projeto AGIR, uns chamam Delícias da Vila Pindaré. Não sei, né]</i>	-
E11	-	<i>[Nós faz parte da Associação de Vila Pindaré]</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O que ainda parece estar confuso para a maioria das entrevistadas é bem compreendido pela entrevistada E1, que é uma das integrantes da diretoria que possui o ensino médio completo e que estabelece a relação entre o Projeto AGIR e a

associação, criada com a assessoria do ISES, com o apoio da Fundação Vale, que recebeu o nome de Associação Delícias da Vila Pindaré.

Em relação às demais integrantes, a entrevistada E4, que cursou até a 2ª série do ensino fundamental, apresenta mais dificuldade em identificar a associação pesquisada e relacionar sua existência a um projeto institucional da Fundação Vale.

- **Categoria 2 – Grupos e redes**

Inicia-se a caracterização do capital social das entrevistadas levando em consideração a sua participação em outros grupos, a identificação desses grupos, a atuação das mulheres como membro ou liderança e o tempo de participação nessas instituições, conforme ilustra o Quadro 12.

Quadro 12 – Categorias investigadas em relação ao capital social

CATEGORIA: GRUPOS E REDES					
Participa de outros grupos	Como membro ou liderança	Qual	%	Quanto tempo De participação	
				Grupo	(anos)
11 (100%)	3 Lideranças 27% 8 membros 73%	Associação e igreja	73%	Associação	4 anos
		Associação, Sindicato e Igreja	18%	Igreja	5 a 30 anos
		Sindicato e associação	9%	Sindicatos-	7 a 21 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com os dados coletados, observa-se que, além da Associação Delícias da Vila Pindaré, as mulheres têm envolvimento em pelo menos mais um grupo, dentre os quais figuram a igreja (73%) e sindicatos de trabalhadores (43%). O exercício de atividades de lideranças entre as mulheres entrevistadas é pequeno;

apenas 27% delas têm algum tipo de atuação como líder nesses grupos e a grande maioria participa como membro.

O grupo entrevistado faz parte da associação desde 2014, quando do início de sua formação. As mulheres que frequentam igrejas têm de 5 a 30 anos de participação, e as que frequentam sindicatos contam com até 21 anos como associadas. Nota-se, portanto, que todas as pesquisadas já tiveram experiências em grupo antes de adentrar no trabalho associativo, sejam eles grupos religiosos ou sindicais.

A pesquisa buscou investigar o porquê de as mulheres participarem da Associação Delícias de Vila Pindaré. Uma das motivações citadas por duas delas estão relacionadas a uma influência externa da empresa promotora dos projetos de Responsabilidade Social.

*[Na associação, a gente começou como se fosse uma planta que a gente mesmo plantou e a Vale resolveu não destruir essa planta com a modernização do trem. Foi preciso fazer aquele serviço no trem e não tinha como a gente continuar vendendo, colocaram ar condicionado pra dar melhoria pro passageiro, aí no caso a gente ia perder. Aí eles resolveram junto com o ISES preparar isso aí pra gente. Montar esse prédio com o material de trabalho pra gente. **Começou tudo assim, o porquê de eu tá lá é isso.** Não teve outra coisa pra gente fazer na hora, largar tudo...]. (E6, 2019) (Informação verbal)¹¹*

*[Essa associação foi fundada a partir do nosso serviço que nós trabalhava na ferrovia e tiraram nós de lá porque não sei se vocês conheciam o outro trem, **a í botaram o trem fechado aí arrumaram esse serviço pra nós, pra não deixar a gente assim, à toa.** (E2, 2019) (Informação verbal)¹²*

A respondente E6, de 48 anos e que cursou até o 2º ano do ensino fundamental, também é membro de sindicato como representante da associação de pescadores, e a respondente E2, com 57 anos e que cursou até 3º ano do ensino fundamental, deixam claro que a participação na associação está relacionada ao fato de não terem outra opção de trabalho após a reforma do trem.

A Figura 4 ilustra as motivações apresentadas pelas mulheres participantes da associação. Percebe-se que a motivação principal é o trabalho. A motivação externa

¹¹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 6 (E6).

¹² Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 2 (E2).

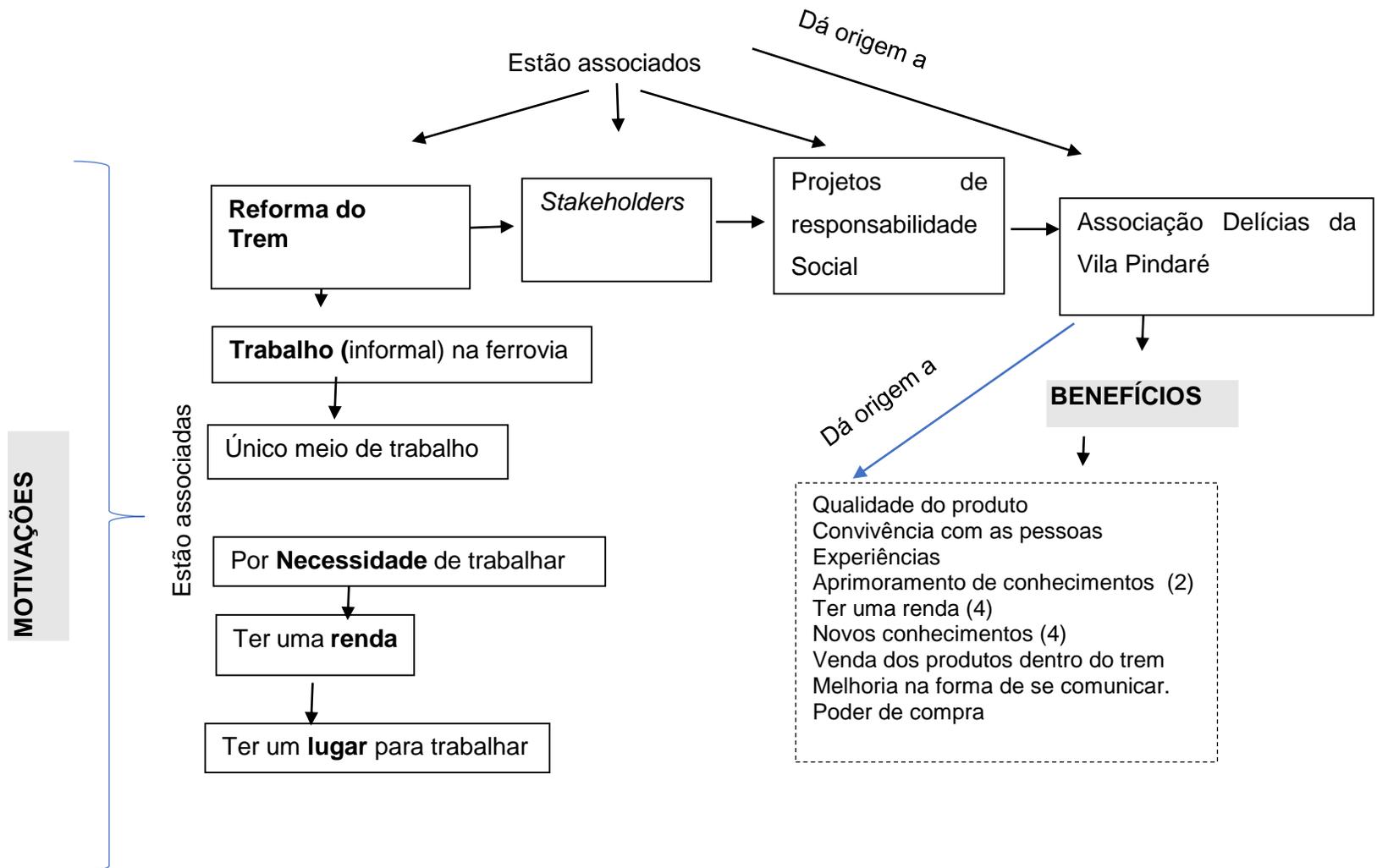
citada – a reforma do trem, trouxe para elas uma influência no trabalho e na fonte de renda que tinham até então; as motivações internas destacadas envolveram a necessidade de trabalhar, ter um lugar para exercerem essa atividade e possuírem uma renda.

A Associação Delícias da Vila Pindaré surge como resultado das relações entre os *stakeholders*, uma vez que a comunidade foi afetada pela empresa a partir da reforma do trem (FREEMAN, 1984). Assim, para assegurar seus interesses econômicos, a empresa adotou projetos de responsabilidade social como prática de gestão e ação junto à comunidade (CARROL, 1999).

Na opinião do grupo entrevistado, a associação gerou alguns benefícios que são relacionados ao aprimoramento de saberes existentes, pois as entrevistadas afirmam que tiveram cursos para melhorar a qualidade dos produtos que elas já comercializavam, bem como novos conhecimentos que fortaleceram o capital humano e intelectual do grupo. Além disso, houve oportunidades de conhecerem pessoas e terem novas experiências por meio do trabalho associado e mudanças de comportamento, como deixar de ser tímida e melhorar a forma de se comunicar. Ter um trabalho rentável, poder comprar e pagar dívidas também foram citados como benefícios.

A seguir, a Figura 4 demonstra a relação entre as motivações em participar da associação e os benefícios relacionados.

Figura 4 – Percepção sobre a categoria Grupos e Redes: motivos para participar da Associação Delícias da Vila Pindaré e benefícios



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Por outro lado, existe entre as respondentes a opinião de que esse poder aquisitivo era maior antes do trabalho associado.

*[Na minha opinião o benefício era o trem. Só que ele saiu, saiu não, eles fecharam as janelas, aí inventaram esse projeto pra nós, aí surgiu **uma renda** pra nós porque nesse lugar não tem outra renda se não for ele. Quando era o trem velho, a gente ia pra casa com o dinheiro no bolso, não tinha negócio de ficar dividindo com ninguém, não tinha despesa.*

No trem a gente passa frio, come fora de hora, chega nas casas alheias fora de hora isso, aí é muito ruim. A gente chega em casa, quando é no final do mês a gente vai dividir o dinheiro, a gente paga 7 mil e pouco de despesa, aí o que fica 4 mil, cinco pra dividir com um monte de pessoa, aí é pouco. Porque tem mês que não recebemos, tem mês que recebemos. Aí eu vivo disso aí, eu preciso pagar minha despesa, pagar talão de luz, tudo é desse dinheiro. Aí se um dia ele acabar, aí fica ruim, porque aposentada eu não sou né?]. (Informação verbal)¹³

Conforme sinalizam os estudos de Olson (2015), é possível identificar que o grupo pesquisado está unido para atender interesses de natureza especialmente econômica e financeira; nesse contexto, as mulheres não teriam como alcançar seus objetivos se estivessem sozinhas, uma vez que não lhes foi dada outra alternativa senão trabalharem de forma associada.

As entrevistadas apontaram, ainda, **a venda de seus produtos dentro do trem** como benefício, pois, antes da associação, a comercialização desses produtos era efetuada através das janelas do trem, em suas paradas para subida e descida de passageiros. Tais benefícios remetem à concepção de Capital Social de Bourdieu (1998), qual seja, “[...] recursos decorrentes da participação em redes de relações sociais”.

Dessa forma, a organização por meio da associação possibilitou aos *stakeholders*, ao grupo Delícias da Vila Pindaré e à empresa, o estabelecimento de acordos e benefícios para ambas as partes: para a associação, que agora conta com o apoio institucional para a venda dos produtos dentro do trem, e para a empresa, que apresenta uma imagem institucional à sociedade por meio de seus projetos de responsabilidade social, além do discurso também institucional da intencionalidade ética e obrigação de trabalhar pela melhoria social (FREDERICK, 1960).

¹³ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 7 (E7).

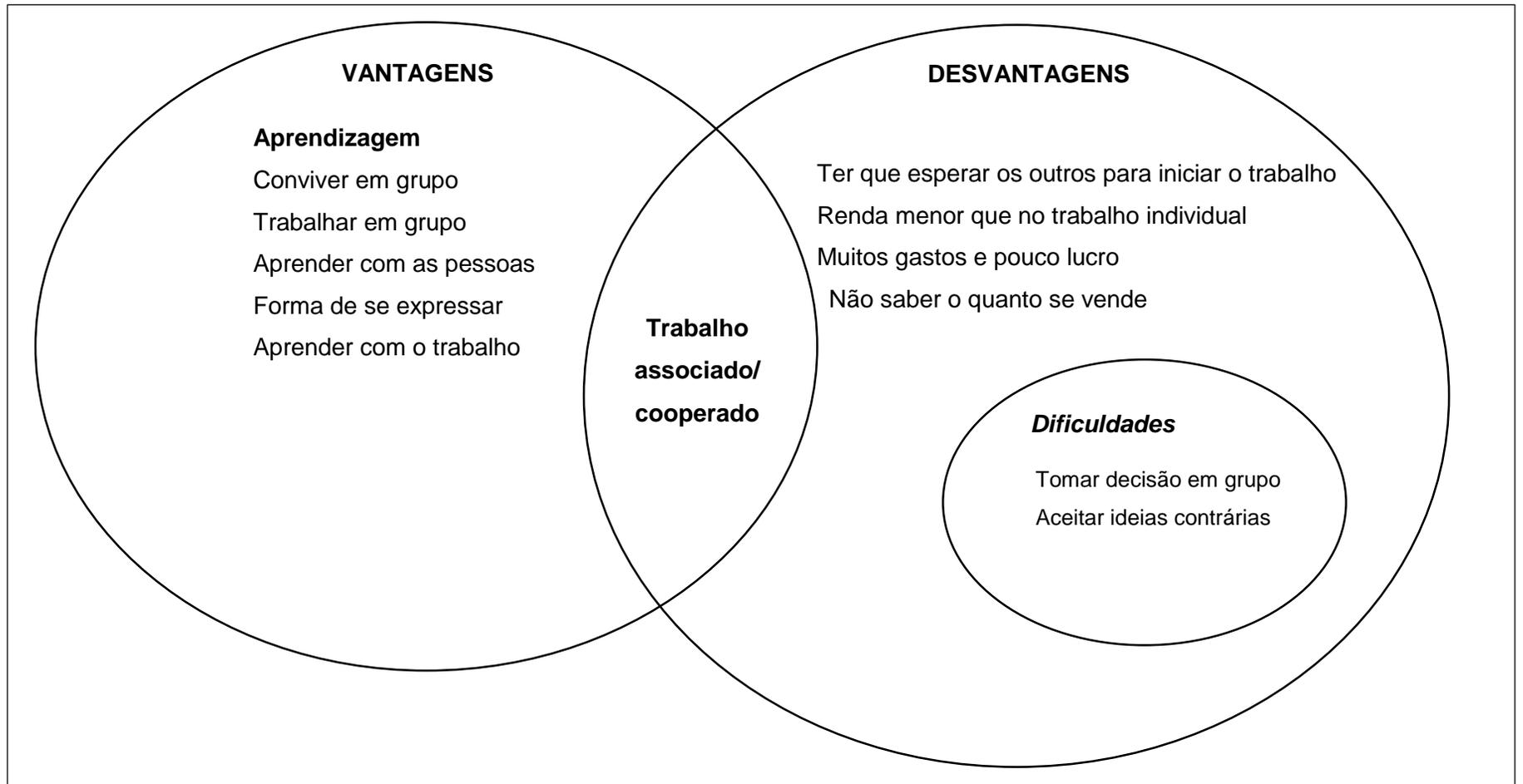
Os benefícios que surgiram como motivos apresentados pelas entrevistadas para participarem da associação estão relacionados às vantagens e às desvantagens encontradas no processo de associativismo.

As vantagens relacionam-se a aprendizados, como a convivência e o trabalho em grupo, o conhecimento construído com a ajuda do outro e a forma de se expressar. Das 11 mulheres, quatro citaram como vantagem o aprendizado na convivência com as pessoas.

Por outro lado, o grupo também considera uma desvantagem o contraste de ideias distintas e a dificuldade para aceitar essas ideias e chegar a um consenso para a tomada de decisões de forma coletiva. Uma entrevistada de 55 anos, que cursou até a 8ª série e que faz parte da diretoria, não enxerga desvantagens no trabalho associado, mas considera que há dificuldades, pois esta vê, na associação, uma experiência e oportunidade de aprendizado.

Nesse contexto, a percepção das associadas sobre o trabalho em grupo na associação em relação às vantagens e desvantagens é ilustrada na Figura 5.

Figura 5 – Vantagens e desvantagens do trabalho associado



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

- **Categoria 3 – Trabalho associado**

Ainda sobre o aspecto do exercício da tomada de decisão em coletivo, quando questionadas sobre o que poderia melhorar no processo de associativismo, as informantes consideram que o consenso em grupo é um aspecto importante a ser melhorado.

Em relação à gestão da associação, foram abordados os seguintes pontos: necessidade de saber criar capital de giro, ampliando recursos financeiros da associação; aumentar as vendas dos produtos; elaborar planejamento para compra de castanhas de caju (principal produto da associação) no tempo da safra e mais instruções e acompanhamento por parte da Fundação Vale e ISES.

No que se refere à estrutura da associação, foram indicadas as melhorias no acesso à internet e na aquisição de um transporte para vender os produtos. Quanto ao **comportamento das associadas**, há necessidade de valorizar a assiduidade nos compromissos estabelecidos com o grupo.

A partir do fortalecimento do capital institucional associado ao capital social, foi possível estabelecer, por meio da Associação Delícias da Vila Pindaré, relações entre o *stakeholder* e a origem dos benefícios, especialmente no que concerne às mudanças relativas ao modo de relacionamento das associadas com outras pessoas, o que inclui um contato mais próximo com os clientes. Além disso, o apoio emocional tem suporte na rede de contatos criada, a partir das relações construídas entre as mulheres da associação estudada e outras 14 associações que fazem parte da Rede Mulheres do Maranhão e do Projeto AGIR da Fundação Vale.

Em relação ao capital humano e intelectual, as informantes reconhecem que houve aquisição de conhecimentos por meio de cursos e formações coordenados pelo Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES). Além disso, a postura de mulheres em relação a si próprias, como autoestima e independência financeira (no que se refere ao cônjuge), trouxe mudanças internas como a que descreve uma das informantes:

[Eu fiquei mais autônoma. Antes eu era mais submissa ao marido. Além da associação nós faz parte da Rede Mulheres do Maranhão e lá trabalha muito

com o empoderamento, aí eu me senti mais empoderada um pouco].
(Informação verbal)¹⁴

O capital econômico, também associado à atuação da associação, e a relação estabelecida entre os *stakeholders* foram influenciados pelo capital institucional criado entre as mulheres e a Fundação Vale, por meio da efetivação da associação, trazendo mudanças de rotinas de trabalho e aprimorando a relação com clientes por meio das vendas e viagens realizadas no trem de passageiros.

Além disso, percebe-se que as associadas sentiram grande mudança no aspecto econômico no tocante aos lucros obtidos no trabalho associado quando comparam o trabalho que desenvolviam de forma individual na ferrovia, especialmente no aumento de despesas e na diminuição dos lucros. Esse fato é expresso nas descrições das falas de duas entrevistadas, ao serem perguntadas sobre as mudanças em suas vidas após o ingresso associado.

[...] A mudança? Eu acho que não mudou nada não, porque... pra começar, a frente dessa casa pra lá eu fiz quando era no trem velho. Aí quando começou esse negócio aí, eu disse: agora eu faço minha casa mais ligeiro! Aí empacou e nunca mais tive dinheiro pra terminar de fazer. Do resto pra cá, é ajuda dos meus filhos que tão me ajudando. Tinha mais renda quando eu vendia sozinha, tinha minhas despesas, pagava meu dízimo, emprestava dinheiro pras minhas meninas eu não faltava sem meu trocado e minha casa sem dever ninguém. (Informação verbal)¹⁵

[...] No começo a gente sentiu, achei ruim, porque a gente trabalhava na estação, todo santo dia a gente tinha o trocadinho da gente, aí quando nós começamos, nós sofremos. O primeiro salário que nós recebemos foi R\$ 17 reais por mês. Pra quem tem dia que a gente ia vender na estação fazia 40, até 50 por dia, aí você ir pro serviço, você passa o mês todinho trabalhando aí a sobra ser R\$ 17 reais, a gente sentiu, mas aí, a gente não tinha outro meio, a gente tinha que segurar esse mesmo que apareceu né?¹⁶
(Informação verbal)

Na pesquisa de campo, foram disponibilizados para consulta registros sobre os lucros obtidos pela associação do período de abril de 2016 a janeiro de 2019, um dado econômico que confirma a fala das participantes a respeito da renda mensal adquirida pelas integrantes após ingressarem na associação.

¹⁴ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 5 (E5).

¹⁵ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 7 (E7).

¹⁶ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 2 (E2).

A Tabela 2 demonstra os valores a serem divididos entre o grupo de 11 participantes, além do montante a ser assegurado como capital de giro para continuação das atividades do mês seguinte. Ressalta-se que o valor individual recebido pelas associadas pode variar de acordo com a quantidade de dias trabalhados, conforme informações prestadas pelas respondentes.

Tabela 2 – Demonstrativo dos lucros obtidos no período de abril de 2016 a janeiro de 2019 pela associação pesquisada

Mês/ano	Valor acumulado	Capital de Giro	Lucro para as associadas
04/2016	2.780,00	2.577,00	203,00
05/2016	2.702,00	2.400,00	302,00
06/2016	3.021,30	2.400,00	621,00
07/2016	3.586,50	2.400,00	1.186,50
08/2016	4.850,00	2.000,00	2.850,00
09/2016	4.864,67	2.000,00	2.864,67
10/2016	3.425,90	2.000,00	1.425,90
11/2016	3.348,30	2.000,00	1.348,30
12/2016	4.084,53	2.000,00	2.084,53
01/2017	6.147,50	2.000,00	4.147,50
02/2017	5.041,40	2.000,00	3.041,40
03/2017	3.890,80	2.176,00	1.714,80
04/2017	5.036,00	2.176,00	2.860,00
05/2017	6.389,77	2.500,00	3.889,77
06/2017	7.553,80	2.600,00	4.953,80
07/2017	4.999,35	2.600,00	2.399,35
08/2017	6.578,85	2.600,00	3.978,85
09/2017	2.209,00	2.800,00	-591,00
10/2017	5.205,68	2.181,68	3.024,00
11/2017	6.253,85	3.000,00	3.253,85
12/2017	1.500,00	3.000,00	-1.500,00
01/2018	-	-	
02/2018	5.054,00	2.900,00	2.154,00
03/2018	6.031,27	3.551,00	2.480,27
04/2018	5.076,05	4.376,00	700,05
05/2018	7.190,60	4.376,00	2.814,60
06/2018	8.265,89	5.092,00	3.173,89
07/2018	7.009,70	5.092,00	1.917,70

08/2018	5.536,35	6.211,35	-675,00
09/2018	4.746,00	3.000,00	1.746,00
10/2018	8.853,85	2.025,80	6.828,05
11/2018	1.571,40	3.000,00	-1.429,00
12/2018	11.692,50	1.571,40	10.121,50
01/2019	2.937,70	6.155,00	-3.218,00

Fonte: Dados documentais coletados na pesquisa de campo: registros do fluxo de caixa da Associação Delícias da Vila Pindaré (2019)

A partir dos dados coletados, constata-se que, no ano de 2017, o valor arrecadado pelo grupo estudado, somando apenas os saldos positivos, foi de R\$ 33.263,32. Assim, estima-se que o valor recebido naquele ano pelas integrantes da associação chegue a pouco mais de R\$ 3.023,93 por associada.

Em 2018, o valor arrecadado chegou a R\$ 31.936,06, diminuindo para R\$ 2.903,27 o valor anual recebido pelas entrevistadas. Ressalta-se que esse é um valor estimado, uma vez que cada associada recebe proporcionalmente aos dias trabalhados e que estes são devidamente anotados em folha de frequência¹⁷.

Os saldos negativos verificados em setembro e dezembro de 2017, agosto e novembro de 2018 e janeiro de 2019 revelam os meses em que não houve lucros a serem divididos entre as associadas, portanto, períodos em que não obtiveram qualquer renda por meio da associação.

A partir desses dados econômicos é possível, ainda, observar que o menor e o maior valor arrecadados mensalmente no período de abril de 2016 a janeiro de 2019 foram, respectivamente, R\$ 203,00 (duzentos e três reais) e R\$ 10.121,50 (dez mil, cento e vinte e um reais e cinquenta centavos), divididos entre as 11 associadas, o que ratifica a fala das entrevistas que expuseram o assunto.

¹⁷ A razão para a divisão dos lucros utilizada pelo grupo pode ser assim representada:

$$N = \frac{Vt}{CHt}$$

Sendo:

Vt: o valor total arrecadado pelo grupo

CHt: Carga horária total trabalhada pelo grupo

N: Valor referência, resultado da divisão do valor total arrecadado pelo grupo e a carga horária total trabalhada pelo grupo.

Há uma expectativa entre as associadas de que esse lucro seja ampliado, pois, a partir de junho de 2019, o acesso das mulheres ao vagão do trem de passageiros para venda dos produtos foi ampliado de dois para seis dias por semana. Assim, as entrevistadas esperam vender mais e, para isso, se organizam com o grupo de mulheres da Rede do Maranhão para que, a cada semana, uma equipe de quatro pessoas, composta por membros das associações que formam a Rede de Mulheres, realizem as viagens de quinta a terça-feira no vagão social disponibilizado para o Projeto AGIR.

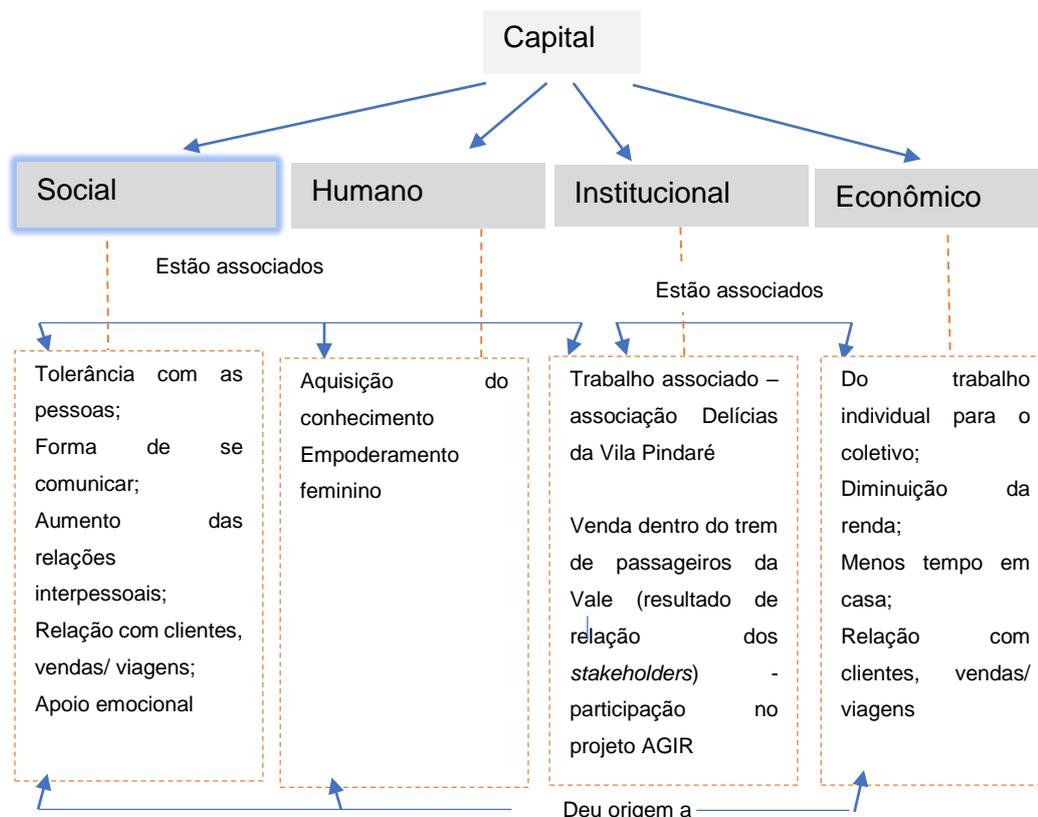
Essa dinâmica de revezamento e a necessidade de um suporte logístico fez com que o grupo Rede de Mulheres alugasse um espaço na cidade de São Luís para o descanso ao término de cada viagem que sai de São Luís, MA, e vai até Paraupabas, PA, e vice-versa. A cada viagem, o caixa é fechado e verifica-se, nessa oportunidade, tudo o que sobrou e o que foi vendido.

As entrevistadas afirmam que ampliar as quantidades de dias no vagão social era uma solicitação da Rede de Mulheres e que todos os retornos financeiros adquiridos pelas associações são acompanhados pela Fundação Vale¹⁸.

A Figura 6 ilustra todas as mudanças ocorridas na vida das mulheres a partir das formas de capital predominantes observadas na pesquisa.

¹⁸ Informações cedidas pelas integrantes da Associação Delícias de Vila Pindaré em roda de conversa.

Figura 6 – Percepção sobre as categorias investigadas em relação ao associativismo: mudanças na vida das respondentes após ingresso no trabalho associado



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A informante E11, que estudou até a 8ª série do ensino fundamental, afirmou que não houve mudança em sua vida após ingresso na associação, porém, se contradisse ao mencionar que está adquirindo mais conhecimentos por meio da participação no grupo.

[Mudança assim como? Não eu acho assim, que melhorou assim, a venda no trem que a gente tá tendo mais conhecimento. Mas na minha vida eu acho assim que não mudou. Será que mudou? Eu não acho que mudou assim nada na minha vida, não!]. (Informação verbal)¹⁹

Outra informante considerou que a associação lhe trouxe mais trabalho e responsabilidades que antes não possuía. Casada e com dois filhos, ela destacou mudanças como o cumprimento de horário e tarefas a serem executadas conforme a

¹⁹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 11 (E11).

divisão do trabalho feita pelo grupo; tais mudanças lhe acarretaram menos tempo em casa para cuidar de seus afazeres domésticos²⁰.

Quadro 13 – Percepções sobre contribuições dos grupos e redes para melhoria da sociedade de Buriticupu

CATEGORIA: GRUPOS E REDES						
Percepções sobre contribuições dos grupos e redes para melhoria da sociedade de Buriticupu						
Compra e venda os produtos regionais	Fortalece o comércio local	Geração de renda	Incentiva a concorrência	Pagando imposto	Não soube responder	Não muda nada
4	3	2	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com os dados coletados, a maioria das entrevistadas mencionou que a Associação Delícias da Vila Pindaré tem contribuído para o fortalecimento da compra e venda de produtos regionais, como castanhas do caju, coco da praia, polpas das frutas buriti e cupuaçu.

[...] acho que sim, por que pelo menos aqui em nosso povoado, depois que começou a associação beneficiou muita gente, as vezes não ver. Por exemplo o coco da praia aqui ninguém vendia, estragava muito, a castanha muita gente não ligava porque não tinha acesso pra ela e já hoje tem. (Informação verbal)²¹

[É um benefício que fica aqui dentro. As frutas das pessoas, a castanhas, a polpa do cupuaçu, a gente compra o buriti, tudo daqui de dentro e a renda nossa pra tirar alguma coisa precisa ir pra fora porque aqui não sai.]. (Informação verbal)²²

As entrevistas E2 e E6 destacam que, antes da associação iniciar seus trabalhos na comunidade, não havia proveito dos frutos regionais, que acabavam sendo desperdiçados, a exemplo do coco da praia e do buriti. A E6 sinaliza, por outro lado, que apesar da compra ser feita na comunidade, essa mesma comunidade não absorve seus produtos e tudo o que produzem é vendido para outras localidades.

²⁰ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 4 (E4).

²¹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 2 (E2).

²² Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 6 (E6).

Além da compra dos produtos regionais, as associadas também compram produtos das pequenas mercearias da comunidade, o que contribui para o fortalecimento do comércio local.

Na perspectiva das mulheres entrevistadas, a associação também contribui para a geração de renda. Porém, é possível inferir a necessidade de fortalecer conhecimentos relacionados à gestão da associação, especialmente no tocante aos aspectos financeiros, pois o grupo ainda é muito dependente do apoio da empresa e da Fundação Vale, conforme se observa na fala de uma das associadas.

*[A gente trabalha tanto, quando é no final do mês é tanta despesa, tanta conta, aí tira tudo, paga e o sobra pra gente é muito pouco, mas eu creio que esse é um tempo de processo de fortalecer. Assim, essa gente ajuda da Fundação Vale, do ISES, porque se eles não tivessem ajudado... aonde a gente tá hoje! **Então eu creio que a gente precisa ainda de ajuda, principalmente financeira** pra gente conseguir se fortalecer mais e ficar mais a vontade **de ter uma renda** porque aí a gente ajuda mais nossa comunidade, a gente compra mais coisa. Não compra porque não tem como pagar. **Isso é uma geração de renda que não tá onde a gente quer**, mas eu creio que a gente chega lá, se continuar lutando...]. (Informação verbal)²³*

O capital institucional entre a associação e a empresa Vale e o ISES estabeleceu-se por ocasião da atuação da Vale na região e da influência de uma tomada de decisão e gestão dessa mesma organização, que foi a reforma do trem de passageiros. A intenção da Fundação é desenvolver negócios sociais nos quais seus beneficiários possam ter autonomia financeira; no entanto, a necessidade de apoio, quatro anos após o início da associação, revela a dependência por parte da associação em relação ao apoio institucional da Fundação Vale.

O incentivo à concorrência com os produtos levados para outras localidades para venda e os tributos pagos por meio da compra dos ingredientes para a produção dos doces também foram citados como forma de contribuir para a melhoria do município.

Por outro lado, uma entrevistada que cursou até o 1º ano do ensino médio, casada e com 11 filhos, não reconhece quaisquer tipos de contribuições que a associação possa estar trazendo à cidade. A integrante, que também participa de um sindicato de trabalhadores, considera que o benefício alcançado está no aprendizado,

²³ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré, obedecendo a ordem de entrevista, foi a entrevista nº 1 (E1).

mas não o relaciona como algo que pode contribuir para a melhoria de Buriticupu. Essa postura pode estar relacionada à não compreensão desse tipo de organização e seu potencial articulador e emancipatório para o desenvolvimento da comunidade (CANTERLE, 2004).

Esse papel articulador também acontece na formação de Capital Social entre pares, outras associações reunidas que buscam melhorias para um grupo maior. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar a percepção das mulheres entrevistadas sobre esses grupos, com os quais interagem – Rede Mulheres do Maranhão, integrada por vários grupos que compõem o Projeto AGIR.

A partir do AGIR EFC, foi estruturada a Rede Mulheres do Maranhão, que contempla todos os empreendimentos criados no âmbito deste e de outros projetos da Fundação Vale. Essa rede busca fortalecer o empoderamento dos grupos e reforçar a estratégia de comercialização em rede, utilizando o selo 'Mulheres do Maranhão'. (FUNDAÇÃO VALE, 2017, p. 36)

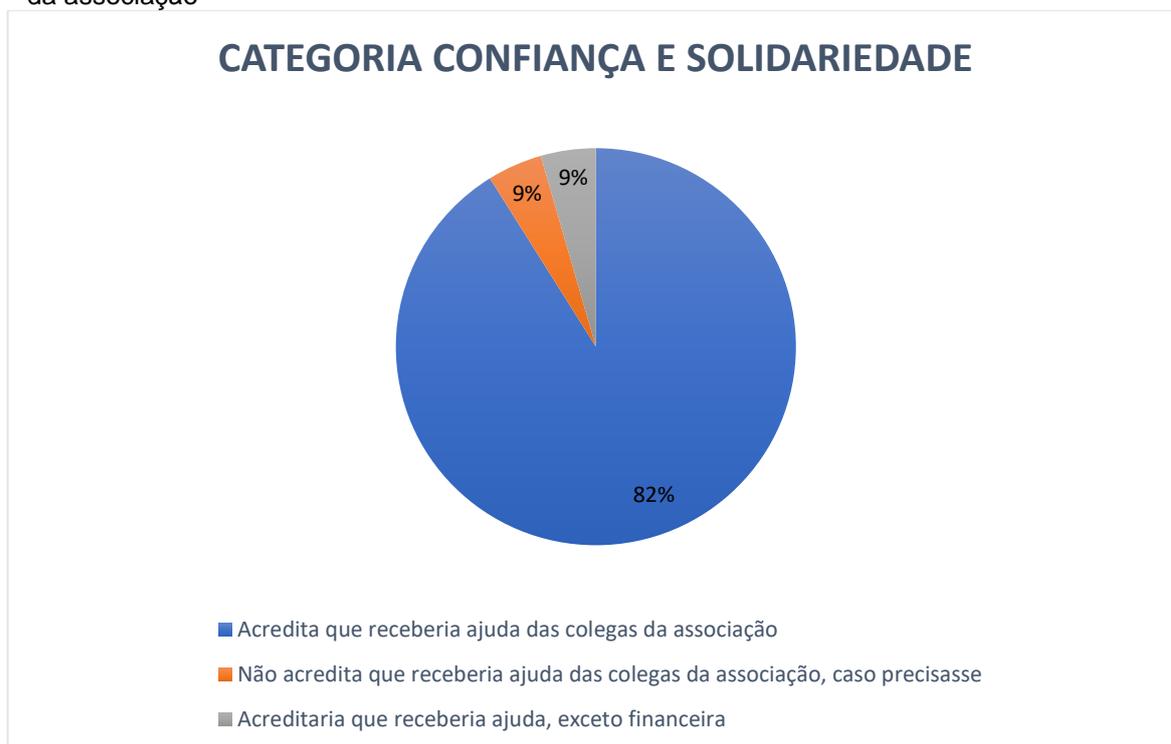
As reuniões da diretoria da Rede Mulheres do Maranhão ocorrem uma vez por mês e, a cada bimestre, são abertas para participação dos demais membros. Além das mulheres membros das associações apoiadas pelo Projeto AGIR, também integram esse grupo representantes do Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES).

Segundo as respondentes, os assuntos tratados nesses encontros são: vendas em feiras e no vagão, quantidade de pessoas que irão vender por associação, venda de produtos de todas as associações, tomada de decisões, o que precisa ser melhorado, negócios, benefícios recebidos através da Rede e troca de ideias.

- **Categoria 4 – Confiança e solidariedade**

A pesquisa investigou as relações de confiança e de solidariedade estabelecidos no grupo Associação Delícias da Vila Pindaré, conforme demonstrado pela Figura 7.

Figura 7 – Percepção sobre confiança e solidariedade: possibilidade de receber ajuda das colegas da associação



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A maioria das entrevistadas, 82%, acredita que receberia ajuda das colegas da associação caso houvesse necessidade. As circunstâncias que envolvem essa ajuda são: conselhos, solidariedade na perda de um familiar, preocupação manifestada em situações de ausência no trabalho, compreensão em casos de doença e ajuda no trabalho e financeira. Duas entrevistadas manifestaram opinião diversa e afirmaram que não acreditam que receberiam ajuda caso precisassem, especialmente se essa ajuda fosse financeira, mas atribuem essa opinião ao entendimento de que as demais associadas não teriam condições financeiras para auxiliar em uma eventual necessidade.

Nos depoimentos, foi possível captar, pelo menos, três momentos em que as entrevistadas demonstraram capacidade de ajuda a um membro da associação em situação considerada difícil pelas respondentes:

[Sim, já teve vezes que a gente precisou de ajuda e eles compreende as vezes tem alguém doente. Aí eu digo que estou passando... teve um momento que meu pai veio falecer, foi difícil pra mim, elas tavam todas presentes, elas me ajudaram, ajudaram a socorrer na hora que nós achamos, foi elas que ajudaram nós, mais próxima, né? J. (Informação verbal)]²⁴

²⁴ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 1 (E1).

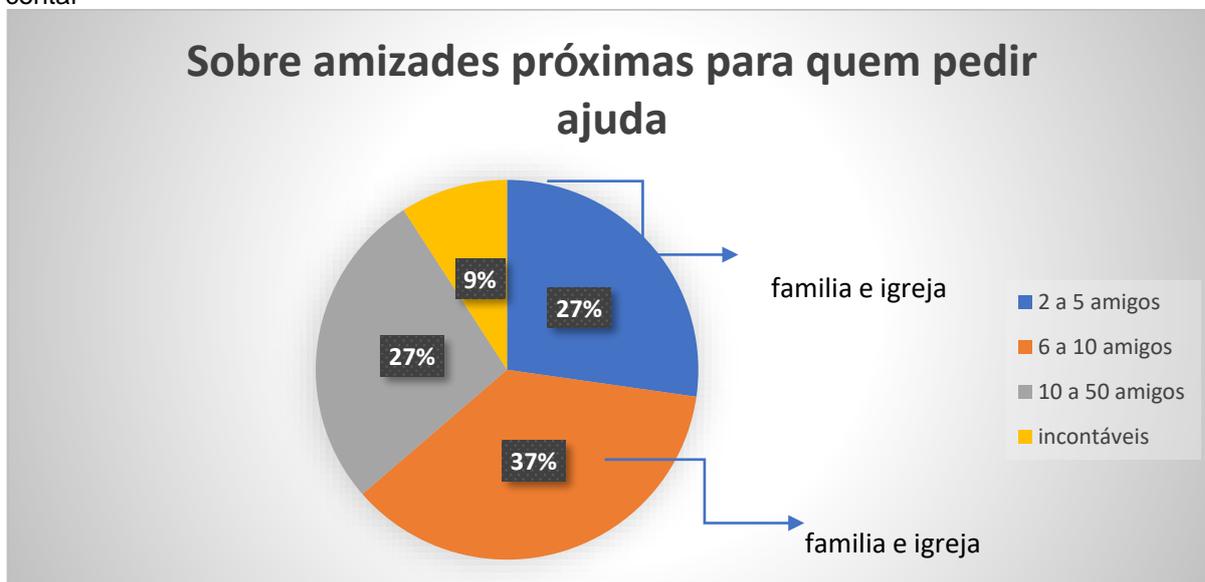
[Eu acho que elas ajudam... como nesse ponto agora com a filha doente... elas tão me ajudando, porque se fosse outro: não! Tem que vir, né? Mas elas, não: “não irmã, então, nesse ponto pode ficar lá”!]. (Informação verbal)²⁵

[Eu tava afastada muito tempo, mais de ano. Primeiro eu engravidei, depois mataram meu filho no período que começou aqui. Elas me apoiaram muito, depois elas me chamaram que eu podia voltar e trabalhar.]. (Informação verbal)²⁶

Segundo Putnam (2006), essa confiança pode gerar eficiência nas atividades desenvolvidas pela associação. Os motivos citados nas falas que fortalecem o capital social entre as respondentes estão relacionados ao apoio que, pelo menos três associadas do grupo estudado, receberam das demais membros em momentos difíceis no que se refere à família, o que demonstra que o grupo possui um forte vínculo e mantém confiança e solidariedade entre si.

Buscou-se também perceber, na categoria Confiança e solidariedade, se as mulheres entrevistadas quantificam o número de amigos com os quais podem contar (Figura 8).

Figura 8 – Percepção sobre confiança e solidariedade: sobre amigas próximas com as quais pode contar



²⁵ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 11 (E11).

²⁶ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 9 (E9).

As entrevistadas que relataram possuir de 10 a incontáveis amigos não citaram os familiares ou outros grupos como referência do lugar onde essas amizades são constituídas. Observou-se que, quanto menor o nível de confiança estabelecido pelas associadas em relação a outras pessoas, mais restritos são os grupos dos quais as pessoas de sua confiança fazem parte, como igreja e família.

Nessa categoria, as entrevistadas também opinaram sobre a confiança nas pessoas ou a necessidade de ter cuidado nas relações, conforme se observa na Figura 9.

Figura 9 – Percepção sobre confiança e solidariedade: confiança nas pessoas ou cuidado nas relações



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A maioria das entrevistadas respondeu que é necessário ter cuidado nas relações estabelecidas com outras pessoas. Isso também pode explicar o fato de que 64% das participantes da pesquisa confiam apenas em pessoas da família e da igreja (conforme demonstra Figura 8).

A confiança em relação às pessoas da comunidade também foi levantada na pesquisa e constatou-se que o grupo entrevistado mais desconfia do que confia nos demais membros da comunidade. A maioria das associadas, 45,45%, respondeu que as pessoas da comunidade de Vila Pindaré não são confiáveis, e o restante das mulheres se dividiram entre a confiança nas pessoas de modo geral (27%) e a opinião de que uns são confiáveis e outros não são (27%).

O relato emocionado de uma das informantes sobre a decepção em relação alguém que confiava reforça o discurso da informante:

[Quer que eu fale a verdade, mesmo? A gente tem que confiar em Deus. Porque geralmente a comunidade, as pessoas surpreendem a gente, as pessoas são boas e ruins ao mesmo tempo. Pessoas próximas de você são cruéis, pessoas distantes são pessoas maravilhosas que você pode contar e ganhar um abraço, entendeu? Pessoas cruéis, próximo, tirou a vida do meu filho. Meu filho não merecia. J. (Informação verbal)²⁷

A tragédia, que aconteceu na comunidade Vila Pindaré e marcou a vida da informante, a fez assumir um posicionamento de não confiar mais nas pessoas, mas apenas em Deus.

- **Categoria 5 – Ação coletiva e cooperação**

Na categoria ação coletiva e cooperação, buscou-se verificar como as mulheres participantes da associação estudada contribuiriam para a implementação de um projeto voluntário. As percepções seguem demonstradas na Tabela 3.

Tabela 3 – Percepção sobre a categoria Ação coletiva e cooperação: *contribuição* com tempo ou dinheiro em projeto para beneficiar outras pessoas e *participação* voluntária ou solicitada

	Contribuição			Participação	
	Dinheiro	Das duas formas	Voluntária	Solicitada	Das duas formas
Tempo	55%	27%	18%	64%	-
					36%

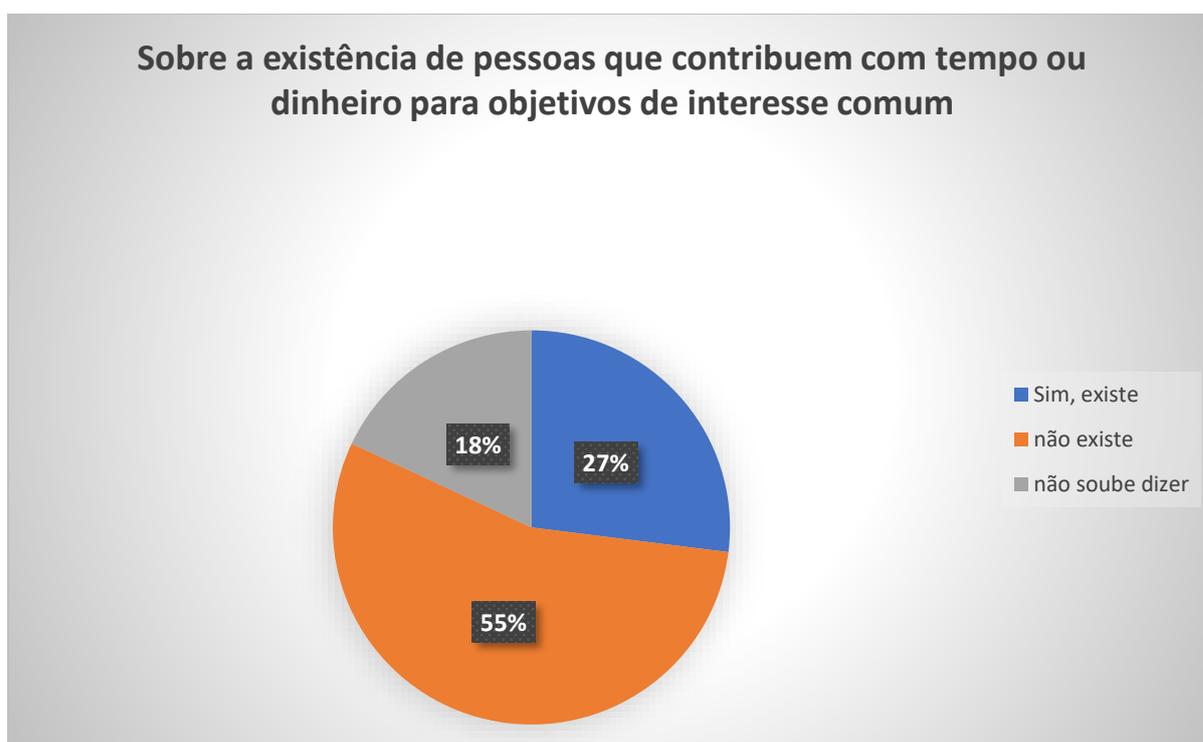
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Os dados revelam que a maioria das entrevistadas, 55%, cooperaria com um projeto voltado para o benefício de outras pessoas com seu tempo e de forma voluntária, e 36% se apresentariam para contribuir voluntariamente ou se a ajuda lhes fosse solicitada. Outra parte, 27%, afirmou que cooperaria com dinheiro e 18% cooperariam tanto com o dinheiro quanto com seu tempo.

²⁷ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 9 (E9).

No que diz respeito à percepção das mulheres entrevistadas sobre a existência de pessoas que contribuem com seu tempo ou dinheiro para objetivos de interesse comum, os dados são representados na Figura 10.

Figura 10 – Percepção sobre ação coletiva e cooperação: pessoas que dedicam tempo e dinheiro em objetivos de interesse comum



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A intenção da cooperação de forma voluntária afirmada pela maioria das entrevistadas é confrontada com o fato de que 55% delas não acreditam que existam pessoas que disponibilizem seu tempo ou dinheiro para ajudar outras pessoas, e 27% acreditam nessa possibilidade, inclusive apontando situações em que a comunidade teria se reunido para ajudar alguém em situação difícil:

[Eu acho que tem sim... Eu mesmo já fui pedir lá uma contribuição pra fazer uma festinha e achamos pessoas que nos ajudou.]. (Informação verbal)²⁸

[Eu acho que sim... Quando a gente sai pedindo assim, alguma ajuda, eles sempre ajudam.]. (Informação verbal)²⁹

[Tinha um senhor que morava depois da minha casa. Ele tinha a terrinha dele e tinha só um barraquinho, mas molhava, e as pessoas se ajuntou, não foi

²⁸ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 10 (E10).

²⁹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 11 (E11).

todos, mas alguns fazendeiros se ajuntaram e foram lá e fizeram a casinha dele, compraram telha e cobriram. E também quando tem uma família mais humilde, eles fazem cesta básica, as professoras, a diretora chama os alunos que levam cesta básica e doam pras pessoas]. (Informação verbal)³⁰

É interessante observar que as pesquisadas E10 e E11 são pessoas que dedicam seu tempo para atividades de interesse comum na comunidade, conforme os relatos.

Mais um exemplo de confiança na solidariedade das pessoas é mencionado pela associada E9, que visualizou, na situação relacionada à moradia de seu vizinho, uma boa demonstração de solidariedade: nesse caso, o interesse e o objetivo comuns eram a ajuda a uma pessoa em situação de vulnerabilidade. Mais um exemplo citado pela informante E9 refere-se à doação de cestas básicas para pessoas consideradas humildes pela comunidade.

Outra pergunta que busca avaliar a percepção das entrevistadas sobre a categoria Ação coletiva e cooperação analisa a opinião das respondentes em relação à sua atuação e à atuação das pessoas no caso de uma fatalidade na cidade.

Todas as associadas responderam que ajudariam numa situação de catástrofe. Percebe-se que há um nível de confiança da maioria das entrevistas em relação a outras pessoas sobre essa atitude, pois 73% acreditam que outras pessoas se mobilizariam numa situação de necessidade de ajuda mútua, 18% não souberam responder e 9% acreditam que as pessoas não ajudariam.

Nota-se que a credibilidade em relação à possibilidade de as pessoas serem solidárias prevalece entre as respondentes, porém, algumas falas sinalizam a percepção de atitudes individualistas das pessoas (na fala da informante E8) e o comodismo diante da situação hipotética apresentada.

[Até que vontade a gente tem de ajudar. Se for na condição de acolher na casa da gente, sempre nós ajuda, sendo na condição financeira, não tem como ajudar. Pelos outros eu não sei responder, eu vejo que as pessoas aqui

³⁰ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 9 (E9).

no nosso município é mais pra si, não pensa no próximo]. (Informação verbal)³¹.

[Rapaz, eu não sei... Eu acho que iriam esperar pelo prefeito ou pedir pra ele arrumar]. (Informação verbal)³²

[Eu iria contribuir. Acho que a comunidade contribuiria sim para ajudar. Se acontecesse aqui na associação, eu acho que não ajudariam, porque eles gostam de dizer que aqui é da Vale, mas eu acho que eles ajudavam. A comunidade não é toda ruim, não!]. (Informação verbal)³³

A fala da entrevistada E9 demonstra que a comunidade Vila Pindaré vê a Associação Delícias da Vila Pindaré como extensão da empresa Vale e que, talvez por essa razão, não tivesse ajuda em uma situação de calamidade que viesse a atingir o grupo.

Esse olhar que a comunidade possui acerca do projeto tem sido sentido pelas associadas, especialmente na falta de apoio e desconfiança por parte de algumas pessoas da comunidade, como pode ser percebido no seguinte trecho de fala de uma das respondentes da pesquisa:

[...] aqui só tem gente que não confia nos outros. Aqui nosso projeto, tem muita gente que joga lá em baixo, fizemos aqui pros comerciantes, ajeitamos tudo, não veio foi ninguém. Aí a gente não pode nem confiar nessas pessoas. (Informação verbal)³⁴.

A fala da entrevistada se refere ao dia da inauguração do espaço da associação, que foi aberto para degustação dos produtos; contudo, não houve adesão na participação de muitos dos comerciantes convidados. Nota-se, com isso, que a desconfiança por parte da comunidade em relação a empresa está sendo transferida ao projeto de responsabilidade social por ela apoiado, no caso, a Associação Delícias da Vila Pindaré.

³¹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 8 (E8).

³² Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 7 (E7).

³³ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 9 (E9).

³⁴ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 10 (E10).

- **Categoria 6 – Coesão e Inclusão Social**

Sobre a percepção das beneficiárias em relação a categoria Coesão e inclusão social, buscou-se analisar como as decisões são tomadas e as lideranças são escolhidas. É consenso entre as entrevistadas que todas as decisões são tomadas coletivamente e de forma democrática, e que os espaços que tratam desse processo são as reuniões convocadas pela diretoria para consultar o grupo e ouvir opiniões. Assim, em votação na qual vence a maioria, as associadas decidem as lideranças do grupo e deliberam sobre os assuntos importantes para o andamento das atividades da associação.

Ainda sobre a coesão e a inclusão social, a pesquisa analisa as características individuais das mulheres entrevistadas em relação ao seu gosto pela interação social ou preferência por atividades mais caseiras. Estas podiam escolher mais de uma opção e, por isso, o percentual não fecha em 100%. A tabela a seguir demonstra que as entrevistadas, em sua maioria, têm preferência por ficar mais em casa e receber visitas.

Tabela 4 – Percepção sobre a categoria Coesão e inclusão social: sobre ser caseiro ou gostar de interagir socialmente

Caseiro	Gosta de sair	Encontrar ou visitar amigos	Receber visitas
45,45%	36%	45,45%	64%

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Por outro lado, na fala das entrevistadas, nota-se que o trabalho oportunizou para algumas delas a saída da rotina de permanecer em casa com a família.

[Eu gosto de receber. Eu viajo muito a trabalho pelo projeto. Depois que eu comecei no projeto eles me chama pra ir em reuniões ir em alguns eventos e eu tenho saído bastante por conta do projeto. Antes era de casa pra igreja e da igreja pra casa.]. (Informação verbal)³⁵

[Eu porque não tenho tempo de andar visitando, porque quando eu tenho tempo eu gosto de visitar meus amigos, receber visita também. Eu era

³⁵ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 1 (E1).

muito caseira, agora por causa desse projeto aí, não tem como ficar em casa]. (Informação verbal).³⁶

[Eu não gosto muito de sair... ultimamente tenho saído muito por causa do projeto, das viagens pra vender os produtos. Eu gosto dessas viagens, de trabalhar!]. (Informação verbal)³⁷

[Eu gosto de ficar mais em casa, eu gosto de sair mais assim em caso de doença... aí eu gosto de viajar também, é uma obrigação de trazer as coisas pra cá. Gosto de receber também.]. (Informação verbal)³⁸

Destaca-se, nesse contexto, o fator familiar relacionado ao perfil das mulheres, em sua maioria casadas e com filhos. Observou-se que aquelas que têm muitos filhos sinalizaram a preferência por ficar em casa, a exemplo das informantes E5, com 11 filhos, e E11, que possui 10 filhos.

A partir das quatro falas selecionadas, é possível perceber que, devido à mudança da forma de trabalho, antes individual e agora associado, as oportunidades de participação em reuniões, viagens representativas da associação e vendas de produtos estão oportunizando ao grupo experiências que antes não possuía.

Todas essas experiências de participação conquistadas através da Associação Delícias da Vila Pindaré e da Rede Mulheres do Maranhão, além dos consequentes benefícios, não só ampliam o conhecimento de novos espaços sociais, mas também o capital social do grupo.

- **Categoria 7 – Informação e comunicação**

A categoria Informação e comunicação levantou as percepções do grupo sobre a importância de saber o que acontece no mundo para desenvolvimento do negócio e, conseqüentemente, da cidade. A maioria das entrevistadas reconhece essa importância e cita circunstâncias em que essas informações podem influenciar em suas realidades.

³⁶ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 7 (E7).

³⁷ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 5 (E5).

³⁸ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 11 (E11).

Assim, para as associadas, ter ciência sobre o que acontece no mundo pode trazer influências relacionadas ao negócio do qual fazem parte: no conhecimento sobre o aumento dos preços de produtos e mercadorias; no conhecimento sobre projetos e benefícios do governo para associações; no conhecimento sobre o que está acontecendo para prevenir-se e tomar atitudes; no conhecimento sobre as questões trabalhistas, a exemplo da reforma da previdência; no contato com pessoas de outros lugares, o que faz aumentar a confiança no negócio. Nota-se que esse grupo estabelece relações importantes sobre as conexões que se formam naturalmente na sociedade e podem atingir aos seus membros.

Por outro lado, duas informantes (E5 e E7) consideraram que **não há importância em saber o que acontece no mundo** e que tal conhecimento em nada influencia a realidade por elas vivenciada. Percebe-se, portanto, que o fato de as entrevistadas não conseguirem estabelecer relações entre o que acontece no mundo, as questões sociais, políticas e econômicas com o que acontece na realidade local, demonstra o baixo nível de informação, conhecimentos gerais e de atualidade das respondentes, o que pode ser justificado pelo seu baixo tempo de escolaridade, uma vez que não concluíram o ensino médio e o ensino fundamental, respectivamente.

Essa concepção também se deve ao isolamento das áreas rurais e, especialmente, à falta de acesso à informação e à comunicação. De modo geral, as entrevistadas afirmaram que o acesso aos meios de comunicação não é uma prática diária, no entanto, revelam que, quando podem, procuram pelos veículos destacados na Tabela 5.

Tabela 5 – Percepção sobre a categoria informação e comunicação: sobre meios de manter-se informado e fontes de informação mais importantes

Não costuma buscar fontes de informação	Jornal/televisão Televisão	Internet	Radio
1	8	8	2

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A internet e a televisão foram as possibilidades de acesso às informações mais citadas pelo grupo, seguidas do rádio. Uma das entrevistadas afirmou que não busca informações em nenhum veículo de comunicação.

Observa-se que, apesar de as associadas reconhecerem que é importante saber o que acontece no mundo, estas não buscam fontes de informação com frequência diária. Um dos entraves citado pelas respondentes pode estar relacionado ao serviço de energia elétrica que, constantemente, falta na comunidade.

- **Categoria 8 – Autoridade e ação política**

Sobre a categoria Autoridade e ação política, buscou-se perceber se há engajamento político das associadas em relação a participações em ações de interesse coletivo da cidade. Nessa categoria, constatou-se que apenas uma integrante participa ativamente de discussões na comunidade de interesse coletivo e, inclusive, também assume cargo na diretoria da associação pesquisada. Além do pouco acesso aos meios de comunicação (com frequência regulares), as integrantes da Associação Delícias de Vila Pindaré não participam de outros debates na comunidade, o que torna sua atuação política individual e do grupo sem expressão.

Essa falta de atuação política e inexpressividade, do mesmo modo, é confirmada quando a maioria das entrevistadas, 82%, afirma que o grupo não tem sua opinião valorizada na tomada de decisões sobre ações e projetos públicos, e que, em quatro anos de existência da associação, nunca foram convidadas pelas autoridades locais a opinar sobre as políticas públicas voltadas à cidade.

Tabela 6 – Percepção sobre a categoria autoridade e ação política: sobre valorização da opinião do grupo pelas autoridades locais na tomada de decisões sobre ações e projetos públicos

A opinião do grupo é valorizada	A opinião do grupo não é valorizada	Não soube responder
1 (9%)	9 (82%)	1 (9%)

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A fala de uma das entrevistadas revela que a associação precisa ampliar seu capital institucional e social, uma vez que compara a atuação de uma instituição participante à atuação da Associação Delícias da Vila Pindaré:

[Do sindicato eu acho que eles valorizam porque o sindicato procura eles, né. E aqui a associação eu acho que não. Porque até onde era pra gente ir conversar com o secretário, nunca fomos...se o presidente vai atrás, ele conversa, ele chama atenção das pessoas, mostra o que tá fazendo. Aí acha que tem o apoio. Acho que tem que ir atrás de alguém que tá mais próximo

do prefeito pra ele ir falar com prefeito, quem sabe ele nos ajuda de alguma forma. Pra ajudar a gente tem que ir atrás. Se for por ele, ele não vai vir, não. Até porque eu acho que aqui é uma associação não tão conhecida].
(Informação verbal)³⁹

A informante E9, casada, que possui 36 anos e estudou até o 6º ano do Ensino Fundamental, sinaliza que o fato de a associação não ser muito conhecida, como é o caso do sindicato, influencia na não valorização da opinião do grupo. Ademais, a entrevistada menciona a ausência de articulações e diálogos com as autoridades locais, o que deixa o capital social e institucional da associação com baixo poder de transformação e influência política local.

Mesmo que, em nível local, a associação estudada ainda não possua influência nas decisões da política municipal com intensidade similar à do sindicato, conforme relatos da informante E9, todas as entrevistadas consideram que o trabalho associado tem contribuído para o aumento das relações sociais estabelecidas em lugares diferentes, com outras pessoas, grupos, culturas e instituições.

Quadro 14 – Percepção sobre as categorias investigadas em relação ao associativismo: como o trabalho associado contribui para o aumento das relações sociais (SIM – 100%)

Qtde. de citações	Formas de impacto nas vidas das associadas	Capital social / com quem teve contato	Lugares que conheceu
1	Participação em entrevistas	Governador do Maranhão Presidente da Vale Chefe e maquinista do trem 19 associações ISES	Rio de Janeiro São Luís Alto Alegre Paraupébas Goiás Açailândia
3	Conhecendo novas pessoas através do trabalho		
1	Modo de tratar as pessoas		
2	Participação em atividades e eventos		
1	Forma de se comunicar e se expressar		
1	Mudou um pouco		
1	Conhecendo outros grupos		
2	Conhecendo novos lugares		

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

³⁹ Entrevista cedida por membro da Associação Delícia de Vila Pindaré. Obedecendo a ordem de entrevistas, esta foi a de nº 9 (E9).

Devido ao trabalho na associação, algumas das entrevistadas tiveram contato com 19 grupos que fizeram parte do Projeto AGIR e com a Rede de Mulheres do Maranhão (atualmente são 15, segundo as informantes). Conheceram autoridades, como o Governador do Maranhão e o presidente da empresa Vale. Além disso, a venda dos seus produtos no trem oportunizou às mulheres a possibilidade de conhecer funcionários da empresa Vale, como os citados na entrevista: o chefe maquinista de trem.

Acresceu-se ao capital humano de algumas associadas, lugares antes nunca visitados, como Goiás, Rio de Janeiro, Paraupabas, Acailândia, São Luís e Alto Alegre. Tais experiências que impactaram a vida das associadas estão também relacionadas aos benefícios e vantagens citados nas entrevistas em razão da participação no grupo Delícias da Vila Pindaré.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou reflexões em torno das exigências e da internacionalização do mercado, que impulsionaram as indústrias e empresas a buscarem atualizações para sua inserção na corrida capitalista. Nesse contexto de atualização, insere-se a discussão sobre a Responsabilidade Social das empresas e a imagem institucional pela qual perpassam questões éticas e de sustentabilidade, princípios muito cobrados pela sociedade atual e que estão relacionados ao *marketing* institucional e aos lucros que podem ser gerados a partir dele.

Nesse sentido, discutiu-se que a atuação de empresas por meio do apoio financeiro a projetos de geração de renda, com a finalidade de compensar danos oriundos da tomada de decisão da gestão, podem promover transformações significativas na formação de capital institucional, humano, econômico e sobretudo, o capital social em pequenas comunidades.

Por outro lado, associações criadas a partir de interesses corporativos podem apresentar, entre seus membros, divergência de objetivos, uma vez que o grupo do qual participam não foi criado por eles, mas pensado para eles.

Desse modo, este trabalho teve o intuito de contribuir com estudos na área de capital social e associativismo, estabelecendo a relação entre ambos, mostrando os benefícios e as necessidades de melhoria para o fortalecimento de grupos associados.

Para tanto, buscou-se analisar as percepções de mulheres, beneficiárias de projetos de geração de renda criados a partir de um contexto de reponsabilidade social empresarial, sobre capital social e trabalho associado.

Assim, o primeiro objetivo específico visou caracterizar o capital social das beneficiárias e analisar como o trabalho associado contribuiu para o seu possível fortalecimento. Percebeu-se que, por meio da Associação Delícias da Vila Pindaré, foi possível ao grupo acessar autoridades políticas, como o governador do Maranhão e autoridades da empresa Vale.

Por outro lado, também foi possível notar que esse capital social precisa ser ampliado, primeiro na própria comunidade onde está instalado o projeto, pois é notório que não há envolvimento e nem compartilhamento de interesses entre as associadas e a comunidade, que a vê como extensão de uma empresa privada. Além disso, o estreitamento com o poder público local também necessita de fortalecimento, a fim de que a participação e a contribuição com a sociedade de Buriticupu não sejam unicamente veiculadas a seus benefícios financeiros.

O segundo objetivo específico foi identificar as possíveis transformações nas vidas das beneficiadas por meio do trabalho associado e das relações instituídas através dessa forma de organização. A pesquisa, nesse sentido, mostrou que houve mudanças significativas em relação à formação humana do grupo e ao fortalecimento de relações sociais. Participar de uma associação possibilitou às mulheres entrevistadas conhecer lugares e outras pessoas, além de uma mudança significativa na rotina de vida e até mesmo de comportamento, a exemplo de como lidar com pessoas de opiniões diversas e como superar-se enquanto mulher.

Em relação ao capital econômico do grupo, observou-se que o projeto foi iniciado como cooperativa, com finalidade lucrativa; no entanto, como o número de sócios diminuiu, o grupo foi orientado pela assessoria que o acompanha a formar uma associação.

A natureza de uma associação não prevê distribuição de dividendos entre seus membros, o que é considerado ilegal por Veiga e Rech (2001), pois impostos estariam sendo sonegados. Ademais, vê-se que a renda gerada pelo grupo é insuficiente para mantê-lo ativo e o dividendo entre as mulheres é inferior à renda que tinham quando trabalhavam individualmente na ferrovia com a venda de seus produtos.

Dessa forma, o grupo não constituiu autonomia e ainda depende da empresa que o formou, pois seus produtos têm como principal espaço de venda o vagão social cedido às mulheres no trem de passageiros da Vale. Assim, em caso de conflito entre os *stakeholders* (associação e empresa Vale), o grupo tende a desaparecer, uma vez que não existem outros demandantes dos produtos artesanais feito por elas.

Por fim, o terceiro objetivo, de natureza contributiva à associação, almejou apontar aspectos que podem ser melhorados nesse processo de associativismo. Os

resultados mostraram a necessidade de ampliação dos espaços de venda do grupo, independentemente do espaço cedido no trem pela empresa Vale: ampliar o capital social na comunidade e no município onde está inserida a associação, buscar manter-se informado do que acontece no mundo, no país e no município para o fortalecimento de suas decisões e parcerias com o poder público local e outras associações, e retomar sua natureza inicial de cooperativa, tendo em vista a finalidade lucrativa do grupo, estabelecendo o compromisso de respeitar as normas fixadas, como a assiduidade e a pontualidade nos dias de trabalho, além de buscar o consenso respeitando todas as opiniões.

Este estudo limitou-se a analisar a percepção das beneficiárias de um projeto de geração de renda no município de Buriticupu. Além da associação estudada, existem outros 14 grupos que podem apresentar visões diferentes das levantadas neste estudo. Logo, estudos posteriores também poderão contribuir com a percepção da assessoria que atua nesses grupos, da Fundação e da empresa apoiadoras do projeto, a fim de avaliar quais os objetivos institucionais e/ou sociais desses projetos.

Faz-se relevante, ainda, para estudos futuros, verificar se as mulheres pesquisadas conseguiram fortalecer a prática empreendedora enquanto grupo a partir das oportunidades surgidas na associação, bem como se o capital social do grupo se fortaleceu, ampliando sua atuação social. Outras pesquisas podem analisar a evolução financeira de grupos como o estudado, identificando benefícios para as cidades onde estão localizados, tanto em seu desenvolvimento como em formação de identidade a partir dos produtos regionais vendidos de forma cooperativa.

O trabalho também inspira novas pesquisas na perspectiva do empoderamento feminino e a influência de sua participação em grupos, na postura de mulheres em seus relacionamentos conjugais e participação na renda familiar, fazendo-as sentirem-se autônomas em decisões familiares, gerando autoconfiança e estímulo à formação de capital social, humano e intelectual.

Assim, espera-se que este trabalho tenha contribuído com os estudos na área de capital social e associativismo, pois mostra como associações criadas a partir de um desejo institucional podem reagir e funcionar, considerando os objetivos dos seus

membros, seu contexto local e também os benefícios que podem promover a partir do capital institucional e social da relação entre os *stakeholders* (comunidade e empresa).

REFERÊNCIAS

- ABNT. NBR ISO 26000. **Diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010.
- AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu-MA: sua história, geografia e características gerais/42 anos de fundação e 21 anos de emancipação política**. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004. p.23-60
- ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BURITICUPU-MA (ACIB). **Estatuto Social da Associação Comercial e Industrial de Buriticupu-MA**. 2017. Disponível em: <http://api.aciburiticupu.com.br/media/files/Estatuto_Social_ACIB.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social e empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARON, D. Private Politics, Corporate Social Responsibility and Integrated Strategy. **Journal of Economics and Management Strategy**, v. 10, n. 1, p. 7-44, 2004.
- BARRETO, Sebastião Luiz Costa. Associativismo no Brasil. **Boletim de Intercâmbio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 30, p. 44-53, 1987.
- BOISIER, Sergio. **Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando?** Santiago de Chile: ILPES, 1999. Disponível em: <https://flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando__2_.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.
- BOIX, Carles; POSNER, Daniel N. **Social Capital: explaining its origins and effects on government performance**. Universidade da Califórnia. 2016, p. 686-693. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/0m11212n>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. [Coletânea de textos]. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 70-74.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOWEN, Howard. **Responsabilidades sociais dos homens de negócio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/perfil-do-municipio>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Vale – Estrada de Ferro Carajás**. [2018?]. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/ferrovias/arquivos/VALE__Estrada_de_Ferro_Carajas.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BURITICUPU. Câmara Municipal de Buriticupu. **Legislação municipal**. 2017. Disponível em: <<https://www.buriticupu.ma.leg.br/leis/legislacao-municipal>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BURITICUPU. **Plano municipal de Educação de Buriticupu 2015-2024**. Prefeitura Municipal: Buriticupu, 2015.

BURT, Ronald S. Brokerage & closure. In: **A introduction to Social Capital**. United States: Oxford University Press, 2005. p. 16-18, 126-127.

CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004. Disponível em: <www.uioeste.br>. Acesso em: 25 set. 2018.

CARMO, Luís Otávio do. Evolução da responsabilidade social empresarial e a introdução ao caso brasileiro. **Revista de Administração Geral**, Amapá, v. 1, n. 2, p.118-137, 2016.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construction. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARROLL, Archie. B.; SHABANA, Karem. M, The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice. **International Journal of management Review**, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**. Editora Senac: São Paulo, 2005.

COLEMAN, James. Social capital in the criation of human capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Maria Alice Nunes. **Mudanças empresariais no Brasil contemporâneo: o investimento social privado na saúde é uma nova forma de solidariedade?** Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), IPPUR/UFRJ, 2006.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Porto alegre: Penso, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Territory planning and management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 11, n. 4 (número especial), p. 51-77, dez./2015. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2031/486>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

DALLABRIDA, Valdir Roque. FERRÃO, João. Governança territorial em arranjos cooperativos institucionais e organizacionais: aportes teórico-metodológicos e avaliação de experiências brasileiras e portuguesas. In: **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional.** Passo Fundo: Editora IMED, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, Governança e Desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência.** São Paulo: LiberArs, 2016.

DAVIS, Keith. Five propositions for social responsibility. **Business Horizons**, London, v. 18, n. 3, p. 19-24, jun./ 1975.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: Fundamentos e Gestão.** São Paulo, Atlas 2012.

ETHOS (2016). **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.** Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/#.XTY5V_JKjIU>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ETHOS. **Ethos suspende Vale do quadro de associadas.** Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/posicionamentos/ethos-suspende-vale-do-quadro-de-associadas/#.XTY-MvJKjIU>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 20-21.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação.** 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FREDERICK, William C. **The Growing concern over business Responsibility.** California Management Review, v. 2, n. 4, 1960. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.2307/41165405>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FREDERICK, William. From CSR1 to CSR2: the maturing of business-and-society thought. **Business and Society**, v. 33, n. 2, p.150-164, 1994.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Abril: São Paulo, 1984.

FUNDAÇÃO VALE. **Geração de trabalho e renda**. 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaovale.org/Paginas/News-AGIR-EFC-.aspx>>. Acesso em: 4 out. 2017.

_____. **Relatório de atividades 2017**. 2017. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/fundacao-vale/Documents/Relat%C3%B3rio_de_Atividades_2017_.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. **Sobre a Fundação Vale**. Disponível em: <<http://www.fundacaovale.org/SitePages/quemSomos.aspx>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

_____. **Empreendimentos que apoiamos**. Disponível em: <<http://www.fundacaovale.org/Paginas/GTRPaRa.aspx>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

GROOTAERT, C. et al. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). **World Bank. Social Capital Thematic Group**, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

HIGGINS, Silvio Salej. **O capital social como infraestrutura de iniciativas produtivas: estudo de caso de um projeto agroindustrial na Colômbia**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil); Paris-Dauphine (França), no marco do Colégio Doutoral Brasil, França, 2008. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp093774.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

HIGGINS, Silvio Salej. **O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica**. Santa Catarina: UFSC. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

HIRST, Paul. **Associative democracy**: new forms of economic and social governance. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1994. p. 10-11.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bom-jesus-das-selvas>>. Acesso em: 26 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2014**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu>>. Acesso em: 26 set. 2017.

INSTITUTO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA (ISES). 2017. **Quem somos**. Disponível em: <<http://ises.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 2 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores Educacionais**. 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012. 160 p.

JENSEN, M.C. Value Maximization, Stakeholder Theory and the Corporate Objective Function. **Business Ethics Quarterly**, v. 12, n. 2, 2002.

JESUS, Paulo de. Sobre desenvolvimento local e sustentabilidade: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSO, Ivo V.; MACIEL FILHO, Adalberto R.; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de O. **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Edupe, 2007.

LUCHMANN, Lúgia Helena. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

MAIA, Andrei Giovanni. PIRES, Paulo dos Santos. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, edição especial, maio/jun. 2011.

MARANHÃO. Federação de Agricultura do Estado do Maranhão (FAEMA). 2017. Disponível: <<http://www.faema.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; MOTA, André. **Caminhos e Trajetos da Filantropia Científica em São Paulo. A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952)**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Elites em negociação: breve história dos acordos entre a faculdade de medicina de São Paulo e a Fundação Rockefeller (1916-1931).

In: **Caminhos e Trajetos da Filantropia Científica em São Paulo. A Fundação Rockefeller e suas Articulações no Ensino, Pesquisa e Assistência para a Medicina e Saúde (1916-1952)** Orgs Maria Gabriela S.M.C.Marinho e André Mota. - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MARTINS, Rita de Brito. A percepção da responsabilidade social. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa; SANTOS, Paula Santana. Investimento social privado e negócios de impacto: possibilidades de apoio ao setor de impacto no Brasil. **Artigos GIFE**. São Paulo, v. 1, n. 1, artigo 4, 2019.

MELO, Marina Felix de. Ongs e relações institucionais: primeiro, segundo e terceiro setores. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 52, n. 1, p. 88-99, jan/abr 2016.

MENEZES, Divino Barcelos de. **A participação das instituições de ensino superior instaladas em mineiros no fomento de capital social e o desenvolvimento local e regional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2014.

MENEZES, Divino Barcelos de; OLIVEIRA; Edson Aparecida de Araújo Querido; CARNIELLO, Monica Franchi. O Capital Social: uma ferramenta para implementação de planejamento de desenvolvimento Regional. In: **Anais...The 4th International Congress on University-industry Cooperation**, 4, 2012. São Paulo: UNITAU, 2012. Disponível em: <<http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf407.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MOORE, Rob. Capital. In: GRENFELL, Michael (Ed.); RIBEIRO, Fabio (Trad.). **Pierre Bourdieu Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice. Capital cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Org.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

NUNES, Widglan Barbosa de Sousa. **Capital social e Programa Mulheres Mil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-Campus Imperatriz**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Contabilidade e Administração de Taubaté, São Paulo, 2016.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria de grupos sociais**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2015.

PONTE, Alexia Varela. **Capital Social e capital humano como base para a inovação social: o caso do Instituto de Educação Portal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

PONTES, Adriano Arruda. **Caçando Mosquitos na Bahia. A Rockefeller e o combate à febre amarela: inserção, ação e reação popular (1918 – 1940)**.

Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Bahia, 2007. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2007._pontes_adriano_arruda._cacando_mosquitos_na_bahia_a_rockefeller_e_o_combate_a_febre_amarela_insercao_acao_e_reacao_popular_1918_-_1940.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PORTER, Michael; KRAMER Mark. The Big Idea: Creating Shared Value. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1-2, p. 62-77, jan./feb., 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna/Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260p.

RALLET, Alain. Comentários do texto de Oliver Crevoisier. In: MOLLARD, A. et al. **Territoires et enjeux du développement régional**. Versailles: Éditions, 2007.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Quanto Vale a Vida?** 2018. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2018/01/Quanto-vale-a-vida-Dados-sobre-atropelamentos-na-EFC.pdf>>. Acesso em: 9 ago.2018.

REDE MULHERES DO MARANHÃO. **Negócios sociais**. Disponível em: <<http://redemmaranhao.com.br/empreendimento/terra-das-palmeiras/>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAINT MARTIN, Monique de. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Divina de Fátima dos. Educação e capital social: uma relação estreita com o desenvolvimento. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, v. 8, n. 2, p. 4-26, jul./dez. 2018.

SANTOS, Raimundo Bonfim dos. **Participação em cooperativas e associações**: o porquê das pessoas se filiarem. Bahia: Editora da UESC, 2016.

STIGLITZ, J.E.; SEN, A.; FITOUSSI.J.-P. **Mis-measuring our lives**. New York, USA: The New Press, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

VALE. **Estrada de Ferro Carajás**: o caminho onde passa a nossa riqueza. 2017. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/carajas-railway/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VALE. **Novo trem de passageiros EFC**. [2015?]. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Service-Carajas/Paginas/new-efc-train.aspx>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

VALLE, Bárbara de Souza. **A institucionalização da responsabilidade social empresarial em Minas Gerais**: uma análise dos discursos e políticas da FIEMG. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECCH, Daniel. **Associações como constituir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WARREN, Mark E. **Democracy and association**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001. p. 4-16.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO PÚBLICO PARTICIPANTE DOS PROJETOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA AO PÚBLICO PARTICIPANTE DOS PROJETOS

Nome do pesquisador principal: JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA

Nome da orientadora: ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA

Entrevistador

Aplicação: ___/___/___

QUESTÕES QUALIFICATÓRIAS

Questões relativas ao capital Social e as relações de trabalho associado

DD. Qual é o nome do projeto que você faz parte?

DD1. Qual a sua idade?

DD2. Qual é o seu grau de escolaridade?

DD3. Qual é o seu estado civil?

DD4. Você tem filhos? Em caso afirmativo, quantos?

CS1.1. Você participa de algum outro grupo além da associação, (ex: igrejas, agremiação, sindicato)? Quais? Qual seu papel neles? Membro ou liderança?

CS1.2 Quanto tempo você frequenta esses grupos?

CS1.3 Por que você faz parte desses grupos? Que benefícios tem em participar deles?

TA1.1 Se você for associado (a), responda: existem vantagens no trabalho associado? Quais as vantagens?

TA1.2 Se você for associado (a), responda: existem desvantagens no trabalho associado? Quais as desvantagens?

T.A 1.3 Quais aspectos você acredita que podem ser melhorados nesse processo de associativismo?

TA1.4 Se você for associado (a), responda: houve algum tipo de mudança na sua vida após ingresso no trabalho associado? Qual (is)?

TA 1.5 Você acredita que o trabalho associado contribuiu para aumentar e fortalecer as suas relações sociais? Por quê? Como isso impactou/mudou sua vida?

CS1.4 Considera que os colegas do grupo irá ajudá-lo em momentos que necessitar e solicitar?

CS1.5 Considera que esses grupos contribuem para melhorar a sociedade de BJS/BTC. Por quê?

CS1.6 Como são tomadas as decisões nesses grupos? Individuais, coletivas, democráticas? Como as lideranças são escolhidas?

CS1.7 Há interação entre os grupos? Sim, quando isso ocorre?

CS1.8 Tem amigos próximos, em que confia e pode pedir ajuda? Quantos?

CS2.1 Você confia nas pessoas ou diria que é preciso ter sempre cuidado nas relações com outras pessoas?

CS2.2 No geral, as pessoas de Nova Vida são confiáveis?

CS2.3 Caso haja um projeto na cidade que não o beneficie, mas pode ajudar muitas pessoas, você contribuiria com seu tempo e dinheiro para o projeto? Sua participação seria voluntária ou solicitada?

C3.1. Em BJS/BTC há muitas pessoas que contribuem com seu tempo e dinheiro para objetivos de interesse comum?

CS3.2 Digamos que ocorresse uma fatalidade na cidade (um grande vendaval que causasse estragos de grandes dimensões) as pessoas – e você – cooperariam para tentar resolver o problema?

CS4.1 Como você se mantém informado diariamente? Com que frequência diária está em busca de notícias, informações? Quais as fontes de informações mais importantes para você atualmente?

CS5.1 Você é uma pessoa caseira ou gosta de interagir socialmente saindo publicamente, encontrando ou visitado amigos, recebendo visitas?

CS6.1 Qual a importância de se conhecer o que está acontecendo no mundo, no seu mercado de atuação e na sociedade como um todo, para o desenvolvimento de seu negócio e, em consequência, da cidade?

CS6.2 Você é engajado politicamente? Não num partido, mas em ações de interesse coletivo da cidade?

CS6.3 Você acha que as autoridades locais valorizam a opinião ou do grupo que representa na tomada de decisões sobre as ações e projetos públicos?

APÊNDICE B – IMAGEM DA ESTRADA DE ACESSO À COMUNIDADE VILA PINDARÉ



Fonte: Primária – pela autora da dissertação durante pesquisa de campo

APÊNDICE C – IMAGEM DO LOCAL DE PESQUISA ASSOCIAÇÃO DELÍCIAS DA VILA PINDARÉ



Fonte: Primária – pela autora da dissertação durante pesquisa de campo

APÊNDICE D – CASTANHA DE CAJU: PRODUTO EMBALADO, PRONTO PARA VENDA



Fonte: Primária – pela autora da dissertação durante pesquisa de campo

APÊNDICE E – DOCE DE BURITI



Fonte: Primária – pela autora da dissertação durante pesquisa de campo

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO: PERCEPÇÕES DE BENEFICIÁRIAS QUE PARTICIPAM DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO BURITICUPU-MA

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo analisar as percepções de beneficiárias sobre capital social e o trabalho associado a partir de suas experiências em um projeto de geração de renda no município de Buriticupu no estado do Maranhão.

2. Participantes da pesquisa: beneficiárias de um projeto de geração de renda financiado pela Fundação Vale no município de Buriticupu-MA.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao se integrar neste estudo você deve participar de um procedimento para a coleta de dados que será conduzido por JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE, aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - SP. O procedimento consiste nas seguintes etapas: Você deverá responder algumas perguntas por meio de entrevista individual gravada em áudio, e eventuais dúvidas serão esclarecidas no momento da aplicação.

É previsto um único contato com cada participante, que deve durar aproximadamente 1 hora e 30 minutos, entretanto, caso o participante se sinta cansado e assim desejar, a coleta de dados poderá ser dividida em dois encontros. Você tem a liberdade de recusar a sua participação, sem qualquer prejuízo para você. Solicitamos sua colaboração garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa entrando em contato com a Pesquisadora responsável JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE através do telefone XXXX (inclusive ligações a cobrar) ou com a orientadora Prof^a Dr^a Adriana Leonidas de Oliveira, através do telefone XXXX (inclusive ligações a cobrar).

4. Riscos: A pesquisa apresenta risco mínimo. O possível risco que a pesquisa poderá causar é que o (a) Sr. (a) se sinta desconfortável emocionalmente, inseguro ou não deseje fornecer alguma informação pessoal solicitada pela pesquisadora. Com vistas em prevenir possíveis riscos gerados pela presente pesquisa ficam-lhe garantidos os direitos de anonimato, de abandonar a pesquisa a qualquer momento, de deixar de responder qualquer pergunta que julgue por bem assim proceder, bem como solicitar para que os dados fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados serão identificados com um código, e não com o nome. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

6. Benefícios: O conhecimento adquirido poderá subsidiar o desenvolvimento de medidas com objetivo de indicar a partir da caracterização do capital social dos grupos estudados, aspectos que podem ser melhorados no processo de associativismo e contribuir com o fortalecimento desses grupos organizados e com os estudos na área da formação e fortalecimento do capital social.

7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação do (a) mesmo (a).

9. Você terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você pode a qualquer momento, retirar seu consentimento, excluindo a sua participação.

10. Após a conclusão estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, uma dissertação contendo os resultados.

11. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Portanto, preencha os itens que seguem:

Consentimento pós-informação

Eu,

_____, portador do documento de Identidade _____ fui informado

(a) dos objetivos da pesquisa **“CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO: PERCEPÇÕES DE BENEFICIÁRIAS QUE PARTICIPAM DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO BURITICUPU-MA”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura

_____, _____ de _____ de 2019.

JOANYSE DE FÁTIMA GUEDES DA SILVA GONÇAZE

CPF 953.586.923-04– Pesquisadora Responsável

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO DELÍCIAS DA VILA PINDARÉ



Associação Delícias da Vila Pindaré- Rua do Comércio, nº 703, Vila Pindaré,
Buriticupu-MA
CNPJ: 28770131000177

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

A Associação de beneficiárias do Projeto de Geração de Renda “Delícias da Vila Pindaré”, vem por meio deste, autorizar a realização da pesquisa “Capital Social e associativismo: percepções de beneficiárias que participam de um projeto de geração de renda no município Buriticupu -MA”, desenvolvida pela pesquisadora Joanyse de Fátima Guedes da Silva nessa associação para fins de Conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté- SP.

Assim, solicitamos a apresentação dos resultados da pesquisa a essa associação e autorizamos a publicação dos mesmos e identificação da Associação participante da pesquisa na versão final da dissertação.

Buriticupu, 07 de março de 2019.

Assinatura das associadas:

Woni de Oliveira da Silva
Maria da Piedade Silva do Carmo
CLEANE GOMES DA SILVA RODRIGUES
Francisco Gomes da Silva
Buzia Viana da Silva
Maria Pereira do Vale morais
Maria Gilirina da Cruz
Marianna da Silva
Maria Célia Pereira Campos
Julia Lopes da concição
Breuzza da Silva Souza

ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÕES DAS BENEFICIÁRIAS SOBRE OS EFEITOS DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES BURITICUPU E BOM JESUS DAS SELVAS

Pesquisador: JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10664218.4.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.266.155

Apresentação do Projeto:

A Pesquisa busca analisar a percepção de beneficiárias de projetos de responsabilidade social em dois municípios maranhenses: Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. Os membros dos grupos pesquisado são mulheres que participam de duas associações.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as percepções de beneficiárias sobre os efeitos dos projetos de geração de renda financiados pela Fundação Vale nos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas no estado do Maranhão.

Objetivo Secundário:

Conhecer as percepções das beneficiárias sobre as relações de trabalho associado desenvolvidas a partir dos projetos; Caracterizar o capital social das beneficiárias e analisar como o trabalho associado contribuiu para o possível fortalecimento do mesmo; Identificar as possíveis transformações nas vidas das beneficiadas através do trabalho associado e das relações instituídas por meio dessa forma de organização. Apontar aspectos que podem ser melhorados nesse processo de associativismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O possível risco que a pesquisa poderá causar é que a participante se sinta desconfortável emocionalmente, insegura ou não deseje fornecer alguma informação pessoal solicitada pela

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 3.286.155

pesquisadora. Com vistas em prevenir possíveis riscos gerados pela presente pesquisa ficam-lhe garantidos os direitos de deixar de responder qualquer pergunta que julgue por bem assim proceder, bem como solicitar para que os dados fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A partir da caracterização do capital social dos grupos estudados, a pesquisa indicará aspectos que podem ser melhorados nesse processo de associativismo e contribuir com o fortalecimento desses grupos organizados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos consentimentos completos e detalhados, com disponibilização de contatos para dúvidas ou esclarecimentos durante o processo de coleta de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisa atende o protocolo de recomendações do sistema CEP-CONEP, enviamos para avaliação do parecer final de aprovação ao Colegiado CEP-UNITAU.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 12/04/2019, e no uso das competências definidas na Resolução 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1259528.pdf	30/03/2019 19:44:33		Aceito
Outros	autorizacao.pdf	29/03/2019 21:46:27	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	29/03/2019 21:45:26	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma_atualizado.pdf	16/03/2019 21:50:51	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Outros	autorizacaoinstitutional.pdf	29/01/2019 23:54:08	JOANYSE DE FATIMA GUEDES	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 3.286.155

Outros	autorizacaoinstitucional.pdf	29/01/2019 23:54:08	SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle2.pdf	21/01/2019 22:49:54	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf	21/01/2019 21:54:32	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	28/11/2018 01:41:28	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	23/11/2018 00:41:07	JOANYSE DE FATIMA GUEDES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

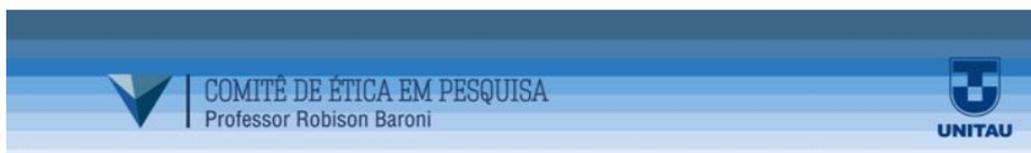
Não

TAUBATE, 15 de Abril de 2019

Assinado por:
José Roberto Cortelli
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br

ANEXO D – RELATÓRIO FINAL PARA O COMITÊ DE ÉTICA



Relatório final para o Comitê de Ética em Pesquisa

CAAE: 10664218.4.0000.5501

Título do projeto: CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO: percepções de beneficiárias que participam de projetos de geração de renda no município de Buriticupu, MA

Pesquisador Responsável: Joanyse de Fátima Guedes da Silva Gonçaze

1. Qual o estágio do estudo no momento? Se não concluído, Por quanto tempo mais ele se estenderá?

O estudo foi concluído e apresentado à banca avaliadora dia 19/09/2019.

2. Qual a quantidade de amostra alocada no estudo?

Foram entrevistadas todas as mulheres participantes de um projeto de geração de renda (Associação Delícias da Vila Pindaré), totalizando 11 associadas.

3. Houve necessidade de alteração na estrutura do projeto? Título? Material? Método? Objetivos? Detalhar e justificar as alterações.

A pesquisa inicialmente seria realizada com uma população 17 (dezessete) mulheres que participam de projetos de geração de renda apoiados pela Fundação Vale em dois municípios maranhenses no entorno da estrada de ferro Carajás-MA: Bom Jesus das Selvas-MA e Buriticupu-MA. Seriam entrevistadas o total da população total de beneficiárias que participam de dois projetos, sendo 5 (cinco) participantes do projeto social “Semente Vida Nova”, desenvolvido na comunidade de Nova Vida, município de Bom Jesus das Selvas, MA e 12 (doze) participantes do projeto “Delicias do Pindaré”, realizado na comunidade de Vila Pindaré em Buriticupu, MA.

Em virtude do encerramento das atividades da Associação Sementes Nova Vida e a descontinuidade do projeto, foi necessário diminuir a amostra para 11 mulheres participantes da associação delícias da Vila Pindaré (o censo de mulheres participantes da associação no período de realização da pesquisa).

Em relação ao método foi feita retificação quanto a caracterização da pesquisa que passou de estudo de caso para estudo de campo.

Em razão das mudanças na amostra da pesquisa, também alterou-se o título de: “PERCEPÇÕES DAS BENEFICIÁRIAS SOBRE OS EFEITOS DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES BURITICUPU E BOM JESUS DAS SELVAS” para “CAPITAL SOCIAL E ASSOCIATIVISMO: percepções de beneficiárias que participam de projetos de geração de renda no município de Buriticupu, MA”. Também pela especificidade do instrumento aplicado e melhor alinhamento aos objetivos específicos da pesquisa houve a necessidade de reescrita e adequações no objetivo geral:

DE:	ALTERADO PARA:
OBJETIVO GERAL: “Analisar as percepções de beneficiárias sobre os efeitos dos projetos de geração de renda financiados pela Fundação Vale nos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas no estado do Maranhão.	OBJETIVO GERAL: Analisar as percepções de beneficiárias de um projeto de geração de renda no município de Buriticupu, estado do Maranhão, sobre o capital social e o trabalho por associativismo.

4. Como foi realizado o acompanhamento de riscos e benefícios?

As participantes da pesquisa foram informadas de que poderiam desistir a qualquer momento da entrevista, bem como de prestar informações caso se sentissem desconfortáveis em responder a alguma pergunta. Também foram informadas de que os resultados lhes seriam disponibilizados e apresentados a fim de contribuir com o trabalho da associação.

5. A aplicação do TCLE foi realizada conforme a recomendação da Resolução 466/12?

Sim, e todas as entrevistadas assinaram termo de anuência em relação à pesquisa.

6. Resultados parciais ou totais já publicados ou apresentados em Congresso?

Até o momento, os resultados parciais da pesquisa sobre a caracterização territorial do município onde foi realizada a pesquisa foram submetidos à Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional para e estão no aguardo de parecer editorial.

Joanyse de Fátima Guedes da Silva Gonçaze